

GOVERNANÇA CORPORATIVA: DESAFIOS E PARADIGMAS

RI

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revista**RI**.com.br

BOARD WASHING

A FACE OCULTA DA GOVERNANÇA

por **MARCELO MURILO**

MATERIALIDADE ESG

A CHAVE DA DISCUSSÃO

por **DENYS ROMAN**

CISNE VERDE NA DECLARAÇÃO DE RELATÓRIOS ESG

por **FILIPE MONTEIRO e BEATRIZ BUSTI**

ENTREVISTA

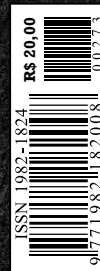
John Elkington

PAI DA SUSTENTABILIDADE

icônico consultor britânico, criador do conceito:
Triple Bottom Line - fala sobre Responsabilidade
Corporativa, Capitalismo Sustentável, ESG,
Mudanças Climáticas e Aquecimento Global

por **CIDA HESS, MÔNICA BRANDÃO e RONNIE NOGUEIRA**

nº 273
AGO 2023





Todo lugar **tem**
um pouco
de Itaúsa.



Estamos presentes na sua vida e na de milhões de brasileiros.

Ao usar uma sandália Havaianas da **Alpargatas**, regar seu jardim com água tratada do saneamento **Aegea** e fazer seus investimentos no app do **Itaú**, tem um pouco de **Itaúsa**.

No conforto de casa. No metrô e na estrada, a caminho do trabalho ou das férias planejadas, tem um pouco de Itaúsa. Estamos no almoço, no jantar, nos momentos em família, com amigos ou sozinho.

Seja na **CCR**, na **NTS**, na **Copa Energia** ou na **Dexco**. A verdade é todo lugar tem um pouco de Itaúsa.



Saiba mais em:
todolugartemitausa.com.br
ou acesse o QR Code

ITAÚSA

Grandes marcas, grande história,
grande futuro.



Dexco





nº 273 • Agosto 2023



04 Voz do Mercado

Novo Marco Regulatório dos Assessores de Investimentos

POR JOÃO PEDRO NASCIMENTO

08 Orquestra Societária

Entrevista:

John Elkington,

Pai da Sustentabilidade

POR CIDA HESS, MÔNICA BRANDÃO
E RONNIE NOGUEIRA



20 Agenda ESG

Materialidade ESG:

a chave da discussão

POR DENYS ROMAN

24 Relatórios ESG

Cisne Verde: nova realidade na declaração de Relatórios ESG

POR FILIPE MONTEIRO E BEATRIZ BUSTI

26 Sustentabilidade

Capitalismo Verde na balança

POR LUCIANA TANNURE

30 Carreira

Procura-se Profissional de RI

POR ANA CHAUVET

34 Enfoque

Governança Corporativa: Desafios e Paradigmas

POR FRANCISCO PETROS

38 Conselhos

Boardwashing: a face oculta da Governança

POR MARCELO MURILO

40 Governança

Governança para PMEs e a interface com as práticas ESG

POR ALBERTO MALTA JUNIOR

44 IBGC Comunica

Um Código de Governança mais inclusivo

POR CRISTIANA PEREIRA

E PEDRO MELO

46 Gestão de Riscos

Licença Social: o risco para operar em uma visão financeira

POR FLÁVIA SOARES

50 Governance Officer

Governance Officer e a atuação em Conselhos

POR ELSIE SARMENTO

52 Espaço APIMEC Brasil

Avaliação de Marca: reflexões entre valor financeiro e imagem

POR EDUARDO CHAVES

E ALCIDES FERREIRA

54 Marketing

Todo lugar tem um pouco de Itaúsa: novo posicionamento de marca

POR VIVIANE PERINOTTO

E SANDRO CHRISTY

56 Educação Financeira

Sobre ser pai...

POR JURANDIR SELL MACEDO

61 IBRI Notícias

24º. Encontro de RI debate Comunicação, ESG e Digitalização

POR JENNIFER ALMEIDA

E RODNEY VERGILI

87 Opinião

Diretrizes Sustentáveis no Mercado de Capitais e a nova visão econômica

POR ROBERTO GONZALEZ

REVISTA RI®

É uma publicação mensal da IMF Editora Ltda.

Av. Erasmo Braga, 227 - sala 511

20020-000 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2240-4347

ri@imf.com.br

www.revistaRI.com.br

Publisher e Diretor Editorial: Ronnie Nogueira | **Presidente do Conselho:** Ronaldo A. da Frota Nogueira (1938-2017)

Conselho Editorial: Antônio Castro, Edison Arisa, Eduarda La Rocque, Fábio Henrique de Sousa Coelho, Hélio Garcia, Jurandir Macedo, Marcelo Mesquita, Ricardo Amorim, Roberto Teixeira da Costa e Thomás Tosta de Sá

Projeto Gráfico: DuatDesign

Os artigos aqui publicados não pretendem induzir a nenhuma modalidade de investimento. Os dados e reportagens são apurados com todo o rigor, porém não devem ser considerados perfeitos e acima de falhas involuntárias. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. É proibida a reprodução desse volume, ou parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem a autorização prévia e expressa da IMF Editora.

O foco é IPO ou Follow-on?

A forte estrutura da **Luz Capital Markets** conta com alta tecnologia e especialistas na produção de documentos regulatórios de ofertas públicas (Resolução CVM 160), que garantem agilidade, segurança e eficácia nos prazos.

Data Room Venue® **DFIN**



Por isso, somos mais que Printer!

Geramos soluções completas para as boas práticas de RI



www.luzcm.com.br



NOVO MARCO REGULATÓRIO

DOS ASSESSORES DE INVESTIMENTO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

O dinamismo do Mercado de Capitais está diretamente relacionado a um ambiente regulatório adequado, que privilegia a transparência da informação, potencializa oportunidades, proporciona a geração de emprego e renda e cumpre o seu papel econômico-social de desenvolver políticas públicas. O ambiente regulatório adequado é aquele que, de fato, elimina barreiras, mitiga entraves, estimula a inclusão e a democratização. Frise-se: democratização.

por **JÓAO PEDRO NASCIMENTO**

Com o foco em pautas desenvolvimentistas, os anos de 2022 e 2023 têm sido intensos em reformas regulatórias relevantes no Mercado de Capitais, com inegável destaque especial ao Novo Marco Regulatório dos Fundos de Investimento (Resolução CVM 175), que entrará em vigor em 2 de outubro de 2023. Em um contexto de tantas modernizações, é natural que o igualmente importante Marco Regulatório dos Assessores de Investimento (Resoluções CVM 178 e 179), publicado pela CVM em fevereiro de 2023 e cujo início da maior parte de seus dispositivos está em vigor desde 1º de junho, ainda não tenha sido objeto de tantas análises e produções acadêmicas, mas este artigo pretende dar o devido destaque ao tema.

Quando falamos de democratização do Mercado de Capitais estamos nos referindo à abertura, à flexibilização, ao acesso igualitário desse mercado a um gama ampla de investidores, com diferentes perfis, sejam eles pessoas físicas ou

“

Quando falamos de democratização do Mercado de Capitais estamos nos referindo à abertura, à flexibilização, ao acesso igualitário desse mercado a um gama ampla de investidores, com diferentes perfis, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, investidores de atacado ou varejo.

”

jurídicas, investidores de atacado ou varejo. Também estamos nos referindo à proteção desses investidores, educação financeira, limitação de responsabilidades aos riscos assumidos, fluxo adequado de informações e geração de incentivos para o contínuo crescimento responsável do segmento. Neste contexto, o **Marco Regulatório dos Assessores de Investimento** é um divisor de águas.

Fruto de um produtivo diálogo com a sociedade, as novas regras trazem avanços relevantes. O fim da obrigação de exclusividade, que proporciona aos assessores atuarem como prepostos de um ou mais intermediários, é um desses avanços. Outra **modernização** normativa está relacionada à possibilidade de as pessoas jurídicas se organizarem e adotarem qualquer tipo societário já admitido na legislação em vigor e que, eventualmente, tende a ser mais atrativo aos sócios. Na esteira das novidades societárias, os sócios das empresas dedicadas à atuação como Assessores de Investimento não precisam mais ser, todos eles, obrigatoriamente, Assessores de Investimento. Isto possibilita a convivência de sócios com perfis diferentes - inclusive aqueles interessados em investir no negócio, sem necessariamente se envolverem com a condução ordinária das atividades. No mesmo sentido, Assessores de Investimentos (antigos *Agentes Autônomos de Investimento*) agora podem exercer demais atividades dos mercados financeiro, de capitais, securitário, e de previdência e capitalização – contanto que não entrem em conflito com as atividades próprias dos Assessores.

Os aspectos de **transparência** e **governança** também foram observados pela CVM, no âmbito da sua competência de regulador informacional e de conduta, quando da preparação das regras. A CVM sinalizou que os Assessores devem prestar informações qualitativas e quantitativas aos investidores, tais como as formas e arranjos remuneratórios, as taxas diretamente cobradas, o percentual de taxa de administração, o percentual de taxa de performance e a diferença entre o custo de aquisição e de venda. Há, ainda, o Termo de Ciência ao investidor, documento que descreve as características essenciais da atividade dos Assessores e reforça deveres dos profissionais em divulgar estrutura remuneratória e potenciais conflitos de interesse ao investidor. E tudo isso de modo claro, em linguagem simples, objetiva e concisa, privilegiando o fácil e rápido acesso.

As Resoluções CVM 178 e 179 também inovaram nos papéis aos **intermediários**. Com as mudanças, os intermediários passam a ter função mais ativa na fiscalização sobre a atuação dos assessores de investimento. Para que sejam



O fim da obrigação de exclusividade, que proporciona aos assessores atuarem como prepostos de um ou mais intermediários, é um desses avanços.

Outra modernização normativa está relacionada à possibilidade de as pessoas jurídicas se organizarem e adotarem qualquer tipo societário já admitido na legislação em vigor e que, eventualmente, tende a ser mais atrativo aos sócios.



de fácil acesso, deverão manter atualizadas em seus *websites* as informações qualitativas exigidas pelas novas regras. Além disso, deverão enviar **extratos trimestrais** aos investidores com as informações quantitativas exigidas. Novamente, as informações devem ser claras, íntegras e verdadeiras, suficientes para bem informar o investidor, sem exageros, privilegiando o que é relevante e evitando excessos (*information overload*). Quanto aos **investidores profissionais**, a Resolução 179 se faz dispensável – mostrando mais uma vez a preocupação da CVM com as sutilezas do Mercado de Capitais, e com a necessidade de dar **mais dinamismo** às relações entre profissionais qualificados do mercado.

Frise-se, aqui, que parte específica da Resolução 179 relacionada à transparência de custos e remuneração dos assessores entra em vigor em janeiro de 2024. Não obstante o prazo, a CVM estimula, desde já, que os participantes se organizem, com previsibilidade, para atender adequadamente os dispositivos regulatórios e, conseqüentemente, os investidores.



Um Mercado de Capitais forte oferece às empresas variadas opções para captação de recursos, permitindo o financiamento de projetos de robustez, expansão, inovação e investimentos em longo prazo. Aos investidores, oportunidade de diversificar a obtenção de renda e retornos financeiros, além de incentivos à poupança e à promoção de crescimento econômico sustentável. Ao país, geração de emprego e renda.



Adicionalmente, se faz relevante apontar o fato de que o Marco Regulatório dos Assessores de Investimento é uma retribuição e um reconhecimento da CVM a esses profissionais que, ao longo dos últimos anos, auxiliaram e impulsionaram o Mercado de Capitais no Brasil. Também por isso, as novas regras abriram caminhos para que os Assessores consigam desempenhar, de forma ainda mais intensa e organizada, a sua função de levar o Mercado de Capitais para todas as regiões do nosso país, desde os grandes centros urbanos até as cidades do nosso poderoso interior. E tomando por base dados históricos, as perspectivas de crescimento são interessantes.

Em 1º de abril de 2017, 4.866 profissionais possuíam registro para atuar como, até então intitulado, Agentes Autônomos de Investimento. Exatos seis anos depois, em 1º de abril de 2023, o total de profissionais registrados chegou à marca de 22.982, um aumento de mais de 400% dentro do período apresentado.

Agora, vejamos a quantidade de pessoas físicas com custódia na depositária de renda variável da B3 no mesmo período: 550.033, em 2017, e 5.287.100, em 2023. E, ainda, na quantidade de negócios por pregão da Bolsa de Valores: 1.445.149, em 2017, e 8.878.466, em 2023.

Em meio a um cenário de pandemia e demais adversidades externas dos últimos anos, como o grave conflito entre Rússia e Ucrânia, é inegável afirmar que a capilaridade do Mercado de Capitais gerada, inclusive, pelo desempenho dos Assessores de Investimento, tem promovido um papel benéfico para a saúde econômico-financeira brasileira.

Um Mercado de Capitais forte oferece às empresas variadas opções para captação de recursos, permitindo o financiamento de projetos de robustez, expansão, inovação e investimentos em longo prazo. Aos investidores, oportunidade de diversificar a obtenção de renda e retornos financeiros, além de incentivos à poupança e à promoção de crescimento econômico sustentável. Ao país, geração de emprego e renda.

As expectativas com a observação prática do novo Marco Regulatório dos Assessores de Investimento são, sim, positivas. Em especial, pelo fato de haver um nítido reconhecimento da importância e da busca de orientação profissional na tomada de decisões de investimento. E, à medida que a consciência sobre a educação financeira aumenta, os Assessores terão a oportunidade de fornecer informações valiosas para ajudar os investidores a tomar decisões mais fundamentadas. Na esteira, os profissionais precisarão estar cada vez mais atentos ao cumprimento das normas estabelecidas. Ganham os Assessores, ganham os investidores, ganha o Mercado de Capitais e ganha o Brasil. **RI**



JOÃO PEDRO NASCIMENTO
é presidente da Comissão de Valores
Mobiliários - CVM.
joao.pedro@cvm.gov.br

ERM NO BRASIL: 30 ANOS DE HISTÓRIA

Celebre conosco três décadas de história repleta de conquistas e de pessoas extraordinárias! Em 2023, comemoramos com orgulho os 30 anos da ERM Brasil, que coincide com nosso ápice de desempenho devido ao comprometimento, dedicação e excelência de nossa equipe e à parceria valiosa com nossos clientes.

Ao longo dos últimos 30 anos, nossa notável rede de especialistas tem proporcionado valor excepcional aos nossos clientes, endereçando suas questões ambientais, sociais, de saúde e segurança, criando soluções inovadoras para desafios de sustentabilidade.

Contamos com mais de 500 profissionais e 5 escritórios no Brasil, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte. Globalmente somos mais de 8.000 especialistas em 40 países.

Esse marco se torna ainda mais relevante com a recente aquisição da NINT – Natural Intelligence, agora parte do Grupo ERM. Continuamos a inovar e investir para atender as necessidades de nossos clientes, mantendo nossos valores fundamentais de responsabilidade, foco no cliente, colaboração, capacitação, cuidado com nossos colaboradores e transparência.

Na ERM, a sustentabilidade é o nosso negócio. Como a maior consultoria global puramente focada em sustentabilidade trabalhamos com as principais organizações do mundo, criando soluções inovadoras para desafios de sustentabilidade, atendendo às necessidades de hoje e preservando oportunidades para as gerações futuras.





John Elkington

Pai da Sustentabilidade

Celebrando 10 anos da seção “*Orquestra Societária*”, que estreou na *Revista RI - Março 2014*, apresentamos uma entrevista exclusiva com o icônico consultor britânico John Elkington, 74 anos, autoridade mundial em Responsabilidade Corporativa e Capitalismo Sustentável, reconhecido como “Pai da Sustentabilidade”. Em 1994, ele criou o conceito *Triple Bottom Line*, tripé da sustentabilidade, que corresponde aos resultados de uma organização medidos em termos Sociais, Ambientais e Econômicos, muito próximo dos valores ESG. Fez parte do grupo de fundadores do *Global Reporting Initiative* (GRI), modelo de relatório de Sustentabilidade com o mais alto padrão de governança; tendo também participado da criação dos Índices *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI) que avaliam globalmente o comprometimento de empresas às boas práticas sustentáveis. Tendo participado de mais de 1.500 conferências pelo mundo sobre o tema, e atuado em mais de 80 conselhos de administração e consultivos, em 2021 Elkington foi contemplado com o prestigioso *World Sustainability Award*.

por **CIDA HESS, MÔNICA BRANDÃO e RONNIE NOGUEIRA**

“Empreendedor serial”, John Elkington é fundador e principal polinizador da Volans, organização que trabalha com líderes para entender o futuro emergente e desbloquear o valor de mercado de amanhã. Ajudou a criar e incubar diversos movimentos, incluindo o de Sustentabilidade Global, e iniciativas poderosamente moldadas, como os Índices de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI), o Global Reporting Initiative (GRI) e o B Lab UK. É autor ou coautor de 20 livros “best sellers”, sendo o mais recente:

Cisnes Verdes: O próximo boom do Capitalismo Regenerativo.

A Volans, fundada por ele, aborda alguns dos problemas mais desafiadores do Planeta, ajudando os principais atores a expandirem seu foco da agenda de responsabilidade por meio da resiliência à regeneração. Grande parte do trabalho está no nível do Conselho ou C-suite. A liderança de pensamento deste importante pensador é evidente em Volans Inquiries, incluindo *Project Breakthrough*, *Tomorrow's Capitalism Inquiry* e *Green Swans Observatory*.

Elkington foi membro do corpo docente do Fórum Econômico Mundial de 2002 à 2008. E em 2009, ficou em 4º. lugar em uma pesquisa internacional, entre os 100 principais líderes de Responsabilidade Social Corporativa, ficando atrás apenas de Al Gore, Barack Obama e da falecida ativista ambiental britânica, Anita Roddick.

Aqui, apresentamos parte das pesquisas e estudos do doutorado concluído por Cida Hess, em Engenharia de Produção, pela UNIP/SP no PPGE, com foco em Sustentabilidade e contendo entrevistas com especialistas acadêmicos e corporativos. Sendo Sustentabilidade o foco de um extenso esforço desenvolvido ao longo de quatro anos, John Elkington, autoridade mundial em responsabilidade corporativa e capitalismo sustentável, não poderia deixar de ser entrevistado.

Acompanhe a seguir a íntegra da entrevista, realizada virtualmente em duas sessões, nos dias 10 e 21 de julho últimos, interligando Londres, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, aproveitando “brechas” na intensa e concorrida agenda internacional do nosso ilustre entrevistado.

RI: Como o senhor avalia o impacto do movimento de Sustentabilidade no sistema capitalista?

John Elkington: Eu entendo como “fraca” a agenda de Sustentabilidade, incluindo conceitos como “RSC” (Responsabilidade Social Corporativa), “ESG” (Ambiental, Social e Governança) e emissões de efeito estufa “net zero”. Ao mesmo tempo, algumas pessoas estão começando a se mover na direção de uma Sustentabilidade “mais forte”, com conceitos como “Fronteiras Planetárias”, “Economia Circular” e “Regeneração”. Esse segundo grupo de conceitos está começando a impactar as empresas líderes, pelo menos em termos de sua retórica e, até certo ponto, de suas metas e compromissos futuros. Mas em termos de afetar as estruturas e processos profundos do capitalismo, mal “arranhamos a superfície”. Ainda assim, estamos nos estágios iniciais de um ponto de inflexão, em que as dimensões estruturais e sistêmicas da agenda de mudança provavelmente se colocarão com força na vanguarda da atenção política. Não é por acaso que até mesmo alguns líderes empresariais falam agora da necessidade de uma “mudança de sistema”.

RI: Quais tendências para este sistema o senhor identifica nos próximos anos?

John Elkington: Se a história servir de guia, as perturbações econômicas e políticas que estamos vendo são precursoras de deslocamentos ainda maiores. Em vez da globalização, estamos vendo partes do mundo se movendo em direção a formas de “desglobalização”, em vez da unidade global em torno da definição e abordagem de questões-chave de segurança, estamos vendo *clusters* regionais cada vez mais ideologicamente orientados; e em vez de um desejo de paz, vemos os estágios iniciais de uma aceitação relutante da inevitabilidade da guerra. A história nunca se repete, ou não exatamente, mas padrões profundos sugerem que a agenda da Sustentabilidade agora mudará do foco em soluções globais para abordagens mais regionais e locais, antes de finalmente retornar ao nível global. O momento desse ciclo não é claro, embora seja inevitável. Os atuais “campeões de soluções globais” – entre eles o secretário-geral da ONU, António Guterres – parecem cada vez mais desesperados. Quando na história ouvimos um secretário-geral dizer: “Estamos na estrada para o inferno climático”? Não temos, nem ouvimos, ninguém atacando o setor de combustíveis fósseis como cúmplice quase criminal do processo. A agenda da Sustentabilidade está se tornando política – e politizada.



CIDA HESS (São Paulo) e **JOHN ELKINGTON** (Londres)



RONNIE NOGUEIRA (Rio de Janeiro), **MÔNICA BRANDÃO** (Belo Horizonte), **JOHN ELKINGTON** (Londres) e **CIDA HESS** (São Paulo)

RI: A globalização trouxe grandes benefícios, mas também aumentou muito as desigualdades, ao colocar uma quantidade substancial de riqueza nas mãos de um pequeno grupo de pessoas. Como o senhor analisa esse processo?

John Elkington: Sim, a globalização trouxe benefícios, incluindo – se acreditarmos nas histórias – tirar 300 milhões de chineses da pobreza. Mas, novamente, isso é a história andando em círculos ou, pelo menos, em grandes ciclos. Concentrações massivas de riqueza e poder seguem quase todos os grandes avanços econômicos ou tecnológicos. Pense em carvão, petróleo, plásticos, computação pessoal. Cada vez mais essas concentrações desenvolvem características descontroladas como o rico lobby para novos tipos de privilégio. E todas as vezes, eles

devem ser quebrados, seja por revolução, guerra ou durante depressões econômicas. Poderíamos optar por evitar tais resultados, mas os líderes políticos têm todos os incentivos para obscurecer as questões e obscurecer as escolhas. Com efeito, muitos deles traem os interesses mais amplos e de longo prazo de suas economias e sociedades. O colapso segue o boom, não apenas econômico, mas também político. Os economistas falam de “Momentos Minsky”, em que os mercados financeiros se soltam de suas amarras, ignorando realidades que as gerações anteriores haviam conquistado com dificuldade, uma experiência dolorosa. Também vemos “Minsky Moments” em relação à política, com as pessoas não apenas se esquecendo como a guerra pode ser, mas também como decisões e ações aparentemente inocentes podem “lubrificar ainda mais a ladeira escorregadia”.

RI: Recentemente, o CEO da BlackRock, Larry Fink, que tem estado na vanguarda da adoção de padrões ESG pelo mundo dos negócios, deixou de usar o termo, dizendo que se tornou “muito politizado”. Mas a maior gestora de ativos do mundo não mudou sua postura em questões ESG. Qual é a sua opinião sobre isso?

John Elkington: Larry Fink foi ousado e corajoso ao abraçar as agendas ESG e climáticas - e ao desafiar os CEOs das empresas nas quais eles eram investidores a fazer o mesmo. Agora, porém, no contexto do fervor ideológico que tomou conta de tantos membros do Partido Republicano americano, você pode ver facilmente as falhas que podem levar os EUA a um novo período de conflito civil. Dito isso, acho que podemos ver a resistência contra o ESG e a BlackRock como positiva, no sentido de mostrar que as pessoas com capital irrecuperável e outras formas de interesses investidos estão despertando para a natureza e a escala das transformações energéticas que estão começando acontecer. E também para o tamanho das desvantagens quando a maioria deles erra essa ligação. Os críticos do ESG dizem que não é capitalismo. Como se o capitalismo fosse algum texto sagrado. Em vez disso, é como um genoma, evoluindo o tempo todo. Ao fazer tais afirmações, esses críticos demonstram como não têm noção de como seu “amado capitalismo” evoluiu para sobreviver. Como resultado, eles se encontrarão presos no lado errado da história. E seus bens também. A guerra da América contra a escravidão foi muito mais do que isso, claramente. Mas há outra guerra civil em andamento. De fato, o impulso global acelerado para deixar de lado nossos escravos de energia fóssil e seus mestres será muito mais doloroso do que se tivéssemos escolhido agir em boa ordem e no tempo certo. Atraso é igual a dor de longo prazo, embora nem sempre para aqueles que atrasam ou financiam ações de adiamento.

RI: As informações ESG já são obrigatórias em 29 países dos 36 pesquisados pela CMF e SLC. O trabalho realizado pelo Capital Markets Forum (CMF) e pelo Securities Law Committee (SLC) foi apresentado em reunião do C-ESG pela Allen & Overy LLP. Como o senhor vê esse movimento?

John Elkington: Encorajador, em muitos aspectos. Os dados ESG representam um nível mínimo de entrada na agenda de Sustentabilidade, uma condição necessária para o progresso. Mas uma questão fundamental é: quem fará o quê com esses dados? Quem irá transformá-los em inteligência

“

Os dados ESG representam um nível mínimo de entrada na agenda de Sustentabilidade, uma condição necessária para o progresso. Mas uma questão fundamental é: quem fará o quê com esses dados? Quem irá transformá-los em inteligência de mercado valiosa e eficaz? Elementos disso já estão acontecendo, claramente. Mas uma das razões pelas quais tenho prestado cada vez mais atenção à Inteligência Artificial (IA), na última década, é que considero um fator decisivo para a Sustentabilidade.

”

de mercado valiosa e eficaz? Elementos disso já estão acontecendo, claramente. Mas uma das razões pelas quais tenho prestado cada vez mais atenção à Inteligência Artificial (IA), na última década, é que considero um fator decisivo para a Sustentabilidade. Não há como fazer o que precisa ser feito apenas com nossos cérebros humanos padrão. Nós precisamos de ajuda. Usada da maneira correta, a IA pode nos ajudar a entender os negócios – e políticas – das novas realidades impostas no que os cientistas chamam cada vez mais de “Época do Antropoceno”, a primeira vez na história da Terra em que uma única espécie tem efeitos globais iguais ou superiores às forças geológicas.

RI: O ISSB emitiu recentemente os primeiros padrões – IFRS S1 e S2 – de divulgações relacionadas à Sustentabilidade nos mercados de capitais em todo o mundo, criando uma linguagem comum para divulgar o efeito dos

riscos e oportunidades relacionadas ao clima, nas perspectivas de uma empresa. O senhor acredita que isso ajudará as empresas a se tornarem mais conscientes?

John Elkington: Uma situação de ‘Torre de Babel’, com terminologias e padrões concorrentes, fornece álibis perfeitos para aqueles que querem fazer pouco... ou nada. Ter um consenso global emergente só pode ser uma coisa boa, especialmente quando também envolve, por exemplo, as recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima. Vale a pena lembrar que a contabilidade financeira convencional levou 500 anos para evoluir. Portanto, embora o progresso na contabilidade, relatórios e avaliações de Sustentabilidade muitas vezes pareça glacial, estamos subindo a curva muito mais rápido desta vez.

RI: O senhor criou o conceito do *Triple Bottom Line* em 1994. Em 2020, lançou “Cines Verdes”, clamando por uma mudança de sistema que sirva as pessoas, o Planeta e a prosperidade. Como pioneiro dessas discussões, como avalia os movimentos americanos anti-ESG, que querem limitar a utilização de critérios ESG na gestão e alocação de capital?

John Elkington: O *Triple Bottom Line* alcançou ampla adoção, como acontece com a Global Reporting Initiative (GRI), o Dow Jones Sustainability Indexes e mais de 6.000 B Corporations. O movimento ESG foi construído nessa base. Ainda assim, acho que a resistência é inevitável, dada a natureza cada vez mais esquizofrênica da política americana. Mas, igualmente, sem sentido. O Texas, geralmente, tem que pagar mais dinheiro por seus empréstimos do que na antiga ordem. Então, vejo os movimentos anti-ESG muito parecidos com o movimento pró-Brexit em meu próprio país. Compreensível, talvez, mas delirante e um ato de automutilação. Tão impulsionado pela ideologia, que está disposto a ignorar as evidências do mundo real, mesmo a um custo crescente para aqueles que votaram a favor - ou de outra forma apoiaram - a ideologia. O fato de muitos políticos de direita em todo o mundo optarem por não acreditar nas mudanças climáticas não sinaliza melhor conhecimento. Em vez disso, sinaliza uma dissociação da realidade, que – como acontece com todos os Minsky Moments – raramente termina bem.

RI: Na base do recall que o senhor promoveu no conceito *Triple Bottom Line*, em 2018, estava a necessidade de uma transformação sistêmica, ou

“

Vejo os movimentos *anti-ESG* muito parecidos com o movimento pró-Brexit em meu próprio país. Compreensível, talvez, mas delirante e um ato de automutilação. Tão impulsionado pela ideologia, que está disposto a ignorar as evidências do mundo real, mesmo a um custo crescente para aqueles que votaram a favor - ou de outra forma apoiaram - a ideologia.

”

seja, a criação de sistemas de mercado que possam oferecer resultados nas três dimensões ao mesmo tempo. Em uma de suas declarações, há cerca de dois anos, o senhor disse: “Precisamos de ganhos exponenciais”. Até que ponto avançamos nessa direção de forma concreta? Ainda falta muito para que a transformação sistêmica e os ganhos exponenciais se concretizem?

John Elkington: O recall do produto foi descrito pela Harvard Business Review como o primeiro de um conceito de gerenciamento. A ideia não era que o *Triple Bottom Line* fosse uma má ideia, mas, sim, que muitas vezes era mal interpretado e mal aplicado. O processo desencadeou nossa investigação do “Capitalismo de Amanhã”, que resultou em uma série de projetos que apontam o caminho a seguir para negócios e mercados. Um dos meus *think-tanks* favoritos é o RethinkX, com sede no Vale do Silício e no Reino Unido. Eles exploram as tendências exponenciais que já impactam setores como transporte e mobilidade, pecuária e laticínios, energia e finanças. Para onde quer que olhem, vêem as mesmas trajetórias

“

Nas trajetórias atuais, nada do que estamos fazendo salvará o Planeta – ou, mais significativamente, a nossa espécie e a nossa civilização. Assim como a má administração das terras agrícolas desencadeou o fenômeno *Dust Bowl* (tigela de pó) nos Estados Unidos, na década de 1930, a má administração de nossos solos, florestas, rios e oceanos está preparando o terreno para os desertos de amanhã, na terra, no céu e no mar.

”

rias: “gradualmente, e depois de repente”, como disse certa vez Ernest Hemingway. Vamos dar apenas um exemplo do que está acontecendo agora na frente exponencial. O mundo levou 22 anos para instalar seu primeiro terawatt de energia solar. O segundo e terceiro terawatts agora chegarão nos próximos cinco anos. Isso é mudança exponencial.

RI: Em 2020, o senhor lançou o livro “Cisnes Verdes: O próximo boom do Capitalismo Regenerativo”. Será essa a solução para salvar o Planeta?

John Elkington: Não nas tendências atuais. Nas trajetórias atuais, nada do que estamos fazendo salvará o Planeta – ou, mais significativamente, a nossa espécie e a nossa civilização. Assim como a má administração das terras agrícolas desencadeou o fenômeno *Dust Bowl* (tigela de pó) nos Esta-

dos Unidos, na década de 1930, a má administração de nossos solos, florestas, rios e oceanos está preparando o terreno para os desertos de amanhã, na terra, no céu e no mar. As evidências científicas – que os governos acham que podem ignorar se quiserem – agora sugerem que vamos derrubar o teto de aquecimento global de 1,5°C, estabelecido há menos de 10 anos. Lembre-se que este não foi um ponto de passagem: foi um ponto em que os cientistas concluíram que seriam acionados pontos de inflexão “imparáveis”. Também fomos alertados, entre outros, por Greta Thunberg e pelos movimentos estudantis climáticos. Mas o que quer que digamos em nossa defesa, fechamos os olhos, surdos. Agora, aqui estamos nós. A ciência está saindo da escala. E qualquer um que leia ficção científica moderna notará como o foco agora mudou da exploração do espaço profundo para o caos climático. Não no tempo profundo, mas bem dentro de nossas próprias vidas. Dito isso, as tendências do Cisne Verde nos mercados, na política e no domínio cultural ainda podem fazer uma grande diferença - e ajudar algumas empresas. Alguns setores e economias são bem-sucedidos, enquanto outros falham. Mas quanto mais deixarmos de lado as decisões difíceis, mais difíceis e dolorosas serão as mudanças inevitáveis quando elas forem impostas a nós.

RI: Considerando a complexidade para determinar padrões globais para medir a evolução das práticas sustentáveis das empresas, qual é o conjunto mínimo dessas práticas que poderia indicar um forte compromisso corporativo com a Sustentabilidade e padrões de medição relacionados?

John Elkington: Admiro o trabalho que as plataformas *business-to-business* como o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) estão fazendo – e, sem dúvida, estaríamos muito melhor se todas as empresas do mundo adotassem as melhores práticas que essas plataformas destacam. Mas a liderança corporativa não será suficiente. Mesmo os líderes corporativos mais celebrados estão reclamando que os mercados de hoje não apenas falham em incentivar mudanças positivas o suficiente, mas, muitas vezes, continuam a recompensar empreendedores, modelos de negócios, indústrias e garantir economias. As empresas não podem fazer o que agora precisa ser feito. Só os governos podem. E como tem sido fascinante observar a União Européia, que se orgulhava de ser líder com seu *Green New Deal*, lutando para acompanhar o impacto e as implicações da Lei de Redução da Inflação do presidente Biden, que tem sido um grande impulso para aqueles que desenvolvem soluções para mudanças climáticas.

“

Ainda há uma quantidade absurda de destruição dos ecossistemas da floresta tropical. Seria muito fácil dizer que o mundo está indo na direção certa - ou que algumas partes do mundo estão começando a ir na direção certa - mas ainda não entendemos adequadamente a natureza e a escala dos desafios que estão chegando a nós muito rápido. Vamos acordar a tempo? Vamos agir no nível apropriado? Eu não tenho certeza.

”

RI: Fundos que se “vendem” como opostos a considerações de investimentos ambientais, sociais ou de governança (ESG) tiveram uma queda na atração de novos investidores, conforme afirmou a empresa de pesquisa Morningstar no mês passado. O senhor acha que isso pode ser uma tendência?

John Elkington: Sim, é provável que seja uma tendência, visto que nem mesmo os mercados financeiros podem ser estúpidos para sempre. Mas não acho que esse tipo de desafio vá acabar. Uma questão fundamental é que todos esses tipos de pessoas agora se encontram do lado errado da história. As discussões sobre ativos ociosos costumavam soar acadêmicas e remotas – mas estão se tornando um perigo claro e presente para todos os tipos de investidores que fizeram as apostas erradas.

RI: Diante desses desafios, há muito trabalho a fazer para salvar o Planeta e todas suas espécies. O senhor acredita que as pessoas com as quais está

falando sobre essas questões estão conscientes e estão trabalhando em prol da Sustentabilidade?

John Elkington: Conscientes, sim. Trabalhar para tentar encontrar soluções, sim. Mas tentar ou conseguir mover-se na velocidade certa, com a urgência certa, nas direções certas, nem sempre é claro para mim. Quero dizer, estive recentemente em Barcelona com jovens inovadores e empreendedores e realmente fiquei impressionado com o número de pessoas que depois enviaram e-mails e me contataram pelo LinkedIn. Não há dúvida de que há interesse lá. E não há dúvida de que os mais jovens, inclusive no Brasil, onde um estudo recente mostrou muito claramente que os jovens estão realmente preocupados com as mudanças climáticas. Mas acho que os políticos ainda não entenderam direito. E eu sei que se você olhar para o Brasil com Bolsonaro e depois com Lula, não há dúvida de que, desde que Lula voltou ao poder, os incêndios na Amazônia diminuíram. Mas ainda há uma quantidade absurda de destruição dos ecossistemas da floresta tropical. Portanto, seria muito fácil dizer, simplesmente, porque conversei com muitas pessoas legais, conhecedoras e comprometidas que o mundo está indo na direção certa - ou que algumas partes do mundo estão começando a ir na direção certa - mas ainda não entendemos adequadamente a natureza e a escala dos desafios que estão chegando a nós muito rápido. Vamos acordar a tempo? Vamos agir no nível apropriado? Eu não tenho certeza. Eu escolho acreditar que podemos e escolho acreditar que os líderes de nosso mundo o farão. Mas ainda terá muita gente que não agirá a tempo.

RI: Desde a publicação de seu livro “Canibais com garfo e faca”, seu estilo de vida e consumo mudaram?

John Elkington: Esta é uma boa pergunta. Em rápida retrospectiva, meu primeiro livro foi lançado em 1980 e o sétimo foi o “Guia do Consumidor Verde”, em 1988, que, basicamente, tentava fazer com que pessoas comuns como consumidores, cidadãos, mudassem suas compras, seus comportamentos e assim por diante. Voltando à sua pergunta, tornei-me vegetariano há 45 anos. E eu o fiz, em grande parte, e minha família também, na época, porque estava preocupado que a produção de carne se tornasse uma indústria cada vez mais problemática. E agora as evidências sugerem que isso é verdade. Mas também fiz porque quando eu tinha 6 anos fui levado para conhecer um matadouro. Meus pais não sabiam disso, eram apenas trabalhadores rurais. Eu manifestei interesse em saber para onde eles estavam indo, então eles me levaram. Eu vi coisas que tiveram um

impacto profundo em mim. Eu mantive um mesmo carro desde então, por cerca de 40 anos. Nos últimos dois anos não tive carro, porque em Londres existe a Zona de Emissões Ultrabaixas para proteger ou melhorar a qualidade do ar. Os carros mais antigos são, simplesmente, banidos das estradas e o nosso, apesar de ser um bom carro, estava fora dos controles estabelecidos. Algumas semanas atrás, comprei um carro elétrico pela primeira vez, mas, ainda assim, me sinto mal por ter um carro. Portanto, nem sempre estou vivendo de acordo com os princípios, pois, mesmo que eu decida ter um carro elétrico e que agora viaje muito menos de avião do que antes do *lockdown* imposto pela COVID, ainda assim, provavelmente, estou em quase um país diferente por semana. E, portanto, há muitos aspectos do que fazemos que não são sustentáveis. Temos muita sorte, porque na área de Londres em que vivemos, tudo é reciclado, todo tipo de material – plásticos, metais, papel e etc. – tem uma lixeira própria. Então, nós fazemos isso. Mas fazemos o suficiente? Não, acho que não. Mas, novamente, quero dizer que tenho muita sorte de morar em uma cidade que tem um eficiente sistema de metrô, que significa que não preciso usar carro quando vou à cidade. Eu viajo de trem e de metrô. Mas acho que se um grande número de pessoas em todo o mundo reduzisse o consumo de carne, seria uma das melhores coisas que poderíamos fazer. E então, apenas neste País, no Reino Unido, um estudo publicado esses dias, dizia, basicamente, que se os britânicos não desistissem, mas apenas reduzissem seu consumo, isso seria igual a tirar 8 milhões de carros das ruas. Isso seria um grande progresso. Enfim, resposta complicada para uma pergunta simples.

RI: No ano passado, o senhor concedeu uma entrevista para a Folha de São Paulo e falou sobre revolução. Como podemos fazer esta revolução – não no velho estilo, mas uma nova revolução?

John Elkington: Bem, a velha revolução é, basicamente, trocar um grupo de pessoas poderosas por outro e, geralmente, colocando o grupo anterior contra a parede e atirando neles ou algo parecido. Não imagino que vamos evitar guerras e guerras civis em particular no futuro. Acho que elas vão acontecer, pois é a maneira como operamos como espécie. Quando estive na Espanha recentemente, estava dizendo às pessoas que o conflito na Ucrânia será visto no futuro como muito parecido com a Guerra Civil Espanhola na década de 1930. Foi um pequeno campo de testes para a guerra muito maior que veio depois. Então, acho que o conflito vai acontecer, mas acho que há um conjunto de revoluções que são muito diferentes, que estão sendo parcialmente aceleradas, por exemplo, pelo conflito

“

Não imagino que vamos evitar guerras e guerras civis em particular no futuro. Acho que elas vão acontecer, pois é a maneira como operamos como espécie. Quando estive na Espanha recentemente, estava dizendo às pessoas que o conflito na Ucrânia será visto no futuro como muito parecido com a Guerra Civil Espanhola na década de 1930. Foi um pequeno campo de testes para a guerra muito maior que veio depois.

”

na Ucrânia. Como, por exemplo, a tecnologia drone, que é incrivelmente importante para monitorar ecossistemas e corpos d'água e poluição e assim por diante. Junto com a inteligência artificial, essa tecnologia está sendo muito utilizada na guerra. Então, tudo está começando a ser feito mais rápido do que seria feito de outra forma. Mas acho que a revolução não é só da tecnologia, embora se você pensar em inteligência artificial, pense em sensoriamento remoto por satélite, fermentação de precisão na área de alimentos, agricultura regenerativa. Há muitas coisas que estão acontecendo agora, revolucionárias em seu caráter e no sentido de que irão derrubar uma ordem existente. Elas substituirão as pessoas que investiram em carvão por pessoas que não investem em carvão. Elas substituirão as pessoas que investem em petróleo e gás natural por pessoas que não investem, que investem em eficiência energética, energia renovável, hidrogênio, todos esses diferentes veículos elétricos, tecnologia de bateria, o que for. E acho que o interessante é que, novamente, como o caos climá-

tico, as pessoas pensam que muito disso acontecerá no futuro. Isso realmente não vai acontecer durante a minha vida, e nós não vamos passar por isso. Estamos começando a ver empresas como a Ford Motor Company, nos Estados Unidos, fazendo algo que trabalhei com ela. Trabalhei com Bill Ford quando ele era CEO há 20 anos e lembro-me de dizer aos engenheiros da Ford sobre o que Elon Musk estava fazendo. Isso foi entre 2003 e 2004, apenas citando a Tesla e eu me lembro muito bem do que eles disseram em resposta: que experimentaram veículos elétricos há 100 anos e não funcionaram e não ia funcionar de novo. Mas a revolução está acontecendo em nossas ruas e está acontecendo muito mais rápido do que aquelas pessoas imaginavam. A tal ponto que a Ford agora se dividiu em duas empresas, o que seria impensável há 20 anos. Há 10 anos, eram impensáveis... E eles o substituíram por um negócio focado no legado do que a Ford faz, que são os motores de combustão interna. E os veículos elétricos, que são os novos negócios. Agora, não sei se a Ford terá sucesso nisso, porque os instintos e reflexos das empresas tradicionais nem sempre são o que é necessário com essas novas áreas de negócios disruptivos. Mas quando penso em revolução, em parte quero dizer que é tecnologia, são modelos de negócios, é uma consciência crescente entre o público, principalmente os mais jovens. Que eles foram traídos por pessoas mais velhas, que escolheram ignorar um conjunto de problemas que vão definir as expectativas e perspectivas de vida dos mais jovens. E eles estão ficando com raiva, estão começando a protestar. Não é apenas Greta Thunberg, embora eu ache que ela tem sido incrivelmente poderosa. Isso levará à revolução, isso levará ao sangue nas ruas, porque há algo sobre os seres humanos, particularmente as pessoas poderosas que pensam que podem se proteger, que podem ignorar o futuro. E, geralmente, a história sugere que eles não podem... não para sempre. Mesmo que eles se estabeleçam em um refúgio ou bunker seguro e confortável na Patagônia ou na Nova Zelândia ou onde quer que seja, está chegando a hora em que as pessoas simplesmente dizem que teremos que fazer as coisas de maneira muito diferente. Então, novamente, uma resposta muito longa e extensa para sua pergunta, mas acho que quando penso em revolução, penso em tipos tradicionais de revolução. Mas também estou pensando nas revoluções industrial, tecnológica, econômica, psicológica e cultural.

RI: Muito se fala sobre a importância da educação. O sistema educacional está adequado para transformar o mindset e preparar as pessoas para fazerem escolhas diferentes de consumo?

“

O investimento mais importante que qualquer sociedade faz é em seu sistema educacional. Mas quando digo isso, não me refiro apenas à educação dos jovens de um mundo e economia moldados pelos idosos, refiro-me também à reeducação dos idosos. Porque como a vida, a expectativa de vida expande as pessoas.

”

John Elkington: Minha resposta é muito simples: Não. Principalmente os sistemas públicos de educação na maioria dos países, com algumas exceções – Vietnã, Singapura – não são adequados para esse propósito. E muitas vezes, dizem os Ativistas, não há tempo suficiente para educar a próxima geração com todos esses desafios, temos que agir agora. Minha resposta é que o investimento mais importante que qualquer sociedade faz é em seu sistema educacional. Mas quando digo isso, não me refiro apenas à educação dos jovens de um mundo e economia moldados pelos idosos, refiro-me também à reeducação dos idosos. Porque como a vida, a expectativa de vida expande as pessoas. Tenho 74 anos, meus pais viveram até os 90. Eu não tenho expectativas, mas as pessoas estão cada vez vivendo mais. Mas à medida que envelhecem, elas se tornam mais conservadoras, quero dizer, querendo menos ver a disrupção do mundo. Elas querem que seus fundos de pensão sejam seguros e confiáveis e isso significa não investir em setores disruptivos de alto risco, investir em combustíveis fósseis, porque pensam em garantir um retorno e tendem a votar em políticos conservadores, às vezes em políticos populistas. Em meu próprio país, a Grã-Bretanha, a população mais velha votou com muito mais energia no Brexit do que os

mais jovens. E, felizmente, os mais jovens estão entrando na economia. Mas acho que veremos esse padrão repetido de novo, e de novo... e de novo. E isso tem aspectos de uma geração, não apenas tensão. Por vezes, será um conflito intergeracional e, então, a educação é crucial. Para todos nós, não apenas para os jovens, como eu disse, temos que nos preparar para o que vem a seguir. Há novidades na internet, que trouxe todos os tipos de novas formas de educação ao alcance das pessoas. De repente, há acessos através do Google aos livros do mundo ou a todos os sites internacionais a ou qualquer outra coisa. Portanto, se você optar por educar-se, as opções são muito maiores do que antes. Mas então, tem o risco da mídia social, como os russos estão fazendo e assim por diante. O risco da desinformação está acelerando o tempo todo. No evento que participei agora em Barcelona, conversei com o CIO da Telefônica sobre esses personagens falsos na internet. Muitas pessoas não querem vacinas como a educação. Acho que a vacinação é um dos avanços tecnológicos mais importantes dos últimos 100 anos e vejo a educação como uma forma de vacinação contra o tipo de pandemia mental do futuro. A educação é importante e fundamental e devemos dar muito mais atenção tanto a ela quanto termos mais respeito pelos professores, em todos os níveis e em nossos sistemas.

RI: ESG: modismo, sobrevivência ou conscientização?

John Elkington: É uma moda, sim. E desencadeou um “frenesi alimentar” nos mercados financeiros. Mas, pelo menos em minha opinião, sinaliza uma consciência crescente de que os velhos modelos de economia e criação de valor estão nos servindo muito mal. Os jovens – e um número crescente de líderes empresariais e investidores – sentem cada vez mais que agora enfrentamos um conjunto de riscos existenciais. Eles vêem que a maioria dos políticos não tem coragem de enfrentar o desafio, então vão procurar novos tipos de líderes. Minha opinião é que a evidência está agora no populismo, quer você olhe para o histórico de Trump, Johnson, Erdogan, Modi ou Duterte. Esses “líderes” podem se apegar ao poder em alguns lugares, mas não atenderam às necessidades presentes – muito menos às do futuro. Alguns podem argumentar sobre a necessidade de líderes empresariais se posicionarem e fazerem política. Na verdade, estamos, atualmente, analisando as melhores práticas em termos de defesa corporativa e lobby. Mas precisamos de líderes políticos eleitos democraticamente, não de pessoas como Trump – cuja atração era em grande parte baseada na história distorcida e oca que ele contou sobre seu sucesso nos negócios. O desafio de salvar o mundo é

cada vez mais político – e exigirá novas gerações de líderes políticos que estejam prontos para os desafios futuros, ao contrário de muitos dos políticos de hoje.

RI: Para finalizar, qual é a sua visão sobre o futuro da Sustentabilidade?

John Elkington: A Sustentabilidade é um conceito que existe desde meados da década de 1980, passando por períodos de excitação, de perda de atenção, de energia e de impulso. Neste momento, certas partes do mundo, não em todos os lugares, sentem que precisam falar sobre Sustentabilidade. Mas estão fazendo isso ao mesmo tempo em que há evidências de que a emergência climática piora a cada dia. Então há dissociação entre as pessoas entenderem que precisam usar a linguagem, mas ainda não entenderam a necessidade de agir. Desta forma, os ciclos serão mantidos, entre altos e baixos. Mas penso que daqui a 100 anos, em diferentes formas e linguagens, o conceito de Sustentabilidade será o mesmo que o conceito de democracia, de liberdade, de grandes ideias que surgem de vez em quando. E essa ideia de se preocupar com o Planeta, cuidando das gerações futuras, não só dos seres humanos, mas de todas as espécies, é relativamente nova para as sociedades industriais, mas já existe nas comunidades indígenas há muito tempo. Em minha opinião, Sustentabilidade veio para ficar, mas não será uma linha reta daqui até 2123, ou quando for. **RI**

Nota: Para saber mais sobre as obras e trabalhos de John Elkington, acesse:

Sites: volans.com e johnelkington.com;

Twitter: [@volansjohn](https://twitter.com/volansjohn) e [@volanshq](https://twitter.com/volanshq);

Linkedin: uk.linkedin.com/in/john-elkington-2907568.

CIDA HESS

é doutora em Sustentabilidade pelo PPGEF da UNIP/SP, mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUCSP, economista e contadora, com MBA em finanças pelo IBMEC. Executiva, conselheira, palestrante, coordenadora da Comissão Temática de Finanças e Contabilidade e professora da Board Academy. Colunista da Revista RI desde 2014 e do Portal Acionista desde 2019.
cidahessparanhos@gmail.com

MÔNICA BRANDÃO

é mestre em Administração pela PUC Minas, especialista em finanças e estratégia, engenheira eletricista e graduanda em Direito. Executiva, conselheira e consultora de organizações, além de professora universitária. Colunista da Revista RI desde 2008 e do Portal Acionista desde 2019.
mbran2015@gmail.com

RONNIE NOGUEIRA

é publisher e diretor editorial da Revista RI.
ronnie@imf.com.br



SUA EMPRESA
PRÁTICA OU EXPLICA



MATERIALIDADE ESG A CHAVE DA DISCUSSÃO

A Agenda ESG se desenvolveu muito nos últimos anos e ganhou críticas importantes, como um dos principais autores sobre *Valuation*, Aswath Damodaran, que publicou “*Sounding good or Doing good? A Skeptical Look at ESG*” (2020) e “*The ESG Movement: The ‘Goodness’ Gravy Train Rolls On!*” (2021). Um dos pontos levantados por Damodaran: as empresas gastarem centenas de páginas em seus relatórios anuais dizendo o quão são bondosas é uma clara falta de conexão dos reportes corporativos com um processo de materialidade consistente.

por **DENYS ROMAN**

Afinal, materialidade é um fundamento chave dos frameworks e standards de sustentabilidade, tais como GRI, SASB, Relato Integrado, TCFD e das recentes normas da ISSB / IFRS Foundation.

O processo de materialidade deve considerar uma aborda-

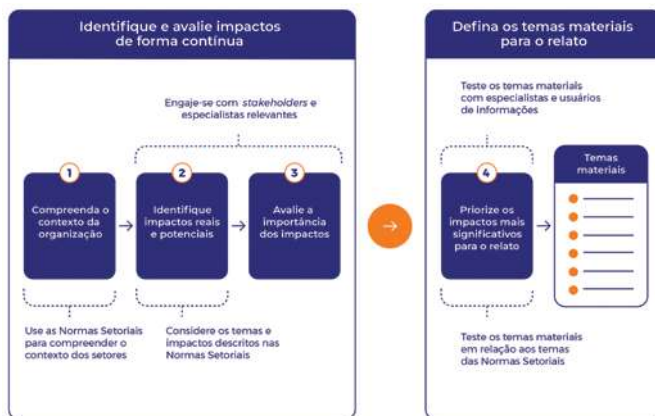
gem conectada com o planejamento estratégico, com a gestão de riscos e oportunidades relacionadas ao modelo de negócios de cada empresa, bem como incorporar os fatores externos presentes e potenciais e levar em conta como a empresa impacta e é impactada nas relações com seus diversos *stakeholders*.

Nesta linha de avaliar os impactos de forma bidirecional, vem ganhando força o conceito de **dupla materialidade**, exemplificado pela figura apresentada em publicação da Comissão Europeia, que ilustra a relação da empresa com o clima.



Fonte: Livre tradução e adaptação de Comissão Europeia 2019

A ilustração abaixo, elaborada e apresentada pela GRI, torna o processo de materialidade mais tangível:



Fonte: Adaptação de GRI 2021

A GRI ainda recomenda que esse processo seja supervisionado pelo mais alto órgão da administração da empresa. Embora a figura indique “defina os temas materiais para o relato”, a melhor leitura seria para gestão.

Ainda cabe considerar que um dos pontos da importância da supervisão pelo Conselho é o alinhamento ao planejamento estratégico e à gestão de riscos, que também são pautas de supervisão dos Conselhos de Administração.

Embora as normas IFRS S1 e S2, publicadas em junho de 2023, tenham sido baseadas inicialmente no conceito de materialidade simples, a abordagem de *building blocks* con-

sidera que devam ser somadas demandas de iniciativas jurídicas, por exemplo da União Europeia, e os requerimentos da GRI, lembrando que este standard deve seguir sendo utilizado.

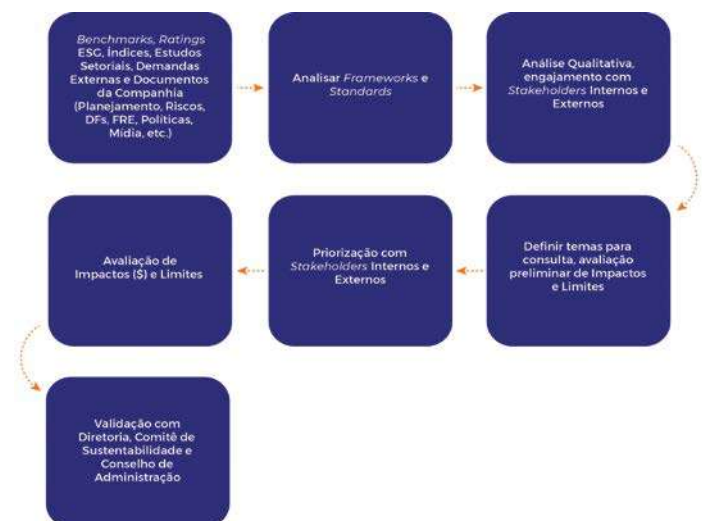
Abordagem da IFRS - Construção de blocos



Fonte: Livre tradução e adaptação de IFRS 2022

É uma oportunidade relevante ampliar o envolvimento dos times financeiros e de risco das empresas, até porque as demandas de investidores seguem se sofisticando e a avaliação de impactos financeiros contribui para tornar o processo de materialidade cada vez mais robusto.

Com o objetivo de tornar o processo de materialidade mais palpável, apresenta-se a seguir um modelo de fluxo, elaborado pela blendON ESG Services:



Fonte: blendON

1. Nessa etapa, é feito o levantamento inicial de temas, observando tanto para o mercado quanto para a própria Companhia.

2. Já prevendo uma futura prestação de contas, é importante avaliar as recomendações de GRI, SASB, Relato Integrado, TCFD e ISSB, por exemplo, criando, dessa forma, uma materialidade já desenvolvida aderente às normas de reporte.
3. Nesse ponto, é importante que *stakeholders* sejam ouvidos e engajados. Mas, desde o começo, é importante envolver a Diretoria e o Conselho de Administração, que podem, inclusive, apoiar na escolha e engajamento de *stakeholders* externos relevantes.
4. É possível conduzir um processo de priorização após a etapa qualitativa, envolvendo um número muito maior de *stakeholders*, tais como colaboradores, clientes e outros grupos que podem ser bastante numerosos. Cabe, ainda, uma análise de impactos (financeiros, inclusive) para evitar que temas pouco relevantes sejam levados à consulta pública. O modelo mais utilizado para consulta é a pesquisa online.
5. Na priorização, caso haja opção pela realização de consulta online, é possível prever a separação de grupos relevantes, por exemplo: clientes versus clientes relevantes, funcionários versus funcionários que passaram por processo de engajamento. Assim, há possibilidade de fazer uma ponderação calibrada das notas atribuídas pelos grupos.
6. Após a priorização, é recomendável fazer uma análise de impactos mais apurada, aprimorando-se análise impactos financeiros, para a devida definição dos temas materiais.
7. Os órgãos da administração da Companhia devem fazer a validação dos temas materiais. Inclusive com possibilidade, se for justificável, de incluir e excluir temas.

Para apoiar a validação de temas materiais, é interessante refletir sobre os 5 pontos ESG na criação de valor apontados pela McKinsey & Company:

- (1) facilitar o crescimento de receita
- (2) reduzir custos
- (3) minimizar intervenções regulatórias e legais
- (4) aumentar a produtividade dos funcionários
- (5) otimizar ativos e investimentos



A materialidade é crucial para o desenvolvimento de uma agenda ESG consistente. Vale lembrar ainda que, a partir dos temas materiais, devem ser definidos quais indicadores são relevantes para aprimorar a gestão da organização.



Se um tema não tiver impacto sobre ao menos um dos tópicos listados, algum ponto do processo deve ser reavaliado, pois, possivelmente, existem temas com prioridade superior para a gestão e reporte.

Em resumo, a materialidade é crucial para o desenvolvimento de uma agenda ESG consistente. Vale lembrar ainda que, a partir dos temas materiais, devem ser definidos quais indicadores são relevantes para aprimorar a gestão da organização. **RI**



DENYS ROMAN

é Mestre em Sustentabilidade pela FGV; Instrutor Credenciado do IBGC; Consultor em ESG, RI e Governança Corporativa na blendON - ESG Services. Atua na CBARI / Relato Integrado, Comissão de Sustentabilidade do IBGC.
denys.roman@blendon.com.br



2º ENCONTRO ESG

ENGAJAR PARA TRANSFORMAR

23 e 24 de agosto de 2023

Conquistar novos mercados, mitigar riscos, acessar linhas de crédito e falar da agenda climática são apenas alguns dos aspectos que as empresas, profissionais de investimentos e investidores que pensam em sustentabilidade têm como vantagens competitivas nos negócios. **É preciso engajar para transformar!**

PATROCINADORES

blendON

THE MEDIA GROUP

Valor^{ECONÔMICO}

REALIZAÇÃO

abrasca

apimec
BRASIL

ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS DE MÍDIA

ACIONISTA

RI
RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS

ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP | ABVCAP | AMEC | ANBIMA |
ANCORD FACPCS | IBEF SP | IBRACON | IBRI

CISNE VERDE

A NOVA REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA DECLARAÇÃO DE RELATÓRIOS ESG

O Banco SBV (Silicon Valley Bank) decretou recuperação judicial devido a falta de liquidez e a evasão em massa de investidores. Na sequência, episódios como a venda, a preço “irrisório,” do Credit Suisse para seu rival, o UBS, mostram toda a fragilidade atual do sistema bancário frente a um cenário que há muito não se via, principalmente nas grandes economias: a alta da inflação. E o que ESG (*Environmental, Social and Governance*) tem a ver com essa crise bancária? Tudo.

por **FILIPPE MONTEIRO** e **BEATRIZ BUSTI**

A pandemia da Covid-19 foi a chave para esse colapso inflacionário em diversos países, que tiveram que despejar dinheiro na economia para solucionar problemas emergenciais e reacender a movimentação financeira estacionada por meses. Mas, no médio prazo, tal medida se tornou um remédio amargo devido ao reflexo conhecido: quando há mais dinheiro circulando no mercado, maior é a inflação.

Para combater esse cenário, uma das regras mais antigas e concretas da macroeconomia é o aumento da taxa de juros, o que deixa o crédito mais escasso e caro, refletindo em uma desaceleração econômica que, consequentemente, reduz o poder de compra e acaba impactando a inflação. A partir daí, pessoas com menos acesso a recursos financeiros têm menos poder de compra, obrigando o mercado a reduzir o preço de seus produtos para manter o giro da economia.

Como vimos, a pandemia foi só o início, um aperitivo para que os governos comecem a pensar em crises que impactam o coletivo, como as questões climáticas e todos os desafios que estão por vir. Prejuízos na agricultura, extinção

de espécies animais e vegetais, crises de abastecimento de combustíveis e de saúde pública e alta do custo de energia elétrica, entre outras consequências que já foram sentidas por diversos países, são apenas amostras do futuro de um planeta em colapso.

Todas essas questões devem aumentar a pressão sobre o governo com a macroeconomia, impactando neste cenário de inflação e juros altos que deve perdurar. Desta forma, as instituições financeiras devem estar atentas e preparadas, com boas reservas de capital, para realizar análises de cenário e testes de estresse de forma recorrente, levando em consideração todas as questões ESG, primeiramente para garantir sua sobrevivência e, em segunda instância, evitar um caos ainda maior na economia global.

Assim, os países e suas instituições regulatórias devem intervir para que as instituições financeiras já se preparem, evitando a migração dos investidores de ações de empresas para dívidas públicas, como o tesouro direto, que, no cenário dos juros altos, são mais rentáveis, culminando na

“

Para as empresas que não estão enquadradas a essas regulações, serve o alerta para começarem o recolhimento de informações e terem preocupação sobre os riscos ESG, pois, em breve, passarão a ser cobradas em momentos como tomada de crédito, renovação de seguros e abertura de mercado para investidores. O detalhamento das regulações e instruções pode ser encontrado no próprio site do Banco Central do Brasil na busca por normas.

”

queda de geração de novas posições de emprego e, consequentemente, na retração da economia.

Neste cenário, o Banco Central desenvolveu e instituiu, desde 2021, uma série de normas que regem a elaboração de um Relatório de Gestão de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC) com tabelas padronizadas para divulgação, bem como regras de gerenciamento dos riscos ESG de instituições financeiras enquadradas nos segmentos 1 a 4 (S1, S2, S3 e S4), além da padronização da elaboração Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) pelas instituições integrantes do SFN (Sistema Financeiro Nacional).

Este arcabouço de regulações e instruções normativas vêm para aprimorar a forma como as instituições financeiras gerenciam e reportam seus riscos socioambientais e climáticos, bem como trazem obrigatoriedade regulatória de o fazerem buscando mitigar a ocorrência de crises no setor derivados de eventos ESG. Vale ponderar que as instituições S1 a S4 tem até dia 30/06/2023 para divulgar o relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).

Outras regulamentações associadas à temática ESG devem ocorrer em breve contemplando diversos outros setores, como o mercado de capitais, e devem tomar força com a “tropicalização” destes padrões pela CBPS (Comissão Brasileira de Pronunciamentos Sustentáveis) e apoio de órgãos como CVM (Comissão de Valores Imobiliários) e o próprio BACEN (Banco Central).

Para as empresas que não estão enquadradas a essas regulações, serve o alerta para começarem o recolhimento de informações e terem preocupação sobre os riscos ESG, pois, em breve, passarão a ser cobradas em momentos como tomada de crédito, renovação de seguros e abertura de mercado para investidores. O detalhamento das regulações e instruções pode ser encontrado no próprio site do BCB (Banco Central Brasileiro) na busca por normas. A principal é a resolução BCB 139/21, que estabelece os requisitos para a divulgação do relatório, e a IN 153/21, voltada a tabelas padronizadas para fins de divulgação.

De fato, os governos dos países começam a tomar o protagonismo nesta agenda ESG, antes puxada pelo setor privado por meio de grandes investidores no mercado de capitais. Se antes as empresas já iniciavam um movimento de adoção deste tema por questões estratégicas, busca de capital mais barato e ganho de *marketshare*, agora precisam começar a se atentarem para as novas regulamentações e legislações que se tornaram obrigatórias. É um mar de riscos e oportunidades que vem pela frente.

Empresas e governos, sejam bem-vindos a era do “Cisne Verde”, cujas mudanças climáticas já são uma realidade. **RI**

FILIPPE MONTEIRO e BEATRIZ BUSTI

atuam na área de Sustentabilidade da Protiviti, empresa especializada em soluções para gestão de riscos, compliance, ESG, auditoria interna, investigação, proteção e privacidade de dados.
contato@protiviti.com.br

CAPITALISMO VERDE NA BALANÇA

TRANSFORMANDO A DUALIDADE EM CAMINHOS SUSTENTÁVEIS

“O planeta está passando por dias mais quentes com recordes quebrados sucessivamente”; “Enquanto não houver descarbonização, a temperatura global seguirá batendo recordes”; “O oceano está ficando verde. Sim, é a mudança climática”. Essas são manchetes recentes na mídia, das quais não podemos nos orgulhar. Recordes de calor são quebrados repetidamente no mundo com consequências gravíssimas.

por **LUCIANA TANNURE**



Nos últimos 20 anos, os oceanos apresentam mudança na sua coloração e variedade de populações de fitoplânctons, principalmente nas regiões oceânicas tropicais. O aumento de absorção de dióxido de carbono pelos plânctons e algas pode representar um problema ainda mais sério: os oceanos absorvem quase 25% das emissões de carbono do mundo e podem não ser capazes de absorver mais no futuro.

Recentemente, em voo para o Collision Conference Toronto, assisti o documentário “A verdade inconveniente” um alerta onde Al Gore, desde 1989, mostra a evolução e os efeitos do aquecimento global e desabafa: “É mais uma questão moral que propriamente política”. Com certeza, existe a nossa responsabilidade individual e somos convidados a fazer melhores escolhas sobre nosso consumo. Naturalmente, nos cabe tomar melhores decisões com determinação para compensar ou até zerar nossas emissões individuais de carbono. A Revista RI na edição de Nov/2007, trouxe Al Gore destacando essa pauta.

Apesar dos esforços governamentais, as últimas décadas de mitigação das mudanças climáticas são consideradas fracassos resolutos, intensificando a capitalização dos ecossistemas enquanto se promove o mito do “crescimento verde”. Cenários desoladores, desmatamento em alta, incêndios florestais, ondas de calor recordes, clima errático e inundações ocorrem mundialmente com o aumento do nível do mar. Enquanto isso, o ‘business as usual’ se intensifica.

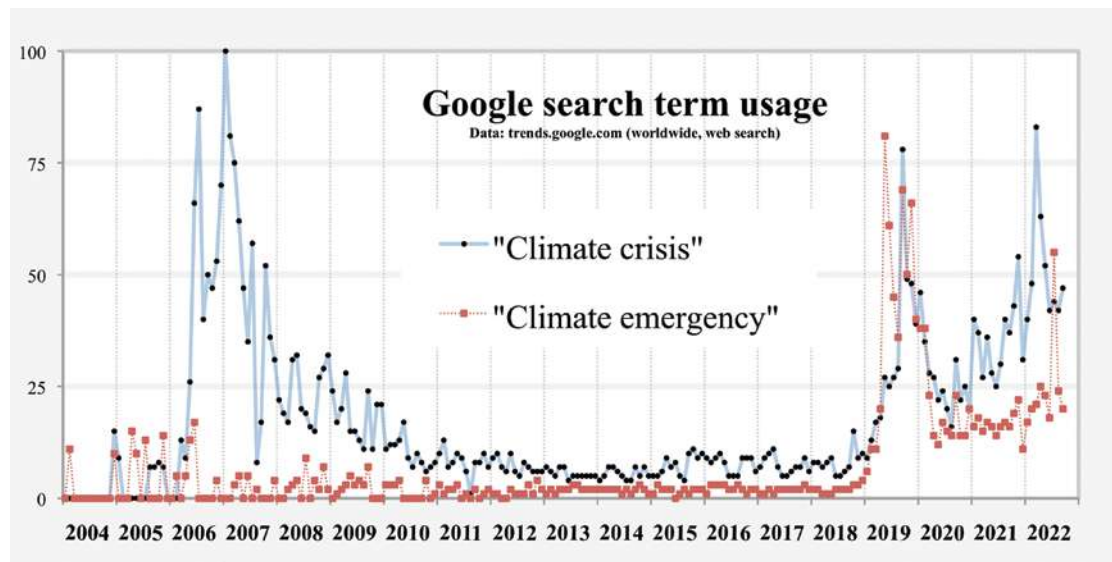
A despeito do maior interesse em relação aos efeitos socioambientais (pelo Google Trends), o consumo indiscriminado sem precedentes produz efeitos nocivos. O fato é que produzimos e consumimos além da capacidade de regeneração do ambiente em que vivemos, os ecossistemas e a bio-

“

O aumento de absorção de dióxido de carbono pelos plânctons e algas pode representar um problema ainda mais sério: os oceanos absorvem quase 25% das emissões de carbono do mundo e podem não ser capazes de absorver mais no futuro.

”

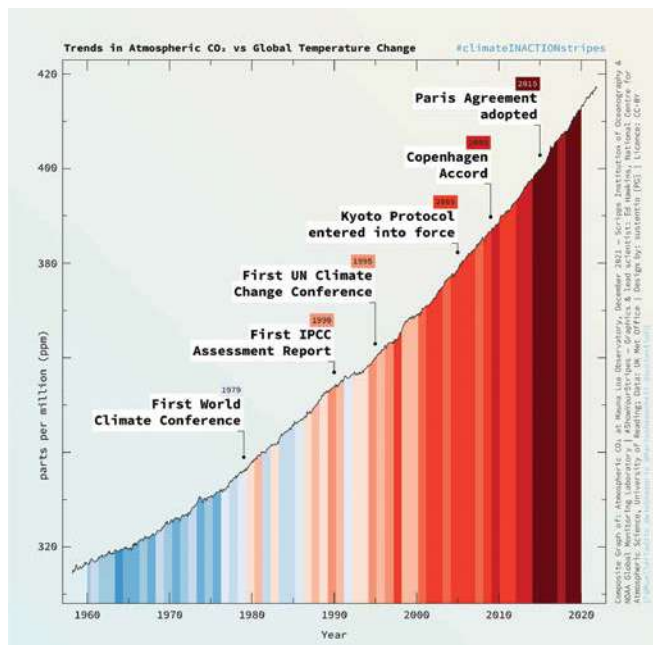
diversidade sofrem e existe elevado risco à sustentabilidade ambiental para as futuras gerações. Preservar os recursos naturais e o meio ambiente impõe muitas vezes um contraponto aos lucros de curto prazo sendo esse o principal empecilho da sustentabilidade no sistema econômico em curso. Por isso, nos deparamos com pontos importantes a endereçar que surgem constantemente nas pautas decisórias das organizações e chegam nas agendas de conselho: a exigência na mudança de paradigma da relação desequilibrada entre a sustentabilidade e o crescimento nas empresas somente para a lucratividade nos resultados. Por ora, a pauta é mostrada como um insustentável fardo, que exige ética, transparência e destreza para enfrentarmos conscientemente tal dilema.



SUSTENTABILIDADE

O capitalismo verde tem se colocado como uma solução dos negócios contumazes para problemas ambientais no mundo. Entretanto, alguns defendem ser uma falácia. A lógica de crescimento e acumulação desvirtuada de riquezas, a geração indiscriminada de lucros para empresas através de elementos escassos acarretam a ruptura nos ecossistemas que as sustentam e, portanto, torna-se uma alternativa insustentável no enfrentamento da atual crise ecológica global. Estamos diante do dilema apresentado pelo dito capitalismo verde - eco capitalismo ou economia verde como queiram chamar.

Apesar dos esforços para minimizar os dilemas ambientais, a catástrofe ecológica se intensificou. A crise ambiental possui sua parcela de contribuição no debate em torno do conceito de capitalismo e de sua relação com o meio ambiente. A constante associação do capitalismo como forma de geração de riquezas indiscriminada baseada no capitalismo de shareholders, em confronto com impactos ecológicos que não respeitam fronteiras no ecossistema do planeta demonstra o completo desalinhamento entre a estratégia econômica que tornaria possível o crescimento econômico de negócios agregando os benefícios gerados em prol da preservação do meio ambiente. A economia verde aparece então, como um placebo que mantém o 'status quo' causando mais destruição que construção de valor, ou seja, além de não reabilitar adequadamente os ecossistemas, também não apoia o enfrentamento de problemas socioecológicos estruturais que ameaçam o planeta.



Fonte: @MuellerTadzio, @wiebkemarie, @MariusHasenheit, @sustentioEU [PG] (on Twitter)

“Devemos empreender novos métodos para identificar as barreiras fundamentais que impedem as instituições e a sociedade civil de iniciarem a transformação necessária. A organização da produção, as melhores alternativas de consumo, as boas práticas de governança são ações para a urgente mobilização das instituições mudando o paradigma que confronta o capitalismo com as perspectivas práticas que beneficiam o meio ambiente e a sociedade.”

Desde o Acordo de Paris em 2015, existe continuidade de incentivo em financiamento a empresas de combustíveis fósseis por bancos globais. O relatório 'Cinco anos perdidos Como as finanças explodem o orçamento de carbono de Paris' do reclaimfinance.org, aponta as Agências de Crédito à Exportação como as maiores fonte de financiamento público para projetos de combustíveis fósseis no exterior. Entre 2016 e 2018, o financiamento do G20 para tais projetos foi de 52%, uma discrepância se considerado os 3,8% destinados a energia limpa. Com esse acordo, o sistema financeiro do carbono afluou considerando as metas instituídas por cada país. Existe a constatação que a economia verde está servindo como um multiplicador de forças para a expansão do mercado com desenvolvimento capitalista irrestrito, em detrimento do trabalho para a mitigação e remediação dos impactos reais no meio ambiente.

“

A prática do capitalismo de *stakeholders* é condição ‘*sine qua non*’, o que dará sentido viabilizando o duplo imperativo dos resultados lucrativo e socioambiental sustentáveis. A base da mudança do capitalismo verde está no capitalismo de *stakeholders*, na governança corporativa, e nos verdadeiros princípios incentivados pelo capitalismo consciente. Somente assim, será possível afirmar que o planeta prosperará através de iniciativas que transformem profundamente as nuances do eco capitalismo para um modelo sustentável em prol das futuras gerações.”

Diante de tal situação, devemos empreender novos métodos para identificar as barreiras fundamentais que impedem as instituições e a sociedade civil de iniciarem a transformação necessária. A organização da produção, as melhores alternativas de consumo, as boas práticas de governança são ações para a urgente mobilização das instituições mudando o paradigma que confronta o capitalismo com as perspectivas práticas que beneficiam o meio ambiente e a sociedade. É possível buscar o equilíbrio restaurando o melhor dos dois mundos através de intervenções ao modelo atual de capitalismo verde, auferir lucro na preservação e sustentabilidade do meio ambiente é uma possibilidade concreta desde que haja propósito alinhado e ética.

A relevância do capitalismo verde acontece quando acoplamos a governança em todos os seus aspectos dissecando o modelo, suas origens e fundamentos, os padrões aceitos e mecanismos de mensuração e acompanhamento dos projetos de energia limpa, incentivo a melhoria da biodiversidade e compensação de carbono. Um exemplo interessante está no McKinsey ESG Report 2022, com mais de 1600 iniciativas de clientes engajados em sustentabilidade alavancadas em (i) aceleração da sustentabilidade e crescimento onde empresas assumiram compromissos net-zero e enfrentaram ambos os desafios, avanço nas soluções climáticas e no crescimento; (ii) parcerias para descarbonização e oportunidades na transição energética e (iii) incentivos a criação de um futuro de energia limpa, segura e acessível. Esse exemplo demonstra que o capitalismo verde precisa ser disruptivo a ponto de se transformar em todas as suas bases, deixando de ser uma

estratégia projetada para apoiar indústrias destrutivas, mas gerar impactos positivos no meio ambiente e na sociedade. Esse é um dos pontos relevantes na 6ª edição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa pelo IBGC, com ênfase a governança de stakeholders e integração dos temas sociais e ambientais na agenda de governança.

É premente que haja mudança de paradigma no capitalismo verde evitando o conflito de interesses e exigindo uma nova postura, mais consciente, das empresas. A prática do capitalismo de *stakeholders* é condição ‘*sine qua non*’, o que dará sentido viabilizando o duplo imperativo dos resultados lucrativo e socioambiental sustentáveis. A base da mudança do capitalismo verde está no capitalismo de *stakeholders*, na governança corporativa, e nos verdadeiros princípios incentivados pelo capitalismo consciente. Somente assim, será possível afirmar que o planeta prosperará através de iniciativas que transformem profundamente as nuances do eco capitalismo para um modelo sustentável em prol das futuras gerações. **RI**



LUCIANA TANNURE

é engenheira formada pela PUC-RJ com MBA em Gestão Empresarial pela FGV e pós-graduação em Finanças Corporativas e Sistemas de TI. Conselheira Consultiva certificada, Vice coordenadora da Comissão de Governança e Estratégia Empresarial pela Board Academy BR. Palestrante e empreendedora, atua com mentoria empresarial e governança corporativa. luciana.tannure@gmail.com

PROCURA-SE PROFISSIONAL DE RI

Desafio na busca por profissionais de
Relações com Investidores:
Vencendo os obstáculos na contratação.



A área de Relações com Investidores (RI) desempenha um papel crucial na comunicação entre empresas e o mercado financeiro. Com o crescente reconhecimento da importância estratégica dessa função, a busca por profissionais qualificados em RI tem se tornado cada vez mais desafiadora. Diversos fatores contribuem para a dificuldade de encontrar profissionais adequados para essa área específica.

por **ANA CHAUVET**

Uma das principais dificuldades na contratação de profissionais de RI é a necessidade de candidatos com especialização e conhecimento financeiro profundos. Os profissionais que atuam nessa área precisam compreender conceitos e práticas financeiras, bem como as regulamentações do mercado de capitais. Além disso, o domínio do inglês avançado é essencial, devido à natureza globalizada do mercado financeiro e à comunicação com investidores e *stakeholders* internacionais. O inglês avançado permite a interpretação de relatórios financeiros, a participação em conferências e reuniões com investidores estrangeiros, além de acompanhar as tendências do mercado financeiro internacional.

Além das habilidades técnicas, os profissionais de RI precisam possuir competências comportamentais essenciais para a função. Eles devem ser comunicativos, ter habilidades interpessoais para lidar com diferentes perfis, serem transparentes e capazes de trabalhar sob pressão. A capacidade de comunicar informações financeiras complexas de forma clara e acessível também é imprescindível.

Outro desafio enfrentado na busca por profissionais de RI é a relativa novidade da área em muitas empresas, o que resulta na falta de candidatos com experiência prévia nesse campo. Encontrar candidatos com um histórico sólido em RI pode ser um desafio adicional.

“

Além das habilidades técnicas, os profissionais de RI precisam possuir competências comportamentais essenciais para a função. Eles devem ser comunicativos, ter habilidades interpessoais para lidar com diferentes perfis, serem transparentes e capazes de trabalhar sob pressão. A capacidade de comunicar informações financeiras complexas de forma clara e acessível também é imprescindível.

”

Adicionalmente, nos últimos processos seletivos conduzidos pela i9hunter, nos deparamos com uma taxa preocupante de cerca de 38% de candidatos com os quais não conseguimos estabelecer contato. Essa situação pode ser atribuída a diversos fatores, como a falta de retorno de e-mails ou ligações, alteração de endereço de contato, a disponibilidade limitada de algumas pessoas ou até mesmo um momento de desinteresse temporário por parte dos candidatos.

Especificamente neste último ponto, muitos profissionais têm se mostrado fiéis a suas empresas, optando por não aceitar outras oportunidades que surgem no mercado. Essa fidelidade dos profissionais pode ser atribuída ao fato das empresas terem investido cada vez mais em programas de desenvolvimento e capacitação para seus colaboradores e dispostas a oferecer oportunidades de crescimento profissional. Desta forma, os profissionais são incentivados a permanecer na empresa, pois enxergam um caminho promissor de ascensão em suas carreiras.

As empresas também têm buscado criar pacotes de benefícios atrativos, que vão além do salário, oferecendo benefícios flexíveis, plano de carreira sólido e incentivos financeiros e não financeiros. Esses pacotes agregam valor à proposta de emprego e tornam a permanência dos profissionais na empresa mais atraente.

Para superar as dificuldades na busca por profissionais qualificados em Relação com o Investidor, os recrutadores têm adotado uma estratégia eficaz: buscar candidatos em outras áreas financeiras, como contabilidade, finanças corporativas e consultoria, que possuam a base de conhecimento necessária e possam se adaptar rapidamente ao trabalho em RI.

Essa abordagem amplia o espectro de candidatos em potencial e oferece a oportunidade de encontrar profissionais com habilidades e experiências complementares à área de Relações com Investidores. Os profissionais oriundos de outras áreas financeiras frequentemente possuem uma compreensão sólida dos conceitos financeiros fundamentais, o que constitui uma base valiosa para atuar em RI.

Ao trazer esses talentos para a equipe de RI, as empresas podem se beneficiar de uma perspectiva única e inovadora, enriquecendo o trabalho da área. Os profissionais com experiência em contabilidade podem trazer insights precisos sobre demonstrações financeiras e análises de desempenho, enquanto aqueles com background em finanças corporativas podem contribuir com estratégias de captação de recursos e avaliação de investimentos.

Além disso, os profissionais vindos da consultoria têm uma vantagem na habilidade de analisar informações complexas e comunicar conclusões de forma clara e objetiva, o que é um atributo valioso para a comunicação com investidores e *stakeholders*.

É importante ressaltar que, embora esses profissionais de outras áreas financeiras possuam uma base sólida de conhecimentos, é essencial oferecer programas de treinamento e capacitação específicos em RI para que possam adquirir conhecimentos e habilidades da área. Investir nesse aprimoramento garante que eles se adaptem rapidamente às particularidades da função e estejam prontos para enfrentar os desafios do dia a dia.

A busca por profissionais qualificados em Relações com Investidores transcende a mera análise de currículos, pois vai além dos aspectos técnicos. É uma busca por indivíduos verdadeiramente engajados, comunicativos e apaixonados por construir pontes sólidas entre empresas e o mercado financeiro. São essas características que impulsionam equipes a alcançar a excelência e superar os obstáculos da contratação, resultando em uma equipe de RI verdadeiramente extraordinária.

A jornada em busca dos melhores talentos é inspirada pela visão de criar um time que não apenas cumpra suas atribuições, mas que também demonstre um verdadeiro comprometimento com os valores da empresa. É preciso ter profissionais que possam se comunicar com clareza e confiança, que entendam a importância da transparência nas Relações com Investidores e que possam transmitir informações financeiras de forma acessível e compreensível.

A paixão por construir e nutrir relacionamentos fortes com *stakeholders* é um pilar fundamental na busca por talentos em RI. As empresas querem profissionais que sejam proativos em estabelecer conexões significativas com investidores, acionistas e parceiros, pois entende-se que a construção de confiança e credibilidade é a base para o sucesso nos mercados financeiros e de capitais. **RI**



ANA CHAUVET

é CEO e Head de Recrutamento, Seleção e Recolocação Profissional na i9hunter.
anachauvet@i9hunter.com.br

O SITE DA SUA EMPRESA REALMENTE TEM A CARA DELA?

WEBSITES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES | CORPORATIVO | E DE SUSTENTABILIDADE

Soluções tecnológicas, sob medida, que enriquecem a experiência de cada visitante e otimizam seu tempo de manutenção.



FERRAMENTAS PRÓPRIAS DE RI



TECNOLOGIA RESPONSIVA



SEGURANÇA



CUSTOMIZAÇÃO



SEO

FERRAMENTAS PRÓPRIAS E CUSTOMIZADAS DE RI:

- Gráficos interativos
- Simulador de investimento
- Evolução das ações
- Séries históricas
- Histórico de cotações
- Plataforma de webcast
- Gestão e disparo de mailing com relatório de envios
- Principais recomendações de acessibilidade do WCAG



QUER SABER MAIS?
BRIDGE.AATB.COM.BR

BRIDGE
COMUNICAÇÃO COM INVESTIDORES

GOVERNANÇA CORPORATIVA DESAFIOS E PARADIGMAS

Ainda não encontramos paradigmas para tornar a governança corporativa efetiva no atual contexto.

Em 1958, os economistas Franco Modigliani e Merton Miller apresentaram a ideia da governança corporativa como parte de sua famosa formulação sobre a estrutura de capital. Naquele contexto, a governança corporativa era vista como o meio para que credores e acionistas obtivessem os fluxos de caixa gerados pelos investimentos das empresas. Essa concepção passou por uma única e relevante revisão em 1976, realizada por Michael Jensen e William Meckling que reconheceram que as estruturas normativas internas e externas das empresas eram fundamentais para limitar práticas prejudiciais à eficiência na alocação dos fluxos de caixa entre credores e acionistas, incluindo práticas ilícitas.

por **FRANCISCO PETROS**

A abordagem financeira moldou a governança corporativa moderna, especialmente em relação ao pagamento de dividendos, recompra de ações e a criação de instrumentos financeiros que alteraram o retorno sobre os ativos. Com o aumento da complexidade nas relações internas e externas das empresas, a governança corporativa passou gradualmente a se preocupar com a remuneração dos gestores (que afeta diretamente os padrões de risco na administração das empresas) e com normas de concorrência, fusões e aquisições, negociação de valores mobiliários, bem como outros temas que requeriam normas obrigatórias, legais e administrativas.

Nesse contexto, em 1976, foi formulada e introduzida no Brasil a Lei das Sociedades Anônimas. A governança corporativa, antes centrada em aspectos microeconômicos, caminhou em direção ao âmbito jurídico, onde a perspectiva envolvendo o direito e a economia começou a prevalecer na regulação das companhias.

A complexidade dos contratos empresariais, revelou que os tribunais judiciais não possuíam as condições e competências necessárias para resolver rapidamente as divergências entre acionistas e credores, prejudicando os direitos das

partes e aumentando os custos de transação – isso já tinha sido estudado por Ronald Coase em 1961.

No final da década de 1980, tornou-se evidente a necessidade de maior intervenção do Estado, por meio de normas gerais, para garantir a efetividade dos contratos e reduzir os custos de sua execução. A fixação de parâmetros legais e institucionais para o mercado de capitais e a proteção aos investidores, incluindo acionistas minoritários, também se tornaram cruciais. Como resultado, foram estabelecidos uma série de direitos e regras, como votações por procuração, bloqueio de ações em certas situações, valorização da representatividade proporcional, entre outros, para proteger os interesses dos envolvidos.

A partir dos anos 1990, grandes escândalos financeiros nos mercados norte-americanos mostraram que a governança corporativa se tornara ineficaz para os novos tempos a despeito de toda evolução normativa. O caso da Enron (2001) foi emblemático, pois a empresa da chamada “nova economia” utilizou pervasivas fraudes contábeis, uma das maiores catástrofes corporativas da história. Isso revelou a vulnerabilidade dos mecanismos de governança corporativa em um ambiente de negócios cada vez mais complexo e permeado por conflitos de interesses aguçados, especialmente por parte dos gestores.

As duas primeiras décadas do século XXI foram marcadas por uma série de escândalos, todos demonstrando o fracasso da governança corporativa em diversos contextos: Worldcom, Tyco, Parmalat, Styan Computer Services, Lehman Brothers, Madoff, Petrobras, Volkswagen, Vivendi, Société Générale, Danske Bank, Wirecard, Olympus, Toshiba, Suruga Bank, Nissan, Kobe Steel, e assim por diante.

Além da complexidade dos negócios e da dificuldade na gestão e supervisão das empresas pela governança corporativa, especialmente diante do crescente uso de tecnologia e sofisticação gerencial, as externalidades provocadas pelas empresas tornaram-se relevantes para as sociedades, independentemente de estarem no centro dinâmico do capitalismo ou na periferia do sistema. Os fracassos empresariais, parciais ou totais, causam distorções significativas nas economias dos países e influenciam as decisões dos agentes econômicos e dos cidadãos menos familiarizados com o mundo dos negócios. A antiga alocação ineficiente de recursos descrita na literatura clássica da ciência econômica agora resulta em desconforto social considerável e redução do bem-estar geral. Além disso, certos fracassos na governança corporativa geram externalidades ambientais



Certos fracassos na governança corporativa geram externalidades ambientais e climáticas. Empresas como Vale, Samarco, Volkswagen (“Dieselgate”), ExxonMobil e outras mais que fornecem informações inadequadas ou fraudulentas sobre suas práticas de sustentabilidade exemplificam essa modalidade de crise corporativa.



e climáticas. Empresas como Vale, Samarco, Volkswagen (“Dieselgate”), ExxonMobil e outras mais que fornecem informações inadequadas ou fraudulentas sobre suas práticas de sustentabilidade exemplificam essa modalidade de crise corporativa.

O cenário acima mostra que ainda não encontramos paradigmas na literatura ou práticas suficientes para novamente tornar a governança corporativa efetiva. A antiga abordagem financeira e racional de Modigliani e Miller, embora ainda útil em algumas decisões, não é capaz de superar as modernas incertezas e a sensação de que a governança corporativa se tornou uma forma de controle superficial e aparente das empresas.

O que se pode afirmar é que o conceito de governança corporativa expandiu e incorporou novos limites e conteúdo, embora ainda não tenhamos os instrumentos, práticas e poderes necessários para torná-la efetiva. Neste sentido, a definição da OCDE sobre governança corporativa, que a descreve como:

“Sistema de regras, práticas e processos pelos quais uma empresa é dirigida e controlada, envolvendo o equilíbrio dos interesses de diversas partes interessadas, como acionistas, gerentes, fornecedores, clientes, financiadores, governos e a comunidade, ressalta a natureza holística que se espera dessa prática no contexto atual.”



O *enforcement* é parte crucial para garantir a estabilidade e integridade dos mercados de capitais, o foco e o excesso de regulamentação pode trazer consequências indesejáveis para a economia como um todo. É fundamental encontrar equilíbrio entre a proteção dos investidores e a promoção do ambiente de negócios, bem como as necessidades de todas as partes interessadas envolvidas no processo.



Chamo a atenção para duas palavras-chave do conceito. A primeira é “sistema”, que substituiu “conjunto”, palavra comum em definições anteriores na literatura sobre o tema. Essa mudança ressalta a importância da interconectividade e interdependência dos elementos teóricos e práticos que a governança corporativa atualmente deve considerar. A empresa é um organismo vivo e, portanto, deve ser observada por meio de diversos ângulos.

A segunda palavra-chave é “muitas”. A ideia de que o número de *stakeholders* e seus interesses devem ser equilibrados por uma governança corporativa adequada não pode ser estabelecida de forma prévia e fixa. As “muitas partes” envolvidas podem variar e projetar uma amplitude social que vai além das deliberações rotineiras da vida empresarial – decorre daí a palavra “holística”: para que a governança corporativa funcione é essencial a análise mais minuciosa dos atos e fatos corporativos, além das fronteiras da empresa. Questões como ética e integridade corporativa, sustentabilidade e responsabilidade social, diversidade e inclusão, remuneração executiva, gestão de riscos, direitos dos acionistas, tecnologia e cibersegurança devem ser fiscalizadas e

avaliadas de forma concreta e eficaz, o que reflete a crescente conscientização social.

Enquanto o *enforcement* é parte crucial para garantir a estabilidade e integridade dos mercados de capitais, o foco e o excesso de regulamentação pode trazer consequências indesejáveis para a economia como um todo. É fundamental encontrar equilíbrio entre a proteção dos investidores e a promoção do ambiente de negócios, bem como as necessidades de todas as partes interessadas envolvidas no processo. Com efeito: a busca contínua por melhorias nos sistemas regulatórios e a atenção às mudanças no ambiente econômico são essenciais para que a supervisão seja eficaz e apropriada.

Há uma tendência mundial de que os reguladores do mercado de capitais, inclusive do ponto de vista da governança corporativa, aumentem o seu próprio *enforcement* no que tange ao sancionamento de companhias, inclusive por meio da jurisdição privada. O Brasil não é exceção a esta tendência, inclusive em vista o Projeto de Lei 2025/23 em tramitação no Congresso Nacional. Todavia, muito mais importante é que este *enforcement* seja utilizado para verificação do cumprimento das normas legais e administrativas, inclusive do ponto de vista preventivo. É dever das autoridades públicas evitar crises e colapsos empresariais, inclusive face às externalidades sobre as quais escrevemos acima. O objetivo primeiro das fiscalizações e controles tem de ser “orientativo” e “de alinhamento de objetivos” entre o jurisdicionado e a autoridade.

No Brasil temos de evoluir muito no tratamento de temas pelas autoridades em relação à conformidade legal e de melhores práticas, à sustentabilidade e responsabilidade social e diversidade, à remuneração dos administradores, à gestão de riscos, aos problemas de tecnologia, cibersegurança, controle de macroprocessos e aos direitos dos acionistas, especialmente dos que não fazem parte do controle acionário ou que não sejam acionistas “de referência”. No momento, há pouca atividade legislativa neste sentido, mais relevante que o reforço de um *enforcement* sancionador. **RI**



FRANCISCO PETROS

é advogado, especializado em direito societário, compliance e arbitragem. Participa da governança corporativa de empresas brasileiras e estrangeiras. Foi presidente da ABAMEC-SP - Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais.
francisco.petros@flaw.com.br

NOSSO MUNDO VAI MUITO ALÉM DA PROPRIEDADE.

Sabemos que um imóvel pode significar muito mais do que apenas um lugar para morar ou trabalhar. Pode significar a realização do sonho da casa própria ou de um local para um novo projeto profissional. Para nós da Cartesia, o imóvel é onde tudo acontece, é onde a família se reúne, onde os amigos comemoram, onde os negócios prosperam, onde a vida é festejada. E nossa missão é e sempre será dar suporte a cada um desses momentos.

No último ano, mais de mil unidades residenciais financiadas por nós foram entregues a seus felizes proprietários, demonstrando o nosso mais fiel compromisso em ajudar as pessoas a realizar seus sonhos.

Com a eficiente gestão de nosso fundo imobiliário CACR11, fundo listado na B3, fazendo parte do IFIX - índice de fundos de investimentos imobiliários - contamos com mais de 10.000 cotistas e superamos a marca de 30 projetos financiados em diversas regiões do Brasil. Somos há três anos consecutivos reconhecidos como um dos maiores pagadores de dividendos da indústria de fundos imobiliários. E estamos só começando....

A gestora do CACR11 está pelo 3º ano consecutivo
entre os fundos mais rentáveis da bolsa.

CARTESIA
CAPITAL



BOARD WASHING

A FACE OCULTA DA GOVERNANÇA

O “boardwashing” é um fenômeno crescente que ameaça a integridade da governança corporativa. As empresas, sob a aparência de governança robusta, muitas vezes negligenciam a verdadeira supervisão e responsabilidade. A necessidade de um engajamento real e efetivo do Conselho de Administração nunca foi tão crucial.

por **MARCELO MURILO**

A governança corporativa tem se tornado cada vez mais um ponto central nas discussões sobre a gestão efetiva e ética das empresas. No entanto, um novo fenômeno, conhecido como “boardwashing”, tem perturbado o cenário. Similar ao conceito de “greenwashing”, onde as empresas fazem reivindicações enganosas sobre suas práticas ambientais, o boardwashing ocorre quando as empresas apresentam uma aparência de governança corporativa robusta, sem a essência real de supervisão e responsabilidade.

Os conselhos de administração desempenham um papel fundamental na governança corporativa, sendo responsáveis pela supervisão das práticas empresariais e pelo alinhamento dos interesses dos acionistas e gestores. No entanto, o boardwashing envolve a nomeação de conselhos que, embora possam parecer independentes e efetivos em papel, muitas vezes não possuem a influência e o envolvimento necessários para fazer uma supervisão adequada.

A composição do conselho é um aspecto crítico na preven-

ção do boardwashing. É essencial privilegiar a presença de conselheiros independentes e evitar a participação excessiva de executivos. As reuniões mensais do conselho, muitas vezes, servem apenas como uma exibição controlada e eufemista da situação da empresa, apresentada por executivos em busca de bonificação. É crucial que os conselheiros se relacionem internamente, ouçam pessoas em todos os níveis, visitem instalações e até mesmo conversem com clientes e fornecedores.

Um exemplo ilustrativo do fenômeno do boardwashing é o caso das Americanas. Embora a empresa tivesse um modelo de governança robusto, que permitiu que fosse listada, não resistiu à má-fé e à busca desenfreada por resultados e bonificações pelos executivos. Este caso levanta dúvidas sobre a eficácia do conselho na supervisão adequada da empresa e sublinha a importância de garantir que os conselhos de administração não sejam apenas independentes no papel, mas também na prática. Este exemplo demonstra que, apesar dos padrões estabelecidos, ainda existem fragilidades e

é preciso criar ainda mais mecanismos adicionais que garantam a segurança dos *stakeholders* e do mercado.

A presença de boardwashing é um sinal de uma cultura empresarial que prioriza a imagem sobre a substância. É uma abordagem de curto prazo que pode levar a sérios riscos de longo prazo, incluindo danos à reputação, perda de confiança dos investidores e possíveis ações legais.

Para combater o boardwashing, é necessário um compromisso genuíno com a governança corporativa. Isso envolve garantir que os conselhos de administração sejam não apenas independentes, mas também ativamente envolvidos na supervisão da empresa. Além disso, os reguladores e os investidores precisam desempenhar um papel mais ativo na supervisão dos conselhos de administração, garantindo que eles sejam verdadeiramente eficazes e não apenas pareçam ser.

Em suma, o boardwashing é uma ameaça séria à integridade da governança corporativa. Para assegurar que as empresas sejam verdadeiramente responsáveis e efetivamente geridas, é essencial garantir que a governança corporativa seja mais do que apenas uma fachada. As empresas, os reguladores e os investidores todos têm um papel a desempenhar na luta contra o boardwashing e na promoção de uma governança corporativa genuína e eficaz.

Além disso, é importante lembrar que a governança corporativa não se limita à supervisão financeira. Ela também envolve a governança social, que se refere à forma como a empresa lida com seus funcionários, clientes, fornecedores e a sociedade em geral. A governança social é essencial para garantir que a empresa esteja alinhada com seus valores corporativos declarados e que esteja realmente comprometida com a sustentabilidade e a responsabilidade social.

Portanto, é essencial que as empresas não apenas falem sobre governança corporativa, mas também a implementem de forma eficaz. Isso envolve a criação de mecanismos de controle robustos, a promoção de uma cultura de integridade e a garantia de que todas as partes interessadas estejam envolvidas no processo de governança. Apenas assim podemos combater o boardwashing e promover uma governança corporativa verdadeiramente eficaz.

Para ajudar as empresas a evitarem o boardwashing, aqui estão algumas recomendações:

Composição do Conselho: É crucial ter um conselho de administração diversificado e independente. Isso significa

que o conselho deve ser composto por membros que não sejam executivos da empresa e que tenham uma variedade de experiências e perspectivas.

Participação Profunda dos Conselheiros: Os conselheiros não devem se limitar a participar de reuniões mensais. Eles devem estar profundamente envolvidos no dia a dia da empresa, visitando instalações, ouvindo pessoas em todos os níveis e até mesmo conversando com clientes e fornecedores.

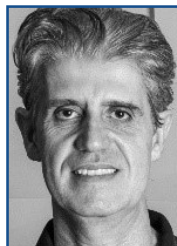
Revisão dos Mecanismos de Bonificação: As pessoas tendem a agir de acordo com as métricas pelas quais são avaliadas. Portanto, é crucial que os sistemas de bonificação incentivem a integridade e a responsabilidade, em vez de recomendar a busca desenfreada por resultados a curto prazo.

Gestão da Cultura da Empresa: A cultura da empresa desempenha um papel crucial na prevenção do boardwashing. As empresas devem se esforçar para criar uma cultura de transparência e responsabilidade, onde todas as partes interessadas se sintam ouvidas e valorizadas.

Envolvimento dos Stakeholders: As empresas devem garantir que todas as partes interessadas estejam envolvidas no processo de governança. Isso inclui não apenas os acionistas, mas também os funcionários, clientes, fornecedores e a comunidade em geral.

Supervisão Regulatória: Os reguladores têm um papel crucial a desempenhar na prevenção do boardwashing. Eles devem garantir que as empresas não apenas falem sobre governança corporativa, mas também a implementem de forma eficaz.

Estas são apenas algumas das muitas estratégias que as empresas podem adotar para evitar o boardwashing. No entanto, a chave para uma governança corporativa eficaz é um compromisso genuíno com a integridade e a responsabilidade. Apenas assim podemos garantir que as empresas sejam verdadeiramente responsáveis e efetivamente geridas. **RI**



MARCELO MURILO

é co-fundador e VP de Inovação do Grupo Benner, Mentor, Conselheiro, Membro do Board Club e Especialista do Gerson Lehrman Group e da Coleman Research – Fala sobre Inovação, Governança e ESG.
marcelo.murilo@benner.com.br

GOVERNANÇA PARA PMEs

E A INTERFACE COM AS PRÁTICAS ESG

No ano de 2015 o professor Vladimir Barcellos Bidniuk escreveu um artigo chamando a atenção para a necessidade da implementação da governança corporativa para as pequenas e médias empresas (PMEs), citando inclusive as startups. Vou pedir licença ao ilustre professor e usar a mesma expressão que ele usou no início da sua narrativa, mencionando que “*É de pequeno que se aprende*”. Inclusive recomendo a leitura do artigo na *Revista RI - Dez.2014 (nº.189)*.

por **ALBERTO MALTA JUNIOR**

A Governança Corporativa é uma prática *sine qua non* para o funcionamento das grandes empresas e ao longo do tempo temos visto que essa discussão é pertinente para as pequenas e médias empresas (PMEs). Diferente de 2015, estamos assistindo à ascensão dos critérios ESG como estratégias para serem alinhadas com os negócios para promover lucratividade e qualificar a reputação. Felizmente o ESG traz a governança entre seus critérios, mas a maturidade das práticas no Brasil ainda é incipiente. Por outro lado, várias experiências internacionais ratificam o pressuposto que governança faz bem sim a todo tipo de empresa.

A experiência internacional nos reserva alguns bons exemplos de adoção de práticas de GC para PMEs. Em um primeiro momento, pode-se pensar que haverá aumento de custos¹, mas na verdade o custo estará relacionado com a disponibilidade de engajar a equipe em um planejamento que seja implementado com disciplina e consistência. A dis-

“

A disciplina em olhar para o planejamento com foco na governança deve entregar em curto e médio prazo credibilidade junto a possíveis investidores, fornecedores e até mesmo os próprios clientes.

”

ciplina em olhar para o planejamento com foco na governança deve entregar em curto e médio prazo credibilidade junto a possíveis investidores fornecedores e até mesmo os próprios clientes.

O *Institute of Directors* afirma que a adoção de GC revela uma atividade prudente em relação ao risco e ajuda a organização a se relacionar melhor com a sociedade.² Acrescenta-se, como citei o Professor Vladimir, que quanto mais cedo a GC for adotada, melhor será para a cultura corporativa do negócio.

Podemos encontrar então vários exemplos de práticas de governança adaptados às PMES oriundos de outros países.

Sri Lanka

O *Institute of Chartered Accountants of Sri Lanka* possui um Guia de Governança Corporativa para PMEs como um mecanismo para criar processos, sistemas e controles relevantes e incentivar comportamentos apropriados para garantir a sustentabilidade a longo prazo de uma organização. O guia traz à tona princípios como accountability, transparência e valores éticos e discute a implementação dentro de uma estrutura que considera a estratégia, a estrutura da empresa e responsabilidades.

Dubai

Dubai segue a mesma linha que Sri Lanka publicando o Código de Governança Corporativa para pequenas e médias empresas. No documento há a afirmação que a economia de Dubai está diretamente relacionada com o crescimento dos pequenos e médios negócios. O CGC traz nove pilares que devem sustentar os negócios: adotar um *framework* de governança corporativa, plano de sucessão, transparência com os *shareholders*, Conselhos Consultivos, mandato para os conselheiros, manter registro contábil para auditoria, controle interno de riscos, reconhecer as necessidades dos stakeholders e formular um *framework* para regular a relação da família com o negócio.

Hong Kong

Em Hong Kong há um guia para GC em pequenas e médias empresas publicado há algum tempo e que já tem publicada a 3ª edição. Apresenta cinco princípios fundamentais:

1. Cumprir a lei.
2. Respeitar as partes interessadas
3. Reduzir o custo de capital estabelecendo e mantendo uma reputação sólida.
4. Identificar e gerenciar os riscos.

5. Adotar e desenvolver sistemas que aumentam a qualidade da tomada de decisão.

Austrália

O *Governance Institute of Australia* também possui um guia para PMEs. Essa instituição afirma que uma GC é importante independentemente do seu porte e que nesse caso, os administradores compõem os acionistas da empresa. Defende-se uma governança alicerçada em organização da tomada de decisão e execução de processos adequados; isso deve apoiar maior transparência, protegendo os tomadores de decisão e garantindo confiança àqueles que lidam com o negócio.

África do Sul

O *Institute of Directors in South Africa* possui uma iniciativa que apresenta um guia para conselheiros no que diz respeito aos desafios da governança que devem ser enfrentados pelos pequenos e médios negócios.

Reino Unido

Publicado Fundação de Pesquisa do *Institute for Family Business* (IFB) o guia *Corporate Governance in Large UK Family Firms* traz elementos de governança destacando o papel dos conselhos e suas características.

União Europeia

A Confederação Europeia das Associações de Conselheiros publicou o documento *Corporate Governance Guidance and Principles for Unlisted Companies in Europe*. Esse material defende claramente a governança corporativa como uma ferramenta para responder aos desafios sociais atuais, particularmente questões ambientais e sociais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA PMEs NO BRASIL

Impossível falar de GC no Brasil sem mencionar o referencial do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o Código de Governança Corporativa que, mesma forma como em outros países tem uma recomendação para ser utilizado em PMEs fazendo adaptação de seus princípios. Iniciativa do IBGC que merece destaque é o guia de Governança Corporativa para Startups & Scale-ups.

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é outra instituição que vem estimulando práticas de governança. No âmbito das PMEs a recomendação inclui a adoção de ações como adoção de código de conduta, plano de sucessão empresarial, remuneração de sócios, realização e transparência para demonstrações contábeis, compliance, etc.



No Brasil ESG para pequenas e médias empresas causa espanto. Por outro lado, há muita desinformação ou falta de informação de como as PMEs podem se beneficiar de um planejamento alinhado com ESG.



A INTERFACE ENTRE ESG E GOVERNANÇA PARA PMEs

No Brasil ESG para pequenas e médias empresas causa espanto. Por outro lado, há muita desinformação ou falta de informação de como as PMEs podem se beneficiar de um planejamento alinhado com ESG. Recentemente, a Associação Brasileira de Normas Técnicas publicou a ABNT PR 2030 para ser um referencial de orientação técnica para organizar as práticas ESG nas empresas. Você pode ler sobre esse tema na Revista RI 270 onde pude descrever aspectos dessa prática recomendada.

A primeira consideração a fazer é que muitas obrigações presentes no cotidiano da empresa são critérios inclusos na agenda ESG. Dessa forma, compliance, segurança da informação, privacidade e controles internos são práticas que devem fazer parte do cotidiano e que compõem critérios ESG.

A segunda consideração pertinente é sobre a existência de compromissos voluntários. Eles podem agregar valor aos produtos e serviços da empresa como a Agenda 2030 e mesmo os documentos de planejamento para enfrentamento das questões climáticas publicados por alguns Estados da Federação.

O aspecto da cadeia de valor é outro ponto importante para se pensar em inserir as premissas ESG na estratégia do negócio. As PMEs são importantes atores a dar suporte para a operação de muitas grandes empresas (incluindo as startups) e daí a importância da adoção de uma jornada ESG. Do lado do consumidor, vê-se uma crescente cobrança para produtos e serviços mais sustentáveis.

Um estudo de revisão realizado recentemente menciona que há poucos referenciais sobre incorporação de princípios de sustentabilidade nas práticas de GC para PMEs. Por outro lado, essa mesma pesquisa menciona que os principais tópicos que vem sendo estudados são: tamanho do conselho, diversidade do conselho, independência do conselho, executiva feminina, concentração de propriedade e tamanho da empresa. Urge que se integre à GC das PMEs os temas relacionados com mudanças climáticas, políticas de diversidade e inclusão, transparência e responsabilidade e manutenção de registros robustos de informações sobre as atividades das PME.

Mesmo assim o CPA Australia - ESG Centre of Excellence explica que existe uma oportunidade chave para as pequenas empresas integrar ESG e governança. Isso deve ser feito por meio da implementação de conselhos. Além de recomendar os princípios de governança para as PMEs, o CPA Australia recomenda entre outros aspectos:

- Atrair conselheiros com uma mistura ideal de habilidades e experiência para facilitar a inovação e melhorar a tomada de decisões;
- Fornecer novas redes que facilitem as conexões e o acesso a recursos.

Alinhado com nossa ABNT PR 2030, o *Corporate Governance Institute* recomenda algumas práticas prioritárias para as PMEs, entre elas: estabelecimento de políticas e procedimentos claros, nomear um conselho, separar papéis do dono e do presidente do conselho, implementar controles internos, responsabilidade e transparência, implementação de políticas e procedimentos, avaliações de risco e monitorar conformidade com leis e regulamentos.

Os referenciais descritos nesse artigo não esgotam a discussão sobre a utilização da GC nas PMEs, mas é certo que a relevância para sua implantação está dada. Os referenciais internacionais certamente contribuirão para a implementação da GC nas PMEs no Brasil, especialmente se considerarmos a natureza familiar da maioria das empresas. **RI**



ALBERTO MALTA JUNIOR

é fundador da Empresa Office K-InTech, consultoria voltada para ESG e treinamentos. Farmacêutico, mestre em Gestão de Tecnologia e Inovação pelo Hospital Sírio Libanês, especialista em Processos Educacionais, especialista em ESG, escritor, professor universitário, Conselheiro em Administração pela FGV e coordenador da Comissão ESG da Board Academy.
amjrmlta@gmail.com

CAPITAL CONECTA

CONGRESSO ANCORD E APIMEC BRASIL

1º Congresso do Mercado de Capitais ANCORD e APIMEC Brasil

26 e 27 de setembro - Evento gratuito
Grand Mercure Ibirapuera - São Paulo, SP

Conexões estratégicas, insights poderosos e inovação transformadora no 1º Congresso ANCORD e APIMEC Brasil. Juntos, impulsionando o futuro do Mercado de Capitais.

PATROCINADORES OURO

namBBU
design & comunicação

PATROCINADORES PRATA

FREITASLEITE ✓

PATROCINADORES BRONZE



PARCEIROS DE MÍDIA



REALIZAÇÃO



ENTIDADES APOIADORAS

ABAI ABCRIPTO ABECIP ABEL ABRAPP ABRASCA ANBIMA ANPCONT CORECON-SP CRA-SP CRCSP FACPCS FECONTESP IBGC

Informações e inscrições www.capconecta.com.br

UM CÓDIGO DE GOVERNANÇA MAIS INCLUSIVO

ALINHADO AOS INTERESSES DA SOCIEDADE

Publicado em 1999 pelo IBGC em caráter pioneiro e, a partir de então, periodicamente revisado, o *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa* ganha sua sexta edição. Lançado no dia 1º de agosto, o novo documento é ainda mais inclusivo e principiológico e menos prescritivo. Em relação às versões anteriores, ampliou a definição de governança corporativa, classificando-a como um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos, pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para elas, seus sócios e a sociedade.

por **CRISTIANA PEREIRA** e **PEDRO MELO**

Esse conceito amplificado expressa a evolução significativa da governança corporativa nos últimos anos, expandindo seu foco da otimização de valor econômico exclusivamente aos sócios e acionistas para o objetivo de geração de valor compartilhado com as demais partes interessadas. Essa perspectiva contemporânea reconhece a interdependência entre as organizações e as realidades econômica, social e ambiental em que estão inseridas.

Ao longo de seus seis capítulos, o Código apresenta recomendações que se aplicam à maioria das organizações, mas seu uso deve ser adaptado, a depender do estágio de

maturidade da governança corporativa, tipo de organização, porte e arcabouço regulatório a que estão sujeitas. No entanto, de modo coerente com a nova definição de governança, o fundamento da ética aplicado às empresas ganhou dimensão expandida, alcançando sua relação e dos agentes de governança com uma gama muito maior e complexa de partes interessadas e questões abordadas, incluindo colaboradores, fornecedores, clientes, comunidades, a sociedade e o meio ambiente.

Outro avanço relevante da sexta edição foi a instituição do princípio de integridade, que se soma aos quatro outros



O objetivo é alertar os agentes de governança no sentido de que assegurem que a organização tenha políticas e processos claros, eficazes, implementados e devidamente disseminados para identificar e tratar situações de conflito de interesses e orientar as tomadas de decisão de modo imparcial, equânime e transparente.



preceitos da governança corporativa que já existiam: equidade, responsabilização, transparência e sustentabilidade. É reforçada, ainda, a importância de as organizações definirem seu propósito, delimitando as oportunidades que perseguirão e as necessidades que buscarão atender por meio de produtos, serviços ou causas. Esse fundamento direciona a estratégia e delinea a cultura organizacional, servindo de bússola para um processo decisório estratégico ancorado em princípios éticos.

Também foi criada na sexta edição uma seção específica sobre conflitos de interesse, aglutinando menções que estavam dispersas ao longo do texto. O objetivo é alertar os agentes de governança no sentido de que assegurem que a organização tenha políticas e processos claros, eficazes, implementados e devidamente disseminados para identificar e tratar situações de conflito de interesses e orientar as tomadas de decisão de modo imparcial, equânime e transparente. Ou seja, as soluções devem priorizar o bem maior da organização, de maneira isenta da influência de interesses pessoais e de grupos. Complementarmente, há conteúdo específico sobre a interação entre os diversos agentes de governança.

Há, ainda, uma nova seção sobre área de governança e o governance officer, cuja função deve ser percebida a partir de três dimensões: a estratégica, pela sua atuação como responsável pela arquitetura, pelo aprimoramento e pela disseminação das melhores práticas, gerando valor para a organização;

a relacional, que deve contemplar a interação com todos os agentes e órgãos de governança, mediando conflitos, assegurando a transparência do processo decisório e a equidade no acesso às informações; e a operacional, que inclui todas as atividades de assessoramento aos órgãos de governança.

O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC é fruto de um longo processo de revisão realizado para se compreender melhor a experiência do usuário do documento, incluindo entrevistas com um grupo selecionado de profissionais que o utilizam. Além disso, realizaram-se pesquisas detalhadas em 15 códigos de governança de outras entidades e organizações internacionais ou multilaterais.

Também foram essenciais as contribuições recebidas dos membros das comissões temáticas, dos capítulos regionais e dos instrutores do IBGC, assim como de diversos participantes das audiências restritas e dos painéis de discussões realizados no 23º Congresso IBGC. Ademais, a entidade instituiu audiência pública, de 29 de novembro de 2022 a 10 de fevereiro de 2023, para coletar sugestões. Ao ouvir mais vozes, ampliou a pluralidade e legitimidade do processo de atualização, tornando o documento ainda mais participativo e inclusivo.

O trabalho, iniciado no final de 2021 e aprovado pelo conselho de administração do IBGC, contou com o apoio fundamental de um qualificado grupo de especialistas voluntários com diferentes experiências e perfis profissionais, que compuseram o grupo de trabalho revisor, que se debruçou sobre as recomendações existentes na edição anterior com visão crítica e cuidadosa.

Manter o documento atualizado é um compromisso do IBGC com a sociedade. Incentivamos a leitura e articulação das práticas ali sugeridas a todos os agentes de governança, pois, como está descrito no próprio documento, “ao adotar as recomendações deste Código, a partir de seus princípios, as organizações mostram o seu comprometimento em alinhar interesses, prevenir, mitigar e tratar conflitos e gerar valor tangível e intangível para todas as partes interessadas, considerando os impactos na economia, sociedade e meio ambiente”. Esse certamente é nosso compromisso constante. **RI**

CRISTIANA PEREIRA E PEDRO MELO

são, respectivamente, coordenadora do grupo revisor no IBGC do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa; e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).
comunicacao@ibgc.org.br

LICENÇA SOCIAL

O RISCO PARA OPERAR EM UMA VISÃO FINANCEIRA

Ter uma visão abrangente e conhecimento de finanças é básico para que conselheiros e conselheiras possam assessorar as empresas à tomarem decisões consistentes e que gerem valor agregado ao negócio. Saber tomar decisões por meio de análises de custo versus benefício, com agilidade e tempestividade é um fator crucial para líderes em qualquer posição.

por **FLÁVIA SOARES**

Saber o que é importante para a empresa, fazer leituras do cenário econômico, planejar o orçamento com responsabilidade com visão abrangente de futuro, ter planos de negócios e estratégicos bem elaborados, com cenários de curto, médio e longo prazo, sempre foram requisitos fundamentais para o sucesso de toda empresa. Além de entenderem as demonstrações contábeis e as notas explicativas e demais relatórios da empresa.

Tudo isso, quando recomendado, não parece ser novidade ou causar estranheza. Procurar saber o que efetivamente agrega valor e quanto custa para a empresa parece ser trivial.

Mas quantos conselheiros e conselheiras, quantos empresários e líderes se perguntam o que pode fazer a empresa perder valor? Quantos têm uma visão capaz de trazer para a mesa de discussão fatores de risco muitas vezes in-

visíveis nos planos de negócio ou no planejamento estratégico? Quantos conselheiros são capazes de questionar o quanto a **Licença Social para Operar** da empresa está sendo gerenciada?

A Licença Social para Operar não está escrita em nenhum documento, ou apresentada em painéis de controle, ela refere-se à obrigatoriedade das empresas obterem o apoio de comunidades e/ou da sociedade em que operam, é “uma espécie de aprovação da comunidade em relação às operações de uma determinada empresa”.

Numa sociedade dinâmica, em constante transformação, num mundo conturbado pelos efeitos do aprofundamento da crise climática, das desigualdades sociais e das fragilidades institucionais, os aspectos jurídicos e formais se mostram insuficientes para garantir a operação de qualquer empresa.

No capitalismo de *stakeholders*, as licenças formais, embora imprescindíveis, não são mais garantidoras de que uma empresa poderá realizar as atividades nelas previstas. Há uma crescente necessidade de maior legitimidade, através da interação entre a empresa, os governos e a sociedade.

Nos dias de hoje não basta às empresas conquistarem somente o seu crescimento, é mandatório que este crescimento se dê em sinergia com o desenvolvimento sustentável, abrangendo a proteção ao meio ambiental, responsabilidade social, econômico e cultural da região onde ela atua, bem como, a construção de um legado positivo ao longo do ciclo de vida dos negócios e também dos produtos e serviços prestados. Precisam ter o compromisso explícito e real com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em toda sua cadeia de valor da empresa.

O desenvolvimento de atividades econômicas imediatistas, predatórias e que impactam aspectos de sustentabilidade ambiental e social tendem a comprometer e, em alguns casos, até inviabilizar expansões, operações e a permanência da empresa no mercado.

A ausência da Licença Social para Operar já representa um fator relevante de prejuízos mensuráveis para o resultado das empresas sob a perspectiva econômica e financeira.

Todo planejamento financeiro é baseado em premissas. Mas quantas empresas estão fazendo suas previsões baseadas nas premissas corretas, considerando avaliações de risco? Quantas incluem uma visão de risco social em suas previsões orça-

mentárias? Quantas conhecem os riscos que suas escolhas de negócio trazem para a sociedade e quais as reações podem vir de fora para dentro, causando perdas e prejuízos?

Conselheiros e conselheiras precisam olhar para fora, ter visão de mundo e acompanhar os tensionamentos e controvérsias que podem impactar a Licença Social para Operar da empresa onde atuam.

POR ONDE COMEÇAR ESSA ANÁLISE?

Pode ser feita uma análise relativamente simples, baseada nos riscos de direitos humanos. Para citar alguns exemplos, a empresa pode se perguntar se suas decisões impactam o direito à vida, a um ambiente saudável, ao acesso à água, à moradia digna, à saúde, a condições dignas de trabalho, à infância protegida e à consulta livre prévia e informada.

A perda da Licença Social para Operar traz prejuízos financeiros reais e muitas vezes não previstos. Assim, a gestão desse risco deve ser feita de forma diligente e o conselho e as lideranças devem estar atentos a isso.

A gestão desse risco muitas vezes se dá cuidando de aspectos óbvios na gestão do impacto e no relacionamento com *stakeholders*, tendo uma escuta ativa e ampla, praticando a empatia e reconhecendo os anseios da sociedade. Com base na estratégia do negócio, líderes e conselheiros devem se perguntar:

- Quais são as questões relevantes no contexto político-institucional?
- Quais são os *stakeholders* prioritários para a empresa?
- A quais tipos de instituição e/ou causas sociais ou ambientais esses *stakeholders* estão vinculados?
- Qual tema ou conjunto de temas refletem suas expectativas em relação à empresa?
- Qual a percepção e posicionamento em relação à empresa?
- Qual o potencial de risco ou oportunidades que o *stakeholder* pode representar à Licença Social para Operar?

Diante dessa avaliação faz-se necessário estabelecer uma agenda estratégica de gestão dos riscos de modo a evitar ou minimizar prejuízos financeiros.

GESTÃO DE RISCOS

Para alcançar este objetivo, temos como eixos determinantes e estratégicos a gestão de riscos e impactos socioambientais, a gestão do relacionamento com os *stakeholders* mapeados e a geração de benefícios e legado positivo nos territórios.

Todo esse trabalho deve ser constante para garantir a aprovação das operações através das comunidades locais e outras partes interessadas para que não impactem a rentabilidade dos negócios.

Nesse contexto, é preciso ainda gerar valor compartilhado, agregando valor aos acionistas e aos territórios onde atua. Não cabe mais a obsessão por resultados extraordinários para os acionistas obtidos a qualquer custo. A experiência tem mostrado que mais cedo ou mais tarde essa conta volta em dobro.

Para citar alguns exemplos, os riscos sociais quando se efetivam podem trazer impactos nos negócios, tais como:

- Imagem negativa e impacto reputacional.
- Paralisação de obras, atrasos em cronogramas e aumento de custo.
- Paralisação de operações com queda de produção e perdas financeiras significativas.
- Boicote de clientes ocasionando perdas de faturamento.
- Potencialização de issues gerando controvérsias consideradas nas decisões de alocação de recursos por parte dos investidores e acionistas.
- Bloqueio de acesso a linhas de crédito e financiamento.
- Multas e processos judiciais.
- Representações em organismos internacionais de Direitos Humanos.
- Suspensão de licenças formais.

Muitas empresas sofrem com esses efeitos e tem perdas significativas. Alguns cálculos simples podem ser feitos para mensurar os prejuízos.

Como exemplo, para calcular o custo da perda da Licença Social para Operar pode-se considerar:

- Tempo de paralização da operação versus faturamento.
- Atraso em obras versus custo de mão de obra e maquinário mobilizado.
- Tempo de atraso de entrega de um produto e/ou serviço versus faturamento estimado no período.
- Mídia negativa ocasionando perda reputacional versus valor da marca.
- Paralisação de produção versus custo da mão de obra e maquinários parados versus valor da produção no tempo.
- Boicote de consumidores versus volume de vendas perdido versus faturamento estimado.

A maioria das empresas não divulgam essas perdas em seus resultados, muitas vezes nem se quer associam as perdas com a ausência de zelo no tratamento de seus impactos ambientais e sociais e no relacionamento com os *stakeholders*.

Entretanto, seja por convicção ou conveniência muitas empresas estão aprendendo a enxergar e gerenciar esses riscos para se manter no mercado. Cada vez mais os agentes de crédito, grandes e pequenos investidores, consumidores e formadores de opinião exigem mudanças estruturais no modo como as empresas operam e geram lucro.

O mundo mudou, mas as premissas para um bom relacionamento e uma governança robusta não mudaram. O diálogo, a transparência, a prestação de contas, a empatia, a ética e o respeito seguem sendo fundamentais.

Mapear, gerir e mitigar o risco social são estratégicos e não os fazer pode gerar prejuízos financeiros irreparáveis e impactos irreversíveis na reputação da empresa. **RI**



FLÁVIA SOARES

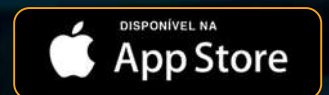
é líder de Fomento Econômico da Vale, responsável pelos projetos de retomada produtiva e reparação econômica no município de Brumadinho. Psicóloga social, pós-graduada em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFMG) e especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais (UFMG). É membro da Comissão Temática de ESG da Board Academy. flalusol@gmail.com



SABE
I N V E S T

O aplicativo
que informa,
na mesma hora,
o valor atual e
o diagnóstico
da sua carteira
de ações.

BAIXE GRÁTIS!



www.sabeinvest.com.br

Um produto



www.sabe.com.br



GOVERNANCE OFFICER

E A ATUAÇÃO EM CONSELHOS

Muitos posicionamentos são observados no universo da Governança Corporativa, mas especificamente nos Conselhos, e entender a atuação do Governance Officer nesse contexto é de suma relevância. Olharíamos apenas para os skills técnicos ou se faz necessário lapidar e exaltar os comportamentais?

por **ELSIE SARMENTO**

Sem dúvida nenhuma, faz-se necessário falar em comportamento e autoconhecimento, principalmente num momento em que muitos idealizam que o sucesso na área se dará através do maior número de especializações que possuam.

LEDO ENGANO

O mercado tem sinalizado que as coisas não são bem assim; os melhores profissionais, os que chegaram ao sucesso e permanecem nele, estão se preocupando com outros posicionamentos, que passam pelo autoconhecimento e direcionamento adequados.

A cada dia as empresas vêm exigindo que os profissionais que atendem o Conselho elevem a sua percepção sensorial e modus operandi com total equilíbrio.

Uma constatação não muito interessante dos últimos tempos é que a ESTRATÉGIA, por mais que seja uma condicionante do colegiado, não é uma realidade atual de alguns profissionais. Alguns garantem que possuem uma mente estratégica, mas nem perceberam o real significado da palavra. Falta muito para viver estrategicamente no mesmo ambiente com o Board. Aqui entra igualmente a percepção

em relação aos Conselheiros, uma vez que o ambiente é o mesmo e as atividades são complementares e lineares.

Muitos ainda precisam “sair da bolha” e pensar no formato 360° para entenderem não somente dos assuntos tratados no Board, mas terem a atitude e a desenvoltura adequadas para atuar nos momentos que surgem e exigem que as decisões sejam rápidas e baseadas nas melhores práticas de Governança. Se o Governance Officer é considerado o guardião das melhores práticas, ele deverá ocupar o seu lugar e dar conta dessa dinâmica e, com isso, ter atributos e atitudes que não estão escritos nos livros ou nos cursos oferecidos pelo mundo.

ATTITUDE! Sim, muitos não sabem nem por onde começar, mas se entendem aptos a comandar a grande orquestra que é a Reunião de Conselho - RCA. Enquanto isso, podemos observar outros profissionais que entenderam por onde deverão ir e como poderão estruturar suas carreiras.

Então, o que tem de relevante no profissional que vem se destacando dentro dessa estrutura? “O QUE” difere os profissionais é, sem dúvida, a postura; aquele que começa a

observar mais, falar nas horas certas, ter atitude correta e esperada para esse cargo e começa a entender o seu legado e se propõe a construir a sua identidade profissional.

Isso poderá levar anos ou, em raríssimos casos, se estabelecer mais rapidamente, de forma focada e direcionada por um mentor. Certo dizer que ela não se estabelece de uma hora para outra, mas uma vez estabelecida, ninguém a derruba.

Tudo isso é uma construção de entendimentos, uma percepção de vida, de maestria dos atos e comportamentos. Não adianta pular etapas! E qual seria o primeiro passo?

SEM DÚVIDA O PRIMEIRO PASSO É O AUTOCONHECIMENTO

Vejam, num cenário em que podemos observar um Governance Officer que participa do Conselho de uma Cia aberta, além de toda obrigatoriedade que o tipo societário o leva a entregar nas atividades, ainda é necessário haver boa comunicação com os Órgãos Reguladores. Alguns são advogados, estão atentos aos riscos, compliance, atendem comitês e assembleias, precisam atentar-se ao mercado e à linguagem que se apresenta à Governança Corporativa. Se esse profissional não entender quem ele é, como conseguirá dar conta de tantas atividades mesmo que delegue algumas?

Não é uma atividade para amadores; por esse motivo se faz necessário saber se está pronto a exercer esse papel como um representante de fator determinante para o desenvolvimento da Cia.

Como saber se está apto? Sabendo dos limites, capacidades, entendimentos e posicionamentos para promover desenvolvimento: o próprio, da empresa e do Conselho.

Boas perguntas ajudam nesse processo: como tem sido a sua condução em relação às atividades do Conselho? E a sua atuação, tem sido notada e avaliada por consultores externos? As avaliações estão alinhadas ao seu dia a dia? Foram devidamente atualizadas no seu *Job Description*?

Seria louvável começar a construir um dia a dia com mais visão estratégica e ponderação, entendendo que esse caminho é normal e faz parte da carreira de todos que hoje estão fazendo sucesso com posicionamento no mundo da Governança.

CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E ASSINATURA PROFISSIONAL

Apenas uma parte dos Governance Officers que estão no mercado apresentam ganhos considerados adequados e no-

toriedade. O que faz com que esses profissionais consigam isso e outros não? A fala se repete: identidade e assinatura profissional.

Ultimamente, os profissionais estão com pressa, querem resultado rápido, mas esquecem que é necessário um período de maturação para que os frutos venham. Ou seja, o imediatismo para sanar urgências faz com a pessoa desista antes mesmo de começar a programar e planejar seu caminho.

O QUE OS CONSELHOS PODEM ESPERAR DESSE PROFISSIONAL?

Muitos são sabedores que esse profissional assessora o Conselho e que ele é uma ponte entre o Conselho e a Gestão, o único que tem livre acesso às áreas. Mas uma pergunta fica no ar: por que alguns Conselhos não extraem o melhor desse profissional?

O posicionamento desse profissional é amplo e extraordinário e, se for percebido na sua real intenção e capacidade, poderá transformar o ambiente e o Conselho com as Melhores Práticas de Governança Corporativa.

Muitos representam o Conselho dentro e fora (alguns profissionais alcançam a representatividade do Conselho em órgãos de Classe para questionamentos da esfera do negócio) da Cia, considerando que têm mente, ação e direcionamento estratégicos de acordo com o Conselho e este sabe o verdadeiro teor do seu papel.

Pensando nisso, não seria melhor que o profissional que ainda não atingiu o patamar que deseja, começasse a olhar de fato para a potência que poderá ser e ampliar a atuação nesse conselho?

As oportunidades aparecem para aqueles que estão se aprimorando no autoconhecimento, planejamento, construção e adaptação do perfil que desejam para a sua identidade e assinatura profissional.

Não o contrário! **RI**



ELSIE SARMENTO

é advogada, especialista em Governança Corporativa, Mentora e Sócia-Fundadora da Saggezza Corporate Governance.

elsiesarmiento@saggezzacorporate.com.br

AVALIAÇÃO DE MARCA

REFLEXÕES ENTRE VALOR FINANCEIRO E IMAGEM

As marcas nunca estiveram tão vulneráveis a crises de imagem. Em compensação, os instrumentos para monitoramento e avaliação estão avançando com rapidez para dar conta do desafio da gestão das marcas. Cada vez mais encontram-se metodologias validadas para mensuração de percepção de marca, bem como, instrumentos de auditoria que buscam garantir as informações financeiras. A busca por modelos é a melhor forma de predição de cenários. Porém, a realidade é sempre mais complexa que essa explicação.

por **EDUARDO CHAVES** e **ALCIDES FERREIRA**

A disseminação de notícias falsas, rumores e as crises de reputação são ancestrais. A rapidez e a intensidade com que essas ondas atingem as empresas ganharam uma nova dimensão com as redes sociais e a Internet. A ausência de uma curadoria nesses canais de transmissão impõe um novo patamar de proteção às marcas.

Bem-vindo à “era da autenticidade”, na qual um mal utilizado eufemismo, como a já tristemente famosa “inconsistência contábil”, pode ser fatal para sua empresa. E como garantir o contrário? A busca pela verdade é o segredo. Seja um analista de dados e busque ver a realidade por diversos cenários. Padrões contábeis, auditoria interna, auditoria externa, cultura de transparência e governança, políticas anticorrupção e fraude. São diversas as ferramentas para que a verdade seja a “autenticidade”.

O mesmo deve ocorrer com o relacionamento com o consumidor. Seja “autêntico”, queira melhorar sempre essa relação. Primeiramente, tenha uma identidade, cultura e posicionamento que possa entregar seu valor e propósito da melhor maneira possível. Tenha compreensão profunda das necessidades do seu mercado consumidor, e encontre a melhor maneira de atendê-lo entre anseios funcionais e emocionais. Fale com seu cliente! As pesquisas são ótimas maneiras de escutar o cliente e ter o poder de entender o desempenho da marca e a importância que ela tem na vida dessas pessoas, são seu melhor feedback. E a comunicação, com todas as suas áreas, da interna à assessoria de imprensa, da tradicional à digital, e a entenda como sua melhor resposta.

As marcas precisam dialogar com a sociedade, fazer valer o seu propósito e agir de acordo com certos princípios de

convivência com a sociedade, o que se convencionou chamar de ESG. Hoje, o mercado é muito crítico e exigente com relação ao impacto positivo que empresas e marcas devam gerar à sociedade. O mundo entendeu que existem “verdades inconvenientes” ao lucro puramente capitalista. Empresas precisam entregar a sustentabilidade em todos os seus pilares; com responsabilidade social com a sociedade, ambiental com a natureza e, claro, manter receita e margem de contribuição para remunerar o capital investido. Cada pilar da sustentabilidade tem importância diferente para distintos stakeholders e, por isso, é importante ter feedbacks de todos os envolvidos. Seja dos clientes, dos funcionários, dos acionistas, do governo, da sociedade, e outros entes envolvidos.

As marcas mais bem-sucedidas sempre rezaram a cartilha de bons princípios de ESG muito antes da sigla virar moda. Elas escutam e falam os resultados em todos os pilares da sustentabilidade e com todos os públicos.

Mas a vigilância da sociedade e, principalmente, a velocidade da punição à imagem são novos vetores a serem considerados. Literalmente em questão de horas, uma marca centenária pode sofrer violenta corrosão ou mesmo ser destruída. Saber o que fazer, como fazer e quando fazer, para ter resposta do que falar, como falar e quando falar, é a única maneira de mitigar uma crise e conseguir seguir em frente.

A boa nova vem dos instrumentos de monitoramento e da robusta metodologia para fazer valuation de marca aliados à comunicação organizacional. Dessa forma, pode-se compreender o valor do intangível por meio de cruzamentos financeiros e perceptuais. Com ética, independência, objetividade, transparência, essas metodologias podem ser ferramentas poderosas de melhoria contínua organizacional.

Hoje, há metodologias ISO, como as ISO’s 10668 e 20671, que determinam modelos de avaliação de marca. E ter conteúdo relevante para garantir o máximo dos seus relacionamentos.

A tecnologia digital ainda possibilitou pesquisas de marca comparadas globalmente entre diversas marcas em diversos setores. Bancos de dados muito complexos e robustos que permitem entender não só a performance de uma determinada a marca, mas sim, entender todo um parâmetro de mercado e classificá-la por parâmetros estatísticos. As informações nunca foram tão robustas como hoje do que em qualquer momento de toda história. O ser humano está a cada segundo classificando e analisando absurda quantidade de dados, e as empresas precisam estar abertas para receber esse tipo de informação. Controles financeiros, por meio de sistemas e integrações com instituições financeiras, que permitem informações em períodos de necessidade de informação. Veja como essas ferramentas são integradas ao planejamento estratégico e de comunicação das organizações e podem impactar positivamente todo ecossistema envolvido.

A tecnologia para monitorar seus temas de interesse está ficando cada vez melhor e ganhando camadas de inteligência artificial. Com o uso de algoritmos e inteligência artificial generativa podemos ter interpretações, insights, recomendações, metas, objetivos similares ao segmento, e muitas outras informações, além claro, daquelas inicialmente geradas pelas pessoas. A inteligência artificial e os sistemas não irão substituir pessoas. Mas as pessoas usando inteligência artificial e sistemas irão sim substituir muita gente. Por isso, a importância de ser um gestor envolvido com dados, sistemas, comunicação e tecnologia.

Além disso, a barreira da Língua Portuguesa está sendo superada pelo desenvolvimento de soluções brasileiras. A importância do nosso país no mundo faz com que as soluções estejam disponíveis em nosso idioma.

Mas é importante ressaltar que a língua inglesa facilitará a busca com novos modelos de gestão de marcas, para que possa potencializar a comunicação e os resultados do negócio. **RI**



EDUARDO CHAVES
é sócio-diretor da Brand Finance.
e.chaves@brandfinance.com



ALCIDES FERREIRA
é sócio-diretor da Agência Fato Relevante.
alcides.ferreira@agenciafr.com.br

Todo lugar tem um pouco de Itaúsa.

PERCEPÇÕES E DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DO NOVO POSICIONAMENTO DE MARCA

A criação da nova campanha da holding foi complexa e envolveu muita pesquisa e uma grande dose de criatividade.

No mês de julho último, a Itaúsa colocou no ar a sua campanha publicitária com um novo posicionamento de marca. Seguindo o mote “*Todo lugar tem um pouco de Itaúsa*”, o objetivo foi mostrar como o portfólio da maior holding de investimentos de capital aberto do país atua na vida de milhões de brasileiros por meio de suas sete empresas investidas.

por **VIVIANE PERINOTTO** e **SANDRO CHRISTY**

As peças da campanha mostram que a holding está presente na água que lava a louça do almoço e no saneamento (Aegea), na chama do fogão (Copa Energia), no conforto da nossa casa (Dexco). Está presente na mobilidade urbana, no metrô e no aeroporto (CCR), nos investimentos e pagamentos (Itaú), no lifestyle (Alpargatas) e no transporte de gás (NTS). Onde você olhar, em tudo, em todo lugar e ao mesmo tempo, vai ter Itaúsa.

Essa é a segunda fase da campanha. No ano passado, foi lançado o “Aqui tem Itaúsa”, no qual cada empresa do portfólio foi apresentada individualmente. Desta vez, chegou o momento de dar um passo adiante com a mensagem, aterrissar ainda mais esse discurso e focar nas pessoas e nas rotinas delas.

Na área de comunicação, nosso desafio para montar a campanha era grande. Afinal, a Itaúsa era percebida pelos *stakeholders* como uma holding financeira, principalmente pela sua ligação direta com o Itaú. Porém, o novo momento da empresa apontava para uma percepção diferente. Era

necessária uma campanha que exaltasse a diversificação do portfólio de uma holding que nos últimos anos passou a investir em empresas de setores estratégicos para a economia, como infraestrutura, energia, saneamento, e não apenas no setor financeiro.

Este, inclusive, é um aspecto que torna a Itaúsa uma holding praticamente singular no país: o fato de ter empresas investidas que são tão diferentes entre si, de áreas tão distintas quanto saneamento e lifestyle. Um componente que certamente amplia este desafio que é construir uma campanha de comunicação com novo posicionamento de marca.

O primeiro passo foi realizar um trabalho bastante consistente de pesquisa e diagnóstico, com ajuda fundamental das nossas agências parceiras em comunicação, verificando quais eram as forças e as vulnerabilidades da marca. E entre essas vulnerabilidades, uma delas chamou atenção: não existia um entendimento claro sobre as marcas investidas da Itaúsa e como elas formavam um ecossistema que faz

parte do dia a dia do brasileiro. Gás, saneamento, energia e mobilidade. Tudo isso está no nosso cotidiano, afinal.

ECOSSISTEMA É A PALAVRA

Ao começar a desenhar os propósitos e as ações da campanha, também trabalhamos em cima de outras percepções do público geral que esta pesquisa trouxe.

Notamos, então, a oportunidade em vista. A Itaúsa tinha um potencial grandioso de se mostrar como protagonista de um portfólio diverso e conectado com o futuro e o desenvolvimento do Brasil.

A campanha poderia, portanto, projetar a Itaúsa como uma holding humana, diversificada e transformadora que faz parte da vida dos brasileiros. Que investe no país, traz resultados para a sociedade, para o meio ambiente e para cada investidor.

Mas como seria possível encontrar uma linha condutora que passasse esse propósito de maneira efetiva? Por meio da conexão com o cotidiano das pessoas.

TODO LUGAR TEM UM POUCO DE ITAÚSA

A campanha partiu então de algumas narrativas condutoras. A noção de que a Itaúsa tem um propósito e uma conexão com os brasileiros, além de um olhar de futuro que vai além dos dividendos. A ideia de que a holding está em todos os lugares por meio de suas investidas. E o fato de que a empresa está em 9 de cada 10 cidades brasileiras.

Posto isso, as agências parceiras criaram o enxoval de peças para a campanha, e também uma comunicação bastante 360°, para, de fato, apresentar em todos os lugares em que a Itaúsa está presente.

De uma forma geral, juntamos mais de uma investida em uma mesma peça, mostrando que o ecossistema de Itaúsa é real e nele convergem sonhos, investimentos, ambições. Estamos na energia, na construção, no abastecimento e na mobilidade urbana. Estamos na tradição, na inovação, na solidez e no ESG. Muitas pessoas passam por Itaúsa mesmo sem saber!

Como o nível de conhecimento entre os públicos é diferente, a comunicação também teve que ter adaptações. Por exemplo, criamos micronarrativas para cada um dos grupos de *stakeholders* (formadores de opinião, investidores pessoa física, investidores mais experientes....), garantindo que a mensagem fosse passada da maneira mais assertiva e qualificada respeitando as particularidades de cada um.



Tirar o holofote dos temas financeiros, como é tradição na Itaúsa, e colocar destaque na diversificação de portfólio é uma ideia que dialoga com o novo momento da companhia.



O resultado deste novo posicionamento de marca é algo que muito nos orgulha, e saber que a alta liderança da empresa avalizou estes passos também é algo gratificante. Tirar o holofote dos temas financeiros, como é tradição na Itaúsa, e colocar destaque na diversificação de portfólio é uma ideia que dialoga com o novo momento da companhia.

E como Itaúsa tem uma das maiores bases acionárias da bolsa de valores brasileira, com mais de 900 mil acionistas, nosso entendimento é que essa pessoa agora pode enxergar as investidas da holding como ativos mais diretos e palpáveis.

Se a pessoa usa um produto ou serviço de Dexco, NTS, CCR, Copa Energia, Aegea, Itaú ou Alpargatas, ele pode ser, indiretamente, sócio dessa empresa. Como? Por meio das ações Itaúsa que ele possui. Essa relação passa a ser fortalecida e estimulada a partir dessa campanha.

Esta comunicação junto aos nossos stakeholders conversa com o novo propósito da Itaúsa, que é atuar como agente de mudança em empresas na criação de valor sustentável para a sociedade, investidas e acionistas.

E assim estruturamos um posicionamento novo, marcando um momento diferente para uma companhia de quase meio século de idade, passando adiante os valores e atributos de uma empresa que contribui e ainda irá contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do país, com grandes marcas, uma grande história e um grande futuro! **RI**

VIVIANE PERINOTTO e SANDRO CHRISTY

são, respectivamente, gerente e analista de Comunicação da Itaúsa.
viviane.perinotto@itausa.com.br | sandro.christy@itausa.com.br

Sobre ser pai...

A famosa frase de Nelson Rodrigues, publicada no jornal carioca “Correio da Manhã” em 17 de fevereiro de 1954, “Jovens, envelheçam!”, atualmente está completamente fora de moda. Parece que a tônica hoje é: velhos, rejuvenesçam. Assim, é natural que o conselho dos mais velhos, outrora valorizado, tenha perdido muito do seu valor na sociedade contemporânea.

por **JURANDIR SELL MACEDO**

Se o costume de ouvir os mais velhos está em desuso, a vontade dos mais velhos de continuar a dar conselhos parece não ter diminuído. Ao menos este é o meu caso, o que é agravado pelo fato de eu carregar nos ombros 38 anos de magistério.

Com esta edição da Revista RI, cuja publicação ocorre próxima da comemoração do Dia dos Pais de 2023, resolvi refletir sobre minha experiência como pai.

Olhando para trás, de nada tenho tanto orgulho, nada me realiza tanto, como o tempo e o esforço que dediquei e dedico na tentativa de ser um bom pai. Não que eu seja ou tenha sido um exemplo de bom pai, nem de perto consegui ser um pai como meu conterrâneo Marcos Piangers, autor do *best-seller* “O papai é pop”.

Para começar, não queria ser pai. Hoje, revisitando o passado, vejo que a minha recusa se devia a um medo imenso de fracassar. Felizmente, a decisão de ter filhos foi tomada por minha companheira de jornada, Celina. Para ela, ser mãe era mandatório, era seu mais profundo projeto de vida.

O famigerado Plano Collor me pegou em meio a uma troca de emprego, e fiquei um ano desempregado. Um dia cheguei em casa e encontrei um sapatinho branco com um exame embaixo.

Fui tomado por um pavor impressionante, as pernas tremiam, comecei a suar frio e tive que me sentar para não cair. Neste momento tocou o telefone, daqueles antigos enormes ligados a um fio, sob protestos da Celina atendi e do outro lado da linha veio a notícia de que tinha sido aprovado em um concurso para professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Some o desempregado e nasce um projeto de pai.

“

Olhando para trás, de nada tenho tanto orgulho, nada me realiza tanto, como o tempo e o esforço que dediquei e dedico na tentativa de ser um bom pai. Não que eu seja ou tenha sido um exemplo de bom pai, nem de perto consegui ser um pai como meu conterrâneo Marcos Piangers, autor do *best-seller* “O papai é pop”.

”

Fui pai aos 33 anos, e para que você tenha uma ideia do meu apego a crianças, preciso lhe contar que a Júlia foi o primeiro bebê que peguei no colo. Assim, durante toda a gestação, sempre fui atormentado pelo medo de não me apegar à minha futura filha. Ledo engano, assim que ela chegou no quarto da maternidade, fui tomado pelo maior amor que jamais imaginei sentir, o que só foi igualado quando o Gustavo nasceu.

Todo aquele amor que não esperava sentir me levou a outros medos ainda mais profundos. Como conseguiria sustentar

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

meus filhos? Como daria conta das despesas com educação? E até preocupações mais prosaicas, será que um dia conseguiria bancar uma viagem à Disney para meus filhos?

Entretanto, o fato de ser pai me fez nascer um medo ainda mais profundo e sombrio: o medo da morte. Meu pai faleceu quando eu tinha 10 anos e meus irmãos tinham 6 e 4 anos, deixando minha mãe muito jovem com dificuldades financeiras.

Sou fruto de uma das últimas safras da geração *Baby Boomer*, quando os papéis de gênero eram geralmente mais tradicionais. Muitas vezes, o pai era visto como o provedor financeiro, enquanto a mãe era vista como a principal responsável pela casa e pelo cuidado dos filhos. Já não era meu caso, pois a Celina era professora da Federal de Santa Catarina quando nos casamos, portanto, o papel de pai tradicional felizmente não me cabia.

Não fui participativo na época das fraldas, do que me arrependo. Porém, logo que eles cresceram um pouco, penso que fui muito dedicado. Sempre quis ter uma filha valente, sempre desafiei a Júlia ao extremo. Sim, hoje tenho uma filha que tem uma coragem que me surpreende e é uma empresária de sucesso. Porém, tenho plena consciência de que exagerei na dose, dificultei a vida dela mais do que precisaria.

Quando o Gustavo nasceu, pensei que já era um pai experiente. Ledo engano! O que funcionava para a Júlia não funcionava para ele. Assim, descobri que educar um filho não é como o oleiro que molda o barro segundo seu projeto, mas se assemelha ao trabalho do lapidador de diamantes. Se não respeitar a pedra, o resultado será desastroso. Hoje, Gustavo é um homem que me enche de orgulho: extremamente focado e com um forte senso ético. Ainda muito jovem, tornou-se um empresário de sucesso.

Para superar meus medos de não poder dar o suporte financeiro aos filhos, sempre trabalhei muito. Além das aulas na UFSC, viajei muito dando cursos e palestras. Porém, todo o tempo livre que tinha era integralmente dedicado à família. Muito desse tempo passamos na antiga casa que tínhamos em Bocaina, a fazenda onde me criei.

Lá criei um mundo imaginário cheio de histórias de onças que falavam, árvores que nasciam do umbigo, antigas histórias de sacis e outros personagens do nosso folclore. Em 2001, quando minha carreira estava indo muito bem, tive a coragem de atender ao chamado da Celina e fomos morar

um ano no Canadá com os filhos. Depois, em 2009, quis repetir a dose e ficamos mais um ano em Bruxelas. Foram dois anos incríveis de forte união familiar.

Hoje, os filhos são adultos e trouxeram para nossa família os queridos Marcos e Maria Cícera. Temos uma família que superou todos os meus mais otimistas desejos, e por isso sinto todo o orgulho que mencionei no início deste artigo.

Infelizmente, nunca tive um modelo do que era ser um bom pai. Fui e sou um pai cheio de medos, de inseguranças e de falhas. Porém, uma coisa eu tenho certeza: em cada dia desde que fui pai, não medi esforços para ser hoje um pai melhor do que fui ontem. E, certamente, minha contribuição para o sucesso da família é minúscula diante do que fez a Celina e das qualidades dos filhos, genro e nora.

Assim, chego ao conselho que gostaria de dar para aqueles que pretendem ou são pais recentes. Filhos não precisam de perfeição, podem sobreviver e crescer com nossas falhas, podem até superar a ausência. Porém, pais e mães raramente superam o arrependimento de não terem se dedicado aos seus filhos. Se você ainda tem tempo, dedique o melhor de você para seus filhos, para que um dia você não precise dizer as frases mais tristes que já escutei: “eu não vi meus filhos crescerem!”.

Em nossa busca por sucesso na vida, muitas vezes nos concentramos excessivamente em nossas carreiras e objetivos financeiros, negligenciando a importância fundamental da família. Uma carreira de sucesso pode nos proporcionar conforto e estabilidade financeira, mas não devemos esquecer que a construção de relações verdadeiras requer tempo de qualidade. Como não canso de afirmar: nenhum sucesso financeiro compensa um fracasso familiar.

Com este artigo, gostaria de homenagear todos os pais, sejam eles biológicos ou não, que se dedicam à tarefa desafiadora e fantástica de amar e educar. **RI**



JURANDIR SELL MACEDO
é doutor em Finanças Comportamentais, com pós-doutorado em Psicologia Cognitiva pela Université Libre de Bruxelles (ULB) e professor de Finanças Pessoais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
jurandir@edufinanceira.org.br



Sua doação transforma vidas!

As desigualdades sociais, raciais e de gênero são grandes desafios para o Brasil.

A **BrazilFoundation** apoia iniciativas sociais que levam oportunidades e melhores condições de vida para milhares de pessoas.

Fazendo uma doação mensal, você colabora para a construção de um presente e um futuro mais justos para todos e todas.

Doe Agora

Seja a mudança que o Brasil precisa.

brazilfoundation.org/transforme



Leia na **RI**!

a revista do Mercado de Capitais.

REVISTA RI: 25 ANOS DE HISTÓRIA NO MERCADO



RI
RELAÇÕES COM INVESTIDORES
www.revistaRI.com.br

TSUNAMIS CORPORATIVOS
POR QUE ACONTECEM?
por CIDA HESS e MÔNICA BRANDÃO

BATE-PAPO COM ChatGPT
SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL & RELAÇÕES COM INVESTIDORES
por STEVEN WADE

ESTAMOS NO MELHOR MOMENTO PARA VOLTAR A INVESTIR EM STARTUPS
por GABRIEL SIDI VIEIRA

ENTREVISTA
Ronnie Nogueira
Publisher e Diretor Editorial, Revista RI
O editor da Revista RI fala sobre a trajetória de 25 anos à frente da principal e mais longa revista do mercado de capitais brasileiro.
por SONIA CONSIGLIO

n°269
MAR 2023
R\$ 26,00
ISSN 1982-1824
9 771982 182608



www.revistaRI.com.br

24° ENCONTRO DE RI DEBATE COMUNICAÇÃO, ESG & DIGITALIZAÇÃO

A 24ª. edição do maior evento de RI da América Latina, realizado pelo **IBRI** e pela **ABRASCA**, destacou o papel do profissional de Relações com Investidores em momentos de crise, a importância da comunicação e temas ESG.

por **JENNIFER ALMEIDA** e **RODNEY VERGILI**

PÁGINA 62



Alfredo Setubal
recebe homenagem
no 24º. Encontro
Internacional de RI

PÁGINA 74

Luiz Henrique Valverde,
novo presidente do IBRI,
inicia seu mandato
em Julho de 2023

PÁGINA 76

Webinar IBRI:
STF e a coisa
julgada: impactos
e desdobramentos

PÁGINA 80

24º ENCONTRO DE RI DEBATE COMUNICAÇÃO, ESG & DIGITALIZAÇÃO

A edição do 24º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais - *maior evento de RI da América Latina* - realizado pelo IBRI e pela ABRASCA destacou o papel do profissional de Relações com Investidores em momentos de crise, a importância da comunicação e temas ESG.

por **JENNIFER ALMEIDA** e **RODNEY VERGILI** | fotos: **RENATO FREITAS**



GERALDO SOARES



PABLO CESÁRIO



JOÃO PEDRO NASCIMENTO

“O Encontro de RI tornou-se primordial para os profissionais de Relações com Investidores e todos os interessados em se aprofundar nas novidades e perspectivas do mercado de capitais. A cada ano a organização do evento busca proporcionar ricos debates sobre temas atuais e com a participação de renomados profissionais que agregam conhecimento, experiência e suas vivências”, destacou **Geraldo Soares**, Presidente do Conselho de Administração do IBRI, na abertura da 24ª edição do Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, ao lado de **Pablo Cesário**, Presidente Executivo da ABRASCA; e **João Pedro Nascimento**, Presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O evento que é promovido pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e pela ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) aconteceu, em 26 e 27 de junho de 2023, no Teatro B32, em São Paulo, e contou com a presença de mais de 700 pessoas. “A edição deste ano é muito especial para nós, pois marca o retorno do Encontro em formato 100% presencial e no agradável B32 da Faria Lima”, enfatizou **Geraldo Soares**.

“Neste ano, gostaria de chamar atenção para três temas que terão grande destaque no nosso Encontro de RI e se desdobrarão em diferentes painéis: a comunicação, ESG e digitalização”, antecipou o Presidente do Conselho de Administração do IBRI.

Pablo Cesário, Presidente Executivo da ABRASCA, disse que o Encontro de RI é uma das tradições do mercado. “Espero que esta iniciativa continue por muitos anos”, comentou.

“Se este é o principal mecanismo de prosperidade, como inserimos mais pessoas neste mercado?”, questionou Cesário ao mencionar a importância de pessoas da periferia também se beneficiarem do mercado de capitais. Antes de finalizar sua fala, Pablo Cesário demonstrou otimismo com a popularização do mercado.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

João Pedro Nascimento, Presidente da CVM, exaltou a parceria entre o IBRI e a ABRASCA e afirmou que o Encontro de RI e Mercado de Capitais é uma oportunidade para a autarquia prestar contas ao mercado. Prestes a iniciar o segundo ano de seu mandato, João Pedro Nascimento destacou pontos da agenda executiva como financiamento da autarquia, pessoas e tecnologia.

PAINEL 1: AÇÕES DA CVM PARA 2023/2024

O primeiro painel do evento foi moderado por **Geraldo Soares**, Presidente do Conselho de Administração do IBRI, e contou com palestras de **João Pedro Nascimento**, Presidente da CVM, e **Antonio Carlos Berwanger**, Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da CVM. “O IBRI tem 25 anos e o primeiro convênio que fizemos foi com a CVM”, lembrou Geraldo Soares.

O objetivo do painel foi discutir a agenda da CVM, quais são os focos da autarquia, a atuação do regulador, “tudo ajuda muito o profissional de Relações com Investidores a se preparar”, complementou Geraldo Soares.

No início da apresentação, João Pedro Nascimento e Antonio Carlos Berwanger falaram sobre as normas já editadas. “O Marco Regulatório dos Assessores de Investimento (Resolução CVM nº 178 e nº 179) revolucionou a indústria de intermediários, com o fim da exclusividade e outras modernizações”, declarou o Presidente da CVM. “Os assessores de investimento do mercado de capitais estão em cada canto do país. E a CVM entende que o mercado de capitais pode ser uma ferramenta poderosa para diminuir desigualdades”, declarou João Pedro Nascimento.

O Marco Regulatório dos Fundos de Investimento (Resolução CVM nº 175) promoveu consolidação de 39 normas e modernizou a regulação dos fundos no Brasil, disse o Presidente da CVM.

João Pedro Nascimento afirmou que é preciso olhar dois pontos na questão de influenciadores: “é preciso ver se eles não estão invadindo o perímetro de outros profissionais regulados como, por exemplo, os analistas do mercado de capitais”. O presidente da CVM observou que o segundo ponto “é que deve haver um acompanhamento entre a influência exercida e as operações do mercado”.



JOÃO PEDRO NASCIMENTO, CVM; **ANTONIO CARLOS BERWANGER**, CVM; e **GERALDO SOARES**, IBRI

Durante o painel, o presidente da autarquia anunciou que há mais aprimoramentos regulatórios a caminho — como a revisão das regras sobre Assembleias Digitais e Voto a Distância (Resolução CVM nº 81) e sobre OPA - Oferta Pública de Aquisição (Resolução CVM nº 85), além da criação de regras sobre Portabilidade em Fundos e do Parecer de Orientação sobre a SAF (Sociedade Anônima do Futebol) no mercado de capitais.

Ao ser questionado por Geraldo Soares se o ESG (do inglês, Environmental, Social and Governance; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança) é um caminho sem volta, Antonio Carlos Berwanger foi enfático ao dizer: “Sim, vejo isso como um caminho sem volta. Estão ocorrendo muitas discussões em Brasília sobre taxonomia”. De acordo com o superintendente da CVM, “o driver é mais forte fora do Brasil, mas por mais que não tenhamos uma predominância dos temas ligados aos temas ESG aqui no país, em mercados lá fora já é uma realidade e logo mais vai chegar aqui. As companhias são indutoras dessas práticas”.

João Pedro Nascimento acrescentou: “as pessoas têm que perceber que os aspectos Ambiental, Social e de Governança são capazes de agregar valor. A população está mais consciente e isso se aplica aos valores mobiliários”. “O futuro é verde e digital”, concluiu o Presidente da CVM.

PAINEL 2: A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO EM EMPRESAS COM MÚLTIPLAS ÁREAS DE RI

“No Brasil existem poucas empresas *holdings* e cada vez mais estão se constituindo empresas desse tipo e o que queremos discutir neste painel é a gestão da comunicação em empresas com múltiplas áreas de Relações com Investidores”, declarou **Geraldo Soares**, moderador do segundo painel.

Participaram como palestrantes do debate: **Alfredo Egydio Setubal**, Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Itaúsa; e **Paulo Caffarelli**, CEO da Holding Financeira do Grupo Simpar. Soares perguntou aos participantes do painel como a cultura da prestação de contas, transparência, gestão de riscos e RI da *holding* contribui nas empresas investidas e como esse processo interfere se alguma empresa investida possui uma cultura própria de Governança Corporativa e RI.

“Ter uma *holding* é, de fato, diferente de se ter uma empresa operacional. Fui Relações com Investidores do Itaú Unibanco por muitos anos e realmente a dinâmica é bastante diferente. No nosso caso, a *holding* é pura, não temos nenhuma atividade operacional, são participações em empresas que investimos, algumas somos co-controladores, outras temos acordos de acionistas com alguns vetos e limitações que temos direito, mas não temos nenhuma atividade operacional diretamente ligada às atividades da *holding*”, explicou Alfredo Setubal.

Ele mencionou que no portfólio de investimento da *holding* há empresas abertas e fechadas. “Pessoalmente gosto do



ALFREDO SETUBAL, ITAUSA; **PAULO CAFFARELLI**, SIMPAR; e **GERALDO SOARES**, IBRI

modelo de empresa aberta, pois tem mais transparência, há prestação de contas, a empresa é obrigada a divulgar balanço, tem auditoria, tem comitês e comissões. Na Itaúsa, além de darmos credibilidade e apoio financeiro, o nosso papel mais importante é na Governança Corporativa”, frisou.

Setubal enfatizou que na governança há uma atuação firme e previamente discutida, pois sempre nos investimentos existe um acordo de acionistas. “Então, a governança é tudo, principalmente nas empresas onde somos minoritários”, acrescentou.

Para Paulo Caffarelli, a *holding* tem o papel de acompanhar a execução do plano de negócios das suas participadas e “isso vale tanto para as empresas de capital aberto quanto para as de capital fechado”. Ele reforçou que é muito importante respeitar a independência das empresas controladas, principalmente sob a ótica do acionista minoritário. “No aspecto da governança, a *holding* é a guardiã dos valores e da cultura da empresa”, declarou.

Caffarelli disse que “no Grupo Simpar, há três empresas de capital aberto e mais cinco empresas de capital fechado. Dentro desse processo de a *holding* ser a guardiã da cultura e dos valores, nós nos baseamos em seis princípios que são: clientes, gente, simplicidade, atitude de dono, sustentabilidade e lucro”.

Os palestrantes também abordaram temas como quando uma empresa da *holding* é de capital fechado e vai se tornar uma empresa de capital aberto, especialmente no que diz respeito às práticas de governança; e também discorreram sobre a atuação do profissional de Relações com Investidores em diferentes empresas com negócios diversos. “Se já é difícil ser RI de uma companhia, de uma *holding* a complexidade aumenta muito”, observou Geraldo Soares.

Caffarelli afirmou que o profissional da *holding* tem que orquestrar esse processo, sempre respeitando a independência das empresas, “mas acredito que facilita muito uma conversa dos representantes da *holding* com os demais profissionais das empresas, pois é preciso ser unânime”.

Alfredo Setubal concordou que há muita complexidade nesse processo, inclusive comentou que os analistas e gestores de portfólio fazem “*double check*” (dupla checagem) das informações, por exemplo com o profissional de RI de uma das empresas controladas e, em seguida, com a *holding* para verificar se as informações estão alinhadas.

Antes de finalizar o painel, Geraldo Soares disse que a Comissão Organizadora do Encontro de Relações com Investidores decidiu fazer um reconhecimento a um profissional que fez grande contribuição para o mercado de capitais brasileiro, para o IBRI e para ABRASCA. “A Comissão discutiu sobre quem fez imensas contribuições ao desenvolvimento do nosso mercado de capitais e da profissão de Relações com Investidores e das companhias abertas. Este ano, por unanimidade, a Comissão decidiu oferecer um prêmio de reconhecimento a Alfredo Setubal, por tudo que ele fez para o mercado de capitais brasileiro”, anunciou Geraldo Soares ao presentear o homenageado com uma placa de prata.

Ao agradecer a homenagem, Setubal enfatizou a relevância de se participar de entidades de classe: “é muito importante dedicar tempo a isso e ajudar a construir o mercado. Tive a felicidade de participar de vários momentos do IBRI, da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e da antiga ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento). Fui um grande incentivador da autorregulação da ANBIMA. Fico muito grato e surpreso pelo reconhecimento. Faço RI com prazer e acredito que é um aprendizado contínuo”, finalizou.

PAINEL 3: O QUE O INVESTIDOR ESPERA DO RI

O terceiro painel teve como tema “O que o investidor espera do RI”. Renata Oliva Battiferro, Vice-Presidente do Conselho de Administração do IBRI e Investor Relations General Manager da Gerdau, foi a moderadora do terceiro painel, que teve como debatedores: Robert Van Dijk, CEO da empresa de gestão de investimentos Principal Financial Group do Brasil; Thiago Duarte, Head de Research do Banco BTG Pactual; e Felipe Paiva, Diretor de Relacionamento com Clientes & Pessoas Físicas da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

“Sabemos que a área de RI é responsável pela comunicação da empresa com o mercado e o bom relacionamento entre todos os *stakeholders* acaba sendo fundamental no dia a dia de Relações com Investidores. Nosso objetivo acaba sendo estruturar um canal oficial de comunicação entre a empresa e o mercado: analistas, investidores e demais *stakeholders*. Transparência e coerência são pontos primordiais numa área de RI”, declarou Renata Oliva Battiferro.

Na primeira pergunta aos palestrantes, Renata Oliva quis saber como se dá a interação deles com o profissional de Relações com Investidores, visto que cada um tem públicos distintos. “O que vocês esperam da área de RI, o que falta e



THIAGO DUARTE, BTG Pactual; **ROBERT VAN DIJK**, Principal Financial Group; **FELIPE PAIVA**, B3; e **RENATA OLIVA BATTIFERRO**, IBRI

o que vocês vislumbram de interação para a área”, destacou.

Felipe Paiva, Diretor da B3, compartilhou suas impressões, especialmente do ponto de vista do investidor pessoa física. De acordo com ele, a nova geração de investidores está crescendo e colocando o patrimônio em diversos tipos de investimentos como caderneta de poupança, mercado acionário, CDB (Certificado de Depósito Bancário), dentre outros. “Temos visto também uma enxurrada de informações de analistas e pessoas com canais no YouTube falando das companhias”, comentou.

Ao falar sobre cenário futuro sobre a expectativa dos acionistas, Paiva acredita que haverá uma simplificação da comunicação. “O papel do RI é levar informação, humanizar a companhia e vejo também o papel do RI como aquele que faz o fortalecimento da marca”, opinou.

“Transparência, clareza, acessibilidade e conhecimento profundo são condições essenciais para que um bom RI possa fazer a interlocução com todos os stakeholders”, disse Robert Van Dijk. “Na verdade, é uma responsabilidade enorme, e, portanto, a figura do RI, a meu ver, está ganhando relevância cada vez maior e só crescerá”, ressaltou.

“Como analista, gosto de pensar que sou o porta-voz das companhias naquilo que elas estão tentando trazer ao mercado, na forma como elas se vendem e contam sua história. E penso na figura do RI como ele sendo o analista de uma

empresa só. Cubro quase 30 companhias e divido meu tempo com aquilo que tem de informações públicas que essas companhias disponibilizam”, observou Thiago Duarte.

Para o executivo do BTG Pactual, o RI é “uma figura que faz mais ou menos o mesmo trabalho do analista só que para uma só empresa e com o benefício de estar dentro da companhia”. “O bom trabalho do profissional de Relações com Investidores está justamente na capacidade das pessoas desse departamento de RI de circular dentro da companhia e capturar as informações que são relevantes. Depois acontece a segunda parte do processo, ou seja, interagir ao contar a história da companhia para o mercado”, observou.

Ao falar sobre a interação com o profissional de RI em cenários turbulentos, Thiago Duarte disse que “cresceu exponencialmente a quantidade de ruídos de informação nos últimos anos e é muito importante a capacidade de filtrar o que importa, o que não importa, o que é razoável e, muitas vezes, o que é mentiroso. É parte do desafio”.

Renata Oliva Battiferro lembrou que se intensificou o uso da tecnologia e de redes sociais nos últimos anos. “Como você enxerga a utilização das redes sociais? No caso da área de Relações com Investidores, você acredita que essa quantidade de informações é uma ameaça para área de RI?”, questionou Renata Oliva Battiferro.

Felipe Paiva disse que não é ameaça, e sim a realidade. Ele

reforçou a mensagem de que a comunicação deve existir. Segundo ele, o que está mudando ao longo dos anos é a forma. “As mudanças de comportamento das pessoas e as redes sociais têm criado um jeito diferente no comportamento das pessoas. Temos visto o conceito de experiências líquidas, ou seja, o que uma pessoa usa para consumir, transportar e ouvir música procura ter a mesma experiência no mundo de investimentos. Então, com um clique a pessoa pede uma comida, com um clique ela quer começar a investir”, afirmou.

Robert Van Dijk observou que o avanço da tecnologia é inexorável, assim como a velocidade das inovações. “A tecnologia é facilitadora. Nós podemos utilizá-la bem ou mal. Devemos ter a responsabilidade de fazer o uso da tecnologia com a melhor intenção de bem comunicar”, frisou. Segundo ele, hoje em dia as *fake news* vão tornar a vida mais desafiadora. “Temos que nos valer dos avanços tecnológicos, mas recaímos em um ponto essencial: utilizar a tecnologia para melhor informar com princípios éticos e com a neutralidade que isso exige”, concluiu.

PAINEL 4: A COMUNICAÇÃO EM SITUAÇÕES DE CRISE

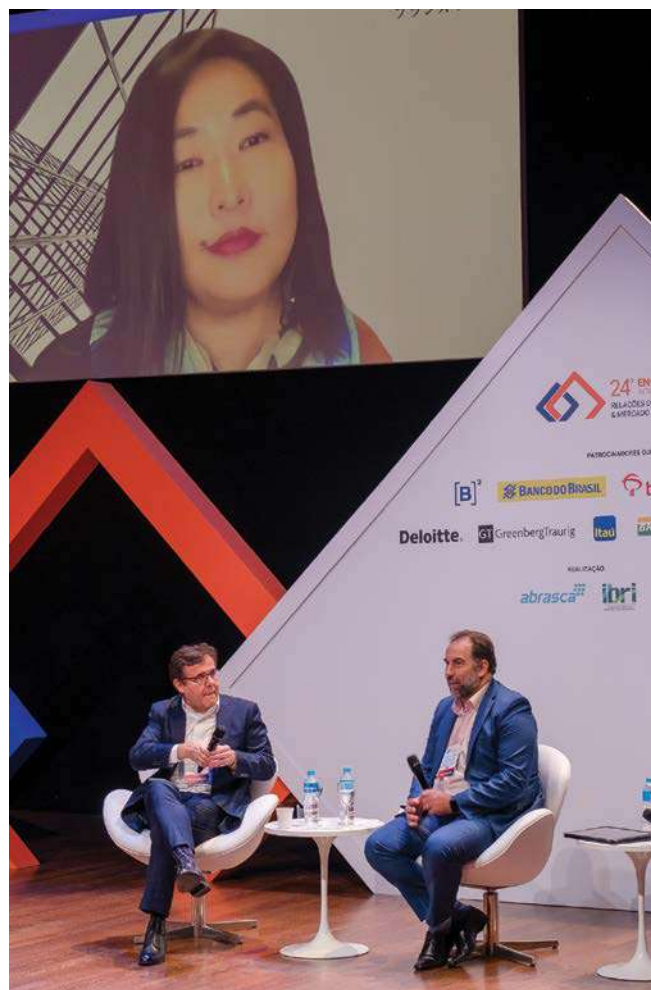
O quarto painel do Encontro de RI foi conduzido por **Marco Geovanne Tobias da Silva**, Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores do Banco do Brasil, e participação de **Salvador Dahan**, Especialista em Governança, Riscos e Compliance; e **Tereza Kaneta**, Sócia do Grupo Brunswick. Dentre os temas abordados, os palestrantes falaram sobre a importância de se ter um plano de crise e o risco reputacional.

“Plano de crise deve conversar com o plano de risco, embora não estejam no mesmo guarda-chuva”, afirmou Salvador Dahan.

Para Tereza Kaneta, “planejamento é tudo. A empresa deve fazer um mapeamento de risco, bem como um plano de contingência. É fundamental na crise que exista o compromisso de ser ético e transparente”.

Marco Geovanne chamou atenção para o papel do profissional de RI dentro da gestão de crise. “O profissional precisa ter coragem de colocar o dedo na ferida, o que significa dizer que precisa trazer para discussão temas sensíveis dentro da companhia”, afirmou Geovanne.

“O RI tem papel fundamental na crise. Vocês são o termôme-



TEREZA KANETA, Brunswick; **MARCO GEOVANNE**, Banco do Brasil; e **SALVADOR DAHAN**, Riscos e Compliance

tro do que está acontecendo lá fora. Vocês têm a responsabilidade de trazer mensagens e mostrar caminhos”, observou Salvador Dahan.

Para Tereza Kaneta, rede social é uma coisa que a empresa não pode deixar de considerar no plano de gestão de crise. “Muitas vezes, as redes sociais podem até ser a fonte da crise, mas podem, também, ajudar durante a crise”, observou.

Em sua mensagem final, Salvador Dahan reforçou a importância da transparência. “Não desmereçam o seu público, especialmente em situações de crise. Fornecer informação íntegra ajudará vocês a sair da crise menos afetado”, destacou.

Para Tereza Kaneta, hoje em dia não há desculpa para não se preparar para momentos de turbulência. “Os riscos estão aí, não tem desculpa para não se ter nenhum framework básico. A cultura da ética e da transparência é fundamental”, encerrou Tereza Kaneta.

PESQUISA DELOITTE IBRI

Em painel especial foram apresentados os resultados da Pesquisa Deloitte IBRI com o tema “*Evolução da agenda ESG: O impacto desta transformação na atividade dos RIs*”. **Rodrigo Lopes da Luz**, Membro do Conselho de Administração do IBRI, moderou o painel, que contou com palestra de **Reinaldo Oliari**, Sócio de Audit & Assurance da Deloitte.

A agenda ESG (do inglês, *Environmental, Social and Governance*; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança) continua a ter impacto significativo nas responsabilidades dos profissionais de Relações com Investidores e para as empresas do mercado de capitais. Este cenário destaca a importância dos indicadores de boas práticas de governança e de responsabilidade social e ambiental na área. No entanto, de acordo com a pesquisa Deloitte IBRI, apesar da divulgação dos indicadores de governança ocupar o mais alto nível de importância atualmente, na opinião dos entrevistados, a de ações ambientais se tornará igualmente relevante nos próximos dois anos.

O estudo foi realizado com 55 empresas, das quais 30% são listadas em Bolsas de Valores no Brasil ou no exterior. O levantamento mostra, ainda, que a padronização da taxonomia dos indicadores ESG pode colaborar com o processo de comparação das informações divulgadas ao mercado. Também aponta para a necessidade de que as organizações invistam em equipes ou pessoas especializadas em ESG para apoiar seus times de RI. Essa demanda sinaliza a inserção de um novo profissional no futuro do setor, o Controller ESG, responsável por analisar a sinergia entre as informações de responsabilidade Ambiental, Social e de Governança, e financeiro-contábeis, além de apoiar o planejamento estratégico.

“A agenda ESG é reconhecida como um fator impulsionador de oportunidades significativas para as empresas, o que evidencia a disposição das organizações em abordar essa temática não apenas como um requisito regulatório, mas como uma estratégia central para agregar valor aos seus negócios. Consequentemente, o mercado demanda profissionais com habilidades multidisciplinares e com conhecimento aprofundado sobre os indicadores ambientais, sociais e de governança”, afirma Reinaldo Oliari.

Perspectivas e possibilidades no âmbito do mercado de capitais

O estudo identificou as seguintes tendências e expectativas para o mercado de capitais: um aumento significativo nas



REINALDO OLIARI, Deloitte; e **RODRIGO LUZ**, IBRI

exigências relacionadas à governança, riscos e controles (80%), a implementação de uma padronização nos relatórios e indicadores ESG (76%), o surgimento de novos canais de comunicação com investidores (47%) e uma maior atenção aos planos de continuidade de negócios (47%).

A jornada de transformação ESG

O crescente envolvimento dos profissionais de Relações com Investidores com temas ESG, indicado por 88% dos respondentes, reflete uma mudança na abordagem das empresas em relação a habilidades e conhecimentos necessários para a implementação de práticas e indicadores Ambientais, Sociais e de Governança. O relatório mostra, por exemplo, que 78% das empresas participantes já discutem questões de responsabilidade ambiental nas reuniões de Conselho de Administração. Assim, a inclusão de especialistas nessa área nas equipes de RI pode contribuir para a criação de valor de forma mais equilibrada e abrangente. De acordo com o relatório, 30% dos entrevistados afirmaram ter um especialista em ESG em sua equipe de RI, enquanto 17% têm planos de contratar um ainda este ano. O cenário também reforça o desafio do profissional de RI, além de avançar em seus conhecimentos multidisciplinares, procurar se especializar cada vez mais em temas e indicadores ESG.

Segundo o relatório da pesquisa Deloitte IBRI, as empresas devem promover avanços significativos na implementação das práticas ESG até 2030. Nesse sentido, as organizações que buscam antecipar essa jornada de transformação estão criando oportunidades para um desempenho aprimorado nos próximos anos. Em relação à importância de incorporar as questões ESG em suas estratégias de negócio, 85% das empresas responderam que planejam fazê-lo por meio da criação de métricas relacionadas ao tema, 65% pela incorporação dos valores ESG à identidade corporativa, 55% têm a intenção de estabelecer um Comitê de Sustentabilidade e 53% desejam promover ações ESG entre os colaboradores.

As empresas estão cada vez mais comprometidas em monitorar os indicadores ESG e devem continuar expandindo suas práticas de divulgação ao mercado, a fim de atender às crescentes expectativas dos stakeholders em relação à sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Atualmente, quase todas as empresas respondentes monitoram indicadores ESG – Ambientais, 95% delas; Sociais, 94%; e de Governança, 93%. Dentre os indicadores, os sociais são os mais divulgados ao mercado (por 66% das empresas respondentes). Entre os indicadores específicos incluídos estão os de consumo

de energia (83%), o volume de resíduos reciclados/enviados para reutilização (77%), os programas de treinamento para funcionários (82%), a saúde e segurança no trabalho (80%), o Código de Ética e Conduta (90%), o canal de denúncias (82%) e a privacidade de dados (80%).

Ao serem questionados sobre os desafios relacionados ao monitoramento de indicadores ESG e elaboração de relatórios, 61% dos entrevistados destacaram a falta de padronização dos dados como o principal problema, seguido pela escassez de equipe especializada (59%), a ausência de ferramentas para coleta de informações (57%), a dispersão das informações (41%) e a dificuldade em mensurar o impacto financeiro (39%).

A atuação dos profissionais de RI no contexto empresarial brasileiro

A pesquisa revela que, este ano, 30% das empresas testemunharam um aumento na participação do líder de RI (Relações com Investidores) nas decisões estratégicas da organização. Além disso, a pesquisa destaca as habilidades que melhor definem uma liderança de RI bem-sucedida, incluindo a capacidade de comunicar o valor percebido da empresa ao mercado (62%), o conhecimento em Governança (56%), a credibilidade com investidores de longo prazo (54%) e uma compreensão profunda dos indicadores, relatórios e metas relacionados a temas ESG (44%).

Quanto aos profissionais do setor, os principais obstáculos para seu desenvolvimento, apontados pelos respondentes, incluem a necessidade de conhecimento multidisciplinar (76%), a falta de visão estratégica ou planejamento (30%) e a falta de senioridade na articulação interna (26%). Contudo, ao superar esses obstáculos, eles têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades de governança e de assumir um papel de destaque ou de maior envolvimento nas questões ESG, e alcançar um amadurecimento na gestão de crises.

“Vocês têm a responsabilidade sobre as informações que são divulgadas para o mercado. Não adianta ter os processos estruturados se a companhia não pratica o que tem no seu Código de Conduta”, disse Reinaldo Oliari.

Comunicação estratégica, avaliação de marca e ferramentas

Devido ao crescimento na participação dos investidores individuais no mercado acionário nos últimos anos, os *stakeholders* têm desempenhado um papel cada vez mais importante na percepção de valor das empresas – ainda que seja um

grupo minoritário, o de Pessoas Físicas foi o que apresentou maior taxa de crescimento, de 17 pontos percentuais, entre 2018-2021, na comparação com 2023. Com isso, as empresas estão valorizando mais a interação em tempo real com os investidores, por meio de conferências on-line e presenciais, além de manterem a divulgação de informações nos canais já estabelecidos, como o website, e-mail e materiais para a Imprensa. Ainda, 96% das organizações têm incorporado princípios ESG nas comunicações.

Por meio da agregação de informações, é possível obter uma visão mais abrangente do perfil dos investidores, ao passo que a análise competitiva assegura que as empresas estejam em sintonia com as melhores práticas e tendências do mercado no que se refere à interação com público-alvo. Atualmente, 8% das organizações já estão utilizando ferramentas de inteligência artificial na área de RI, abrangendo áreas como análise de dados financeiros e de mercado, automação de tarefas repetitivas, chatbots para atendimento aos investidores, monitoramento de mercado e personalização de conteúdo para investidores.

Dentre os meios digitais para avaliar o grau de exposição da marca ao público, os webinars e o acesso direto ao site de RI são as principais maneiras utilizadas pelas organizações.

“A área de RI ainda deve manter-se atenta às ferramentas e soluções tecnológicas que podem apoiar seu dia a dia, tornando os processos mais eficientes. Atualmente, parte das empresas já utiliza ferramentas de inteligência artificial em RI, para atividades como análise de dados, automação de tarefas e atendimento aos investidores. Estes meios proporcionam eficiência, acesso à informação, comunicação efetiva, análise avançada e conformidade. E com isso, capacitando os profissionais a desempenharem um papel estratégico na interação com os investidores e no sucesso da empresa no mercado de capitais”, declarou Rodrigo Lopes da Luz.

O sócio da Deloitte lembrou do papel fundamental do IBRI para a capacitação do profissional de RI e destacou: “a área de RI é cada vez mais acionada; antes ela era apenas comunicada. Hoje, o RI sempre é chamado nas tomadas de decisão”.

“Temos o papel de protagonistas. Se vocês estiverem revisando com o CEO o material a ser divulgado e notarem algo errado, RIs exerçam seu papel e falem”, incentivou Rodrigo Luz.

Metodologia e amostra

A pesquisa “Evolução da agenda ESG: O impacto desta transformação na atividade dos RIs” foi elaborada com base em questionário on-line, entre 27 de abril e 30 de maio de 2023. Participaram do estudo 55 empresas, entre as quais 30% estão listadas em Bolsas de Valores, no Brasil ou no exterior, e 56% têm receita líquida acima de R\$ 500 milhões. Entre os respondentes, 80% ocupam cargos executivos, 48% atuam em cargos de Conselho, Relações com Investidores, Relações Institucionais, Governança e Riscos e Sustentabilidade/ESG. Participaram do levantamento empresas dos setores de prestação de serviços (29%), infraestrutura (25%), bens de consumo (18%), agronegócios, alimentos e bebidas (9%) e serviços financeiros. Mais informações: <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/audit/articles/pesquisa-ibri.html>

PAINEL 5: ESG - EVOLUÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

“Vamos falar mais a respeito da regulação sobre ESG neste painel. A temática ESG está sendo cada vez mais discutida e há o desafio jurídico para oferecer mais segurança ao profissional de Relações com Investidores”, destacou **Henrique Filizzola**, Sócio da Stocche Forbes Advogados e moderador do quinto painel.

Henrique Filizzola fez a apresentação dos palestrantes do painel: **Arturo Rodríguez**, Senior Market Leader for Ibero-America – IFRS, **Ross Kaufman**, Sócio do escritório Greenberg Traurig; e **Luciana Mares**, Sócia do escritório Cescon Barriou.

Arturo Rodríguez e Ross Kaufman abordaram sobre a regulamentação global e o que está acontecendo nos mercados com relação a essa temática. Luciana Mares discorreu sobre a “Regulamentação CVM e Perspectivas”.

No início de sua palestra, Arturo Rodríguez mencionou a divulgação, em 26 de junho de 2023, das normas inaugurais IFRS S1 e IFRS S2 emitidas pelo ISSB (International Sustainability Standards Board).

A IFRS S1 fornece um conjunto de requisitos de divulgação destinados a permitir que as empresas comuniquem aos investidores os riscos e as oportunidades relacionados à sustentabilidade que enfrentam em curto, médio e longo prazo. A IFRS S2 estabelece divulgações específicas relacionadas ao clima e foi projetada para ser usada com a IFRS S1. Ambas incorporam integralmente as recomendações da Task Force on Climate Related Financial Disclosures, afirmou Arturo Rodríguez.



ARTURO RODRIGUEZ, IFRS; **ROSS KAUFMAN**, Greenberg Traurig;
HENRIQUE FILIZZOLA, Stocche Forbes; e **LUCIANA MARES**, Cescon Barrieu

Para Ross Kaufman, “é muito importante dar *disclosure* correto, ou seja, apresentar as informações sobre as práticas relacionadas ao tema e realizar a transmissão de forma fiel”.

Ao focar na regulamentação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Luciana Mares disse que a regulamentação sobre ESG no Brasil ainda é incipiente e “o que temos de mais robusto é o novo Formulário de Referência”.

A Resolução CVM 59, que altera a Instrução CVM 480, trouxe inovações substanciais sobre o regime informacional de emissores de valores mobiliários. A reforma promoveu a redução do custo de observância para emissores e a maior acessibilidade de informações aos investidores, ao eliminar redundâncias de prestação de informações e simplificar o conteúdo de exigências remanescentes. As mudanças contemplaram redução do custo de observância e previsão de normas de divulgação de informações de caráter ASG (Ambiental, Social e de Governança), concluiu Luciana Mares.

PAINEL 6: TENDÊNCIAS GLOBAIS PARA UM RI DIGITAL

O último painel do evento foi moderado por **Rodrigo Maia**,

Coordenador da Comissão de Desenvolvimento Internacional do IBRI, e contou com as palestras de **David Duarte**, Professor do curso de Ciência de Dados da NOVA IMS; **Isabel Ucha**, Presidente do Conselho de Administração da Euro-next Lisbon; e **Jorge Miguel Bravo**, Professor e Diretor do curso de Ciência de Dados da NOVA IMS.

“Foi muito gratificante ter sido o CEO do IBRI, em 2022, pois pude entender as dores dos profissionais de Relações com Investidores e o que podemos fazer para evoluir. Teremos uma conversa com importantes agentes de mudança aqui na Europa. Este é um momento muito especial para o IBRI que busca expandir suas fronteiras e estabelecer um capítulo na Europa, onde essas parcerias se tornarão muito especiais”, destacou Rodrigo Maia no início do sexto painel.

Para Rodrigo Maia, digitalização, globalização e ciência de dados se mostram elementos fundamentais para os profissionais de Relações com Investidores. “A digitalização permite o acesso rápido e eficiente a informações financeiras e corporativas, facilita a tomada de decisões estratégicas e a comunicação com investidores em tempo real. A globali-



RODRIGO MAIA,
IBRI



ISABEL UCHA,
Euronext Lisbon

zação expande fronteiras, oferece oportunidades de investimentos em mercados internacionais, exigindo dos profissionais de RI uma compreensão abrangente e atualizada das tendências mundiais, das necessidades dos investidores estrangeiros”, declarou.

A ciência de dados possibilita a análise e interpretação de um volume grande de informações, permitindo identificar padrões, tendências, insights valiosos para a formulação de estratégias de comunicação e relacionamento com os investidores, acrescentou Rodrigo Maia.

“Ao dominar essas ferramentas, os profissionais de RI são capazes de se adaptar às demandas em constante evolução do mercado, fortalecendo a reputação das empresas e fornecendo informações relevantes e precisas aos investidores promovendo a transparência e a confiança dos mercados financeiros”, enfatizou Maia.

Isabel Ucha destacou que a Europa é “uma enorme oportunidade de investimento e globalização para empresas brasileiras, mas também para obter financiamento para os seus projetos, crescimento e expansão por meio do mercado de capitais, que é muito desenvolvido e onde se concentra um enorme volume de poupança”.

A Euronext se destaca entre as principais Bolsas de Valores do mundo, sendo infraestrutura líder no mercado de capitais europeu com presença em 15 países e mais de 2.000 empresas listadas, afirmou Isabel Ucha. “Temos empresas *large caps* listadas, bem como de média e pequenas dimensões”, disse.

O professor Jorge Miguel Bravo comentou como os profissionais de Relações com Investidores podem se preparar para um mundo mais digital e globalizado, cumprindo a função de administrar expectativas e sendo “ponte entre a empresa e o mercado, funcionando em ambas as direções”.

“O que muda num mundo mais digital e globalizado é o potencial para atrair a atenção de um público diverso com expectativas e características distintas. Isso impõe desafios, que são diferentes dos enfrentados pelos profissionais de RI, que se dedicam apenas ao mercado doméstico, observou Jorge Bravo. “A digitalização obriga o RI a desenvolver uma estratégia multicanal, ou seja, além das *conference calls*, dos *roadshows*, dos *earnings call*, websites, os profissionais de RI tenderão a usar de forma crescente os canais digitais”, afirmou.

O professor David Duarte discorreu sobre o ChatGPT e Inteligência Artificial, destacando que um dos pontos de preocupação é a capacidade dessas tecnologias. Segundo ele, é preciso tomar cuidado ao se tomar decisões financeiras baseadas em textos ou informações que foram produzidas por esse tipo de tecnologia, pois eles podem fornecer informações erradas. “É bom ter algum conhecimento de como essas tecnologias funcionam e ter consciência crítica para conseguir avaliar se a informação é válida - ou não - e se vale a pena ser utilizada. Estamos em um momento fascinante da tecnologia e da capacidade do algoritmo”, observou.

Rodrigo Maia finalizou o evento e agradeceu a todos os participantes da 24ª edição do Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

O 24º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais foi patrocinado pelas empresas: B3; Banco do Brasil; blendON; BNY Mellon; Bradesco; BTG Pactual; Cescon Barriou Advogados; DATEV; Deloitte; Gorila; Greenberg Traurig; Itaú Unibanco; Luz Capital Markets – Printer; NOVA IMS; MZ Group; Petrobras; S&P Global Market Intelligence; Stocche Forbes; TheMediaGroup e Valor Econômico. O evento teve como Parceiros de Mídia: Portal Acionista e Revista RI. Além disso, o evento contou com o apoio institucional das seguintes entidades: ABRAPP; ABVCAP; AMEC; ANBIMA; ANCORD; APIMEC Brasil; CFA Society Brazil; CORECON-SP; FACPCS; IBEF-SP; e IBRACON.

Mais informações: <https://www.encontroderi.com.br/>



24º ENCONTRO
INTERNACIONAL
RELAÇÕES COM INVESTIDORES
& MERCADO DE CAPITAIS

REALIZAÇÃO

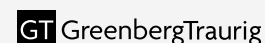
abrasca

ibri
Instituto Brasileiro de
Relações com Investidores

Muito obrigado!

Agradecemos aos patrocinadores do
24º Encontro de RI por tornarem tudo isso possível.

PATROCINADORES OURO



PATROCINADORES PRATA



APOIO ESPECIAL



ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS DE MÍDIA



ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP | ABVCAP | AMEC | ANBIMA | ANCORD
APIMEC BRASIL | CFA SOCIETY BRAZIL
CORECON-SP | FACPCS | IBEF SP | IBRACON

Alfredo Setubal recebe homenagem no 24º Encontro Internacional de RI

Alfredo Egydio Setubal, Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Itaúsa, foi homenageado, em 26 de junho de 2023, no final da programação do primeiro dia do 24º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.



ALFREDO SETUBAL

Setubal participou como palestrante do segundo painel com o tema “A gestão da comunicação em empresas com múltiplas áreas de RI”, que contou também com palestra de Paulo Rogério Caffarelli, CEO da Holding Financeira do Grupo Simpar. O painel foi moderado por Geraldo Soares, Presidente do Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores).

Antes de finalizar o painel, Geraldo Soares disse que a Comissão do Evento decidiu homenagear Alfredo Egydio Setubal

pela contribuição para o mercado de capitais brasileiro, para o IBRI e para a Abrasca. “Este ano por unanimidade a Comissão decidiu conceder o prêmio de reconhecimento a Alfredo Setubal por tudo que ele fez e faz para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro”, declarou Geraldo Soares ao apresentar o homenageado com uma placa de prata.

Merece destaque que, em 24 edições do Encontro, somente Alfredo Setubal e Alfred Plöger, ex-Presidente do Conselho Diretor da Abrasca, receberam esse reconhecimento.

Alfredo Setubal agradeceu a homenagem e enfatizou a relevância de se participar de entidades de classe. “É muito importante dedicar tempo a entidades de classe e ajudar a construir o mercado. Além da Abrasca, tive a felicidade de participar de vários momentos do IBRI, da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e na antiga ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento)”, destacou Setubal.

Luis Henrique Cals De Beauclair Guimarães, Presidente do Conselho Diretor da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), enfatizou que “ao longo das últimas décadas, as inúmeras ações de Alfredo Setubal contribuíram decisivamente para o sofisticado mercado de capitais que temos hoje em nosso país”.

Como Conselheiro da Abrasca, entre 1999 e 2017, Alfredo Setubal teve atuação destacada em diversos posicionamentos e projetos da entidade, como a elaboração do “Manual Abrasca de Controle e Divulgação de Informações Relevantes”. Adotado por dezenas de companhias abertas, o manual foi lançado num momento em que ocorreram alguns casos de “insider trading” de muita repercussão — que estavam afetando a credibilidade do mercado de capitais, afirmou Luis Henrique Guimarães. Todas as companhias abertas do grupo empresa-

rial que conta com Alfredo Setubal como um de seus administradores adotaram o Código, ressaltou.

Alfredo Setubal foi fundamental, também, para a reorganização da Abrasca, declarou Luis Guimarães. Quando a associação foi criada, há cerca de 50 anos, o modelo de funcionamento previa utilizar o manpower dos profissionais das próprias companhias. O enxugamento dos quadros das empresas reduziu o tempo disponível dos executivos, o que vinha inviabilizando o modelo original.

A Abrasca precisava ampliar a profissionalização. Alfredo Setubal participou dos debates sobre as mudanças que deveriam ocorrer para fortalecimento da entidade, reforma do Estatuto e criação da função de Presidente Executivo. Posteriormente, todas as companhias abertas do seu grupo empresarial adotaram o novo modelo de relacionamento com a Abrasca, o que foi fundamental para o sucesso da transformação.

“Certamente Alfredo Setubal é personalidade de grande relevância para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, que consiste atualmente numa realidade importantíssima para a nossa economia e o desenvolvimento do País”, acrescentou.

“Hoje, o mercado de capitais aporta parcela fortemente expressiva do financiamento do investimento, principal fator para a prosperidade de qualquer sociedade. A homenagem a Alfredo Setubal não poderia, portanto, ser mais justa”, finalizou Luis Henrique Guimarães.

IBRI

Alfredo Egydio Setubal foi Conselheiro de Administração do IBRI desde a fundação do Instituto em 05 de junho de 1997 até 31 de dezembro de 2009. Foi Presidente do Conselho de Administração de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2003. Foi membro do Comitê de Ética do IBRI de abril de 2006 a abril de 2009 e é membro do Comitê Superior de Orientação, Nominção e Ética desde 2010.

Alfredo Egydio Setubal realizou diversas ações como Presidente do Conselho de Administração do IBRI. Luiz Roberto Cardoso, Superintendente do IBRI, cita, por exemplo, a criação do Regulamento Interno focando nos aspectos éticos dos Associados em suas atividades como Relações com Investidores. “Na gestão de Alfredo Setubal, houve intenso diálogo com a Comissão de Valores Mobiliários nas discussões de pautas de interesse dos profissionais de RI. Ao mesmo tempo,

“

Esse reconhecimento do IBRI e da Abrasca me alegra muito, porque felizmente pude contribuir bastante com o mercado de capitais nos últimos 30 anos, sempre participando das entidades de classe e colaborando com temas como autorregulação, Novo Mercado e o crescimento em si desta categoria.

”

Alfredo Setubal sempre procurou estimular os profissionais experientes de RI a disseminarem seu conhecimento para os que estão começando na profissão. Além de promover eventos de dia inteiro - como os de Comunicação em Relações com Investidores - que marcaram a história do Instituto”, frisou Luiz Cardoso.

Geraldo Soares, Presidente do Conselho de Administração do IBRI, comenta que “a dedicação, compromisso, foco e inovação são legados que o Alfredo Setubal imprimiu em sua relevante trajetória no mercado de capitais. Trajetória essa que prossegue com apoio e parceria com entidades do mercado de capitais”. Geraldo Soares recorda que recentemente levou para avaliação do Comitê Superior de Orientação, Nominção e Ética do Instituto uma ampla reestruturação na Governança Corporativa do IBRI, que contou com sugestões e apoio de Alfredo Setubal.

“Esse reconhecimento do IBRI e da Abrasca me alegra muito, porque felizmente pude contribuir bastante com o mercado de capitais nos últimos 30 anos, sempre participando das entidades de classe e colaborando com temas como autorregulação, Novo Mercado e o crescimento em si desta categoria. Ser homenageado me deixa muito feliz e emocionado, e com a sensação de dever cumprido”, concluiu Alfredo Setubal, Presidente da Itaúsa.

Luiz Henrique Valverde é o novo presidente do IBRI



LUIZ HENRIQUE VALVERDE

Luiz Henrique Valverde inicia seu mandato como presidente executivo do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) em julho de 2023, substituindo **Jean Philippe Leroy**.

Valverde é um profissional com vasta experiência em Mercado de Capitais. Foi responsável pela área de Relações com Investidores em grandes empresas como Biosev, Springs Global, Unigel e Braskem. Além disso, atuou na Dow Química. Engenheiro Químico de formação, tem pós-graduação em Finanças Empresariais pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), Especialização em Mercado de Capitais pela USP (Universidade de São Paulo) e MBA pela Business School São Paulo. Foi Vice-Presidente do IBRI no período de 2006 a 2009.

“Estou muito feliz em assumir o cargo de presidente executivo do IBRI e executar a missão do Instituto, que é o aperfeiçoamento e valorização dos profissionais de Relações com Investidores. E, com isso, contribuir para o desenvolvimento do Mercado de Capitais no Brasil”, declara Luiz Valverde.

Workshops para Gestores **Diligent:** **ESG na Prática**

Geraldo Soares, presidente do Conselho de Administração do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), e **Emerson Drigo**, sócio do escritório Vieira, Drigo, Vasconcellos e Paiva Gomes Advogados, debateram temas da Agenda ESG em workshop organizado pela Diligent, em 22 de junho de 2023. O evento foi moderado por **Andre Bodowski**, vice-presidente regional para Brasil e América Latina da Diligent. O debate teve como foco principal a Resolução 59 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e tratou de aplicações práticas do disposto na referida regulação, por dois pontos de vista diferentes e complementares: das empresas e do Direito, contando com ponderações sobre a agenda da CVM sobre o tema. Para acompanhar o conteúdo na íntegra do workshop da Diligent, basta acessar: <https://learn.diligent.com/BrazilWorkshops.html>



Seminário Internacional FACPCS Normas Internacionais de Contabilidade e de Sustentabilidade

Créditos nos programas de educação profissional continuada:
APIMEC BRASIL | CFC | IBGC - Em credenciamento

Data e Local

Data: 04 e 05/10/2023 (quarta e quinta-feira) Horário: 8:25hs às 12:40hs cada dia Local: Evento online em plataforma digital fechada

Objetivo

Proporcionar uma visão prática do atual estágio de adoção das normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS – International Financial Reporting Standards") e dos relatórios de sustentabilidade ("ISSB – International Sustainability Standards Board") no Brasil, das mudanças mais relevantes que estão em andamento e/ou por vir e seus possíveis reflexos.

Público Alvo

Conselheiros de Administração e Fiscais; Membros de Comitês de Auditoria; Profissionais de Investimentos em geral; Analistas do Mercado de Capitais e de Crédito; Administradores e Gestores de Carteiras de Investimentos; Profissionais de Relações com Investidores; Executivos Financeiros, de Controladoria e de Sustentabilidade; Profissionais de Contabilidade e Auditores; Investidores Institucionais; Consultores e especialistas em Finanças Corporativas; Advogados e Professores e estudantes universitários de Finanças, de Contabilidade e de Sustentabilidade.

Programação

04 /10/2023 - (quarta-feira)

8:00hs - Início do Acesso à Plataforma

8:25hs às 8:30hs - INÍCIO

■ Haroldo Reginaldo Levy Neto - Coordenador Geral - XX Seminário Internacional FACPCS

8:30hs às 8:50hs - Abertura

■ PALESTRANTE - Aécio Prado Dantas Júnior - Presidente - CFC e Membro - Conselho Curador - FACPCS

■ PALESTRANTE - Valdir Coscodai - Presidente - Conselho Curador - FACPCS

8:50hs às 9:00hs - HOMENAGENS

9:00hs às 10:20hs - 1º Painel: OCP sobre Créditos de Descarbonização

■ PALESTRANTE - Eduardo Flores - Coordenador Técnico - CBPS e Membro - CPC

■ DEBATEDOR - Paulo Roberto Gonçalves Ferreira - Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria - CVM

■ DEBATEDORA - Cristina Fróes de Borja Reis - Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável - Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda

■ MODERADORA para Perguntas e Respostas - Danielle de Freitas Torres - Vice-Coordenadora Técnica - CBPS e Membro do Comitê Permanente de Sustentabilidade - GLENIF/GLASS

10:20hs às 10:40hs - INTERVALO

10:40hs às 12:10hs - 2º Painel: CBPS

■ PALESTRANTE - Vania Borgerth - Vice-Coordenadora de Relações Internacionais - CBPS e Coordenadora - CBARI

■ PALESTRANTE - Onara Oliveira de Lima - Vice-Coordenadora de Operações - CBPS e Superintendente de Sustentabilidade ESG - CCR

■ MODERADOR para Perguntas e Respostas: Zulmir Breda - Coordenador de Operações - CBPS

12:10hs às 12:40hs - ENCERRAMENTO

■ PALESTRANTE - A CONFIRMAR

■ Haroldo Reginaldo Levy Neto - Coordenador Geral - XX Seminário Internacional FACPCS

05/10/2023 - (quinta-feira) COM TRADUÇÃO SIMULTÂNEA INGLÊS /PORTUGUÊS/INGLÊS

8:00hs - Início do Acesso à Plataforma

8:25hs às 8:30hs - INÍCIO

■ Haroldo Reginaldo Levy Neto - Coordenador Geral - XX Seminário Internacional FACPCS

8:30hs às 8:50hs - Abertura

■ PALESTRANTE - José Aparecido Maion - Presidente - CRCSP

■ PALESTRANTE - José Luiz Ribeiro de Carvalho - Presidente - GLENIF/GLASS

8:50hs às 10:10hs - 3º Painel: ISSB

■ PALESTRANTE EM INGLÊS - ISSB Board Member - A CONFIRMAR

■ PALESTRANTE - Edilson Paulo - Coordenador - GT Energia Elétrica/CBPS - Membro Convidado - CBPS e Diretor Presidente - ANPCONT

■ MODERADOR para Perguntas e Respostas: Leandro Ardito - Coordenador de Relações Internacionais - CBPS e Coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) - IBRACON

10:10hs às 10:35hs - INTERVALO

10:35hs às 12:05hs - 4º Painel: IASB - Visão Geral dos Projetos em Andamento com Ênfase em Provisões e Impacto das Mudanças Climáticas nas Demonstrações Financeiras

■ PALESTRANTE - Tadeu Cendon - Board Member - IASB

■ PALESTRANTE EM INGLÊS - Andreas Barckow - Chairman - IASB

■ PALESTRANTE EM INGLÊS - Linda Mezon-Hutter - Vice-Chair - IASB

■ MODERADOR - para Perguntas e Respostas: Rogério Mota - Coordenador de Relações Internacionais - CPC e Diretor Técnico - IBRACON

12:05hs às 12:40hs - ENCERRAMENTO

■ PALESTRANTE - João Pedro Barroso do Nascimento - Presidente - CVM

■ PALESTRANTE - Edison Arisa Pereira - Presidente - FACPCS e Coordenador Técnico - CPC

■ Haroldo Reginaldo Levy Neto - Coordenador Geral - XX Seminário Internacional FACPCS

Inscrições abertas no site: www.eventos.facpcs.org.br

PÚBLICO	Até 31/07/2023 com 10%	Até 31/08/2023 com 5%	Até 29/09/2023
Estudantes / Professores	198,00	209,00	220,00
Associados Entidades FACPCS / Colaboradores Patrocinadores	445,00	470,25	495,00
Associados Entidades Apoiadoras	747,00	788,50	830,00
Não associados	1.242,00	1.311,00	1.380,00



INTERESSADOS EM PATROCINAR O EVENTO PODEM ENTRAR EM CONTATO PELO E-MAIL: SEMINARIOCP@FACPCS.ORG.BR

Realização



Organização



Apoio de Divulgação



Coordenação

Ana Tércia Lopes Rodrigues, Carl Douglas, Edison Arisa, Eduardo Flores, Guillermo Braunbeck, Haroldo R. Levy Neto, Leandro Ardito, Rogério Mota, Verônica Souto Maior, Zulmir Breda

Suporte



Apoio Operacional



Patrocínio Pleno



“Vencedores do Prêmio APIMEC IBRI se diferenciam pela entrega personalizada”

“Os profissionais vencedores do **Prêmio APIMEC IBRI** se diferenciam pela entrega personalizada, liderança no relacionamento e tato com os investidores”, destaca **Ricardo Madrona**, sócio do Madrona Fialho Advogados. O Prêmio APIMEC IBRI tem o objetivo de agraciar os profissionais de Relações com Investidores, os analistas e as empresas que se destacaram por meio da adoção das melhores práticas ao longo do ano.



RICARDO MADRONA



NAIR SALDANHA

Com extensa experiência em mercado de capitais e temas correlacionados, **Ricardo Madrona** e **Nair Saldanha**, também sócia do Madrona Fialho Advogados, analisam a evolução da premiação idealizada pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais). Eles afirmam que com as incertezas da pandemia e a importância do prêmio para a categoria, o time conseguiu traduzir o melhor formato para o evento. “Realizar o evento 100% on-line deu certo. No ano passado, houve evolução para uma transmissão on-line combinada com evento presencial, conseguindo aproximar mais as pessoas e trazendo o dinamismo

que o evento merece e requer”, ressalta Nair Saldanha.

Em 2023, será a 4ª edição do Prêmio APIMEC IBRI. Ao comentar sobre a terceira edição, Ricardo Madrona diz que a história inspiradora da **Naya Bermudez** chamou sua atenção. “Foi incrível escutar sobre a sua trajetória profissional e pessoal e, mais do que isso, a sua iniciativa de retribuir ao próximo por meio de mentoria ao desenvolvimento de carreira de jovens profissionais”, revela. Segundo Nair Saldanha, outro ponto emocionante para ela foi a despedida do **Rodrigo Maia** do cargo de CEO do IBRI. “Além de muito querido de todos nós, Rodrigo Maia teve um papel extremamente relevante

“

A comunicação segmentada e adaptada aos diferentes públicos pode reduzir a desinformação. O profissional de RI também precisa se aperfeiçoar para conseguir transitar nos diversos temas da agenda da empresa.

”

na evolução do IBRI. Ele se dedicou por muitos anos ao aprimoramento e modernização do nosso mercado de capitais, tanto pelo IBRI como pela ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas)”, acrescentou.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E INTERPESSOAIS

Na visão de Nair Saldanha, para que o profissional de Relações com Investidores se destaque, ele precisa estar conectado e sempre atualizado com as informações sobre o cenário político e econômico, “principalmente em um período de início de um novo governo e com oscilações de mercado”. Então, ela enfatiza que é preciso ter habilidade e agilidade para respostas assertivas, e se atentar para uma comunicação efetiva. “A comunicação segmentada e adaptada aos diferentes públicos pode reduzir a desinformação. O profissional de RI também precisa se aperfeiçoar para conseguir transitar nos diversos temas da agenda da empresa”, acrescenta.

Para este ano de 2023, Ricardo Madrona segue afirmando que a digitalização do mercado é o ponto principal quando se fala do relacionamento entre investidor e a empresa, principalmente no que diz respeito à proteção e acesso a dados. “Outro ponto da agenda é em relação à padronização e transparência das informações e dos dados focados em ESG (do inglês, *Environmental, Social and Governance*; em português, ASG – Ambiental, Social e Governança), um tema que assumiu protagonismo em empresas de vários tamanhos e traz oportunidades para melhorar a relação com os investidores. A pauta ESG assumiu papel estratégico no valor de empresas e merece atenção”, enfatiza Madrona.

Para Nair Saldanha, um tema de destaque é o aumento de entrada de pessoas físicas investindo em Bolsa de Valores, além da maior oferta de serviços e produtos financeiros. Segundo ela, os profissionais precisam estar atentos aos aspectos financeiros e regulatórios do investimento no mercado de capitais sob a ótica das pessoas físicas para atender a uma crescente demanda.

ADVOGADOS E RIs ENGAJADOS

Os advogados contam que o escritório Madrona Advogados passou por uma fusão com o escritório mineiro, Fialho Salles Advogados. “A fusão reforça a nossa atuação *full service* e o protagonismo para liderar a transformação do mercado jurídico”, comenta Nair Saldanha. De acordo com ela, a combinação tem o compromisso com a excelência e a sensibilidade para representar clientes com técnica, eficiência e tato. “O Madrona Fialho Advogados surge como uma identidade clara de propósito e valores no desenvolvimento de uma governança com perenidade, estimulando a atuação colaborativa e diversa”, afirma Nair Saldanha.

“Com a fusão, aumentamos nossa capacidade de investimento em pessoas, gestão de conhecimento, tecnologia e inovação. Nossa área de mercado de capitais é preparada para apoiar os RIs, tanto nos desafios do dia a dia profissional como nas questões de mais alta complexidade”, declara Ricardo Madrona. Além disso, ele observa que o escritório produz conteúdos especiais e promove treinamento, webinars e palestras sobre temas regulatórios e emergentes do mercado de capitais e em vários outros temas relevantes e estratégicos para as empresas ao longo do ano.

SOBRE O PRÊMIO APIMEC IBRI

Os vencedores da 3ª edição do Prêmio APIMEC IBRI nas sete categorias foram: (a) Melhor Analista de Valores Mobiliários – Leonardo Andrade Correa; (b) Melhor Casa de Análise de Valores Mobiliários - Banco BTG Pactual; (c) Melhor Casa de Análise Independente de Valores Mobiliários – Eleven; (d) Melhor Profissional de RI – Small/Middle Cap – Adalberto Pereira dos Santos; (e) Melhor Profissional de RI - Large Cap – Alfredo Egydio Setubal; (f) Melhor Prática e Iniciativa de RI - Small/ Middle Cap – 3R Petroleum; e (g) Melhor Prática e Iniciativa de RI – Large Cap - Banco do Brasil. A premiação contou com o patrocínio das empresas: B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); BNY Mellon; Innova - All Around The Brand; Madrona Advogados; MZ Group; e Luz Capital Markets - Printer. Para acompanhar a premiação na íntegra, basta acessar: https://www.youtube.com/watch?v=z_EAQMxP-fE

IBRI promove webinar: “STF e a coisa julgada: impactos e desdobramentos”

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) realizou webinar com o tema “*STF e a coisa julgada: impactos e desdobramentos*”, no dia 25 de maio de 2023. O evento ocorreu em parceria com a **AMEC** (Associação de Investidores no Mercado de Capitais) e com o escritório **VDV Advogados**.

por **JENNIFER ALMEIDA**



PEDRO RUDGE, AMEC; **GUSTAVO CARRIJO**, IBRI;
MARINA MIRANDA, IBRI; e **EDUARDO PAIVA GOMES**, Advogado

Gustavo Carrijo, Coordenador da Comissão Técnica do IBRI, abriu o evento e realizou a mediação dos debates. “Vamos entender os impactos e desdobramentos de decisões recentes do STF (Superior Tribunal Federal) no qual caso verifiquem uma mudança no entendimento do Tribunal sobre um assunto que já tenha transitado o julgamento, o que seria definido como uma decisão definitiva, mesmo assim o assunto poderá ser submetido a uma nova discussão”, disse Carrijo.

O evento contou com palestras de **Marina Miranda**, Diretora

Regional do IBRI Minas Gerais e Head of Investment, Investor Relations and M&A do Grupo PH; **Pedro Rudge**, Presidente do Conselho Deliberativo da AMEC e Sócio-Fundador da Leblon Equities; e **Eduardo de Paiva Gomes**, Sócio do escritório Vieira, Drigo, Vasconcellos e Paiva Gomes Advogados.

Marina Miranda disse que “sobre este assunto, acredito que adicionamos uma pitada de incerteza muito relevante e isso desgasta a rotina do RI já que ela é tão embasada e focada no trabalho de longo prazo”. “O papel da área de Relações

com Investidores continua, no entanto, sendo o de transmitir com bastante tranquilidade as perspectivas das companhias”, complementou.

De acordo com ela, o ambiente é desafiador e, consequentemente, vai gerar uma precificação mais reduzida ou vai impactar na precificação “e isso é algo que não está nas nossas mãos”. Não obstante, como ela ressaltou, o custo de capital vai ficar mais alto tendo em vista que o mercado de capitais está inserido em um ambiente de negócios. “Quando as regras não são claras ou são alteradas o tempo todo, o investidor vai pedir um prêmio de risco maior”, ponderou.

Ao falar sobre a visão do investidor, Pedro Rudge disse que “o risco é inerente a qualquer tese de investimento”. “O que prejudica muito é uma incerteza ligada a fatos que teoricamente já eram definitivos e aí se gera uma incerteza e dificuldade de determinar o grau de risco, fazendo com que na conta do investidor se coloque um desconto ainda maior pelos ativos”, declarou.

Pedro Rudge lembrou que o investidor tem alternativas ao redor do mundo, podendo acabar preferindo investir em países em que as regras são mais previsíveis e com uma segurança maior do investimento, principalmente de longo prazo. “Isso acaba gerando um ambiente mais hostil e de maior dificul-

dade de atrairmos capital estrangeiro, por exemplo”, frisou.

Em termos do escopo legal, Eduardo de Paiva Gomes apontou o caso da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) em que o STF decidiu ser possível rever decisões judiciais sobre tributos recorrentes mesmo que o contribuinte tenha sido isento de pagar tal tributo em sentença anterior.

Sobre o resultado do STF, Gomes disse: “Parece-me que temos uma tese fixada de maneira genérica que quando se aplica para o caso concreto gera um descompasso”.

Ao longo do webinar, os palestrantes abordaram as seguintes questões: “A controvérsia analisada pelo STF (Supremo Tribunal Federal): o caso da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)”; “A tese fixada pelo STF: a produção de efeitos ‘para frente’ / futuros da coisa julgada (no caso, em matéria tributária)”; “A problemática da (não) modulação de efeitos pelo STF e seu impacto sobre as divulgações de informações financeiras das Companhias”; e “Impactos e desdobramentos: o que esperar para o futuro?”.

Para acompanhar o debate na íntegra, basta acessar o canal do IBRI no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=aKdQMKfdOF4>

Semana Mundial do Investidor 2023 será realizada de 2 a 8 de outubro

O IBRI apoia a Semana Mundial do Investidor (World Investor Week – WIW) 2023, que será realizada de 2 a 8 de outubro. Resiliência Financeira do Investidor, Criptoativos e Finanças Sustentáveis estão entre os temas da 7ª edição. A campanha global é promovida em mais de 100 países pela IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores), com objetivo de disseminar a educação financeira e proteção dos investidores. Os temas da 7ª edição serão Resiliência Financeira do Investidor, Criptoativos e Finanças Sustentáveis. Fraudes, prevenção a golpes, noções básicas de investimento, tecnologia e finanças digitais também farão parte dos debates. “A Semana Mundial do Investidor é uma valiosa iniciativa, pois se trata de um esforço global para disseminar a educação financeira, através da conscientização sobre diversos temas relevantes para a tomada de decisão inteligente dos investidores. A CVM acredita na educação financeira como pilar fundamental da proteção ao investidor. Temos muito orgulho dos resultados alcançados por meio da coordenação da WIW no Brasil”, declara Nathalie Vidual, Superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores (SOI) da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Mais informações: <https://www.worldinvestorweek.org/?p=resource-list>

Agende-se: **Prêmio APIMEC IBRI** ocorrerá em 07 de dezembro de 2023

Os representantes da APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil) e do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) participantes do Comitê de organização do 4º Prêmio APIMEC IBRI decidiram que a solenidade de Premiação será presencial e ocorrerá no dia 07 de dezembro de 2023, às 19 horas. A cerimônia acontecerá presencialmente no Blue Tree Premium Faria Lima, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.989, em São Paulo. O evento já conta com os seguintes patrocinadores: Patrocínio Diamante: B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); Patrocinadores Ouro: MZ; Innova All Around The Brand; Mazars; e BNY Mellon.

RELACIONAMENTO

“Merece destaque que a 4ª edição do Prêmio APIMEC IBRI será presencial, possibilitando aprofundar o relacionamento entre analistas de investimentos e profissionais de Relações com Investidores. Acredito que iniciamos a consolidação de um evento que será de confraternização de final de ano entre duas profissões que têm contato diário”, declara Geraldo Soares, Presidente do Conselho de Administração do IBRI.

DECISÃO DE INVESTIMENTO

“O Prêmio APIMEC IBRI consolida a integração das atividades de Análise de Investimento e de Relações com Investidores. Os profissionais dessas áreas se relacionam no processo de análise e recomendação, propiciando aos investidores, institucionais ou de varejo, decisão de investimento fundamentada. Adicionalmente, o mecanismo de seleção dos Premiados, por votação direta auditada, garante processo equitativo e transparente”, enfatiza Lucy Sousa, Presidente Executiva da APIMEC Brasil.

Neste ano, não haverá lista de indicados de profissionais de Relações com Investidores, sendo que a votação será aberta, conforme ocorreu na 1ª edição. O voto continua a ser realizado no mesmo formato, ou seja, eletrônico e auditado, mas cada eleitor poderá indicar o seu candidato para profissionais de RI.

A votação é realizada por analistas “Pessoa Física” credenciados e associados pela APIMEC Autorregulação (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de

“

O Prêmio APIMEC IBRI consolida a integração das atividades de Análise de Investimento e de Relações com Investidores. Os profissionais dessas áreas se relacionam no processo de análise e recomendação, propiciando aos investidores, institucionais ou de varejo, decisão de investimento fundamentada. Adicionalmente, o mecanismo de seleção dos Premiados, por votação direta auditada, garante processo equitativo e transparente.

”

Capitais para Autorregulação) e APIMEC Brasil, além de associados efetivos do IBRI.

A premiação elege anualmente os melhores profissionais e casas de análise em sete categorias: Melhor Analista de Valores Mobiliários; Melhor Casa de Análise de Valores Mobiliários; Melhor Casa de Análise Independente de Valores Mobiliários; Melhor Profissional de RI – Small/Middle Cap; Melhor Profissional de RI – Large Cap; Melhor Prática e Iniciativa de RI – Small/Middle Cap; e Melhor Prática e Iniciativa de RI – Large Cap. O objetivo da APIMEC Brasil e do IBRI é premiar as melhores práticas e contribuir para construir um mercado de capitais cada vez mais forte, transparente e equânime.

IBRI e FIPECAFI lançam curso de Educação Executiva em “Relações com Investidores”

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) relançaram o curso de Educação Executiva em “Relações com Investidores”. O lançamento ocorreu durante a 24ª edição do Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, evento promovido anualmente pelo IBRI em parceria com a ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), em 26 e 27 de junho de 2023, em São Paulo (SP).

“O curso foi desenvolvido com o objetivo de capacitar os profissionais da área de Relações com Investidores e formar novos interessados em ingressar na carreira, além de possuir um conjunto de disciplinas básicas e outras de suporte para temas mais avançados como: finanças, contabilidade, estatística, data science, entre outros”, afirma **Rafael S. Mingone**, Gerente de Finanças e RI da Estapar e Coordenador da Comissão de Educação e Inovação do IBRI.

“A participação da FIPECAFI no evento foi ainda mais especial, pois tivemos a oportunidade de anunciar o relançamento do nosso curso em parceria com o IBRI. Já reconhecido pela sua excelência, o curso passou por uma atualização completa e agora será oferecido também on-line, com aulas 100% ao vivo. Isso trará flexibilidade e conveniência para

que profissionais de todo o Brasil possam se aprofundar nas melhores práticas de Relações com Investidores, compreendendo as principais tendências e desafios do mercado de capitais”, afirma **Luciana Maia Campos Machado**, Superintendente Acadêmica da FIPECAFI.

“Acreditamos que essa parceria e a atualização do curso proporcionarão um diferencial significativo aos profissionais que buscam se capacitar ou ingressar nessa carreira”, conclui **Luciana Maia Campos Machado**.

Outras iniciativas estão sendo desenvolvidas com o objetivo de oferecer aos associados do IBRI uma trilha de formação de novos profissionais e capacitação continuada.

Cada uma das iniciativas como, por exemplo, o curso EaD, de educação executiva lançado no Encontro de RI, o MBA que está em fase de preparação, bem como a participação do associado em *webinars*, nas Comissões, no Encontro, tudo isso terá uma pontuação que, acumulada, irá servir como renovação automática para certificação do profissional de Relações com Investidores, complementa **Rafael S. Mingone**.

Para mais informações:

<https://fipecafi.edu.br/Cursos/DetalheCursoEdux?cursoid=1125>

Comissão Técnica do IBRI promove reunião on-line com Associados

A Comissão Técnica do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) realizou, em 20 de junho de 2023, reunião on-line e aberta a todos os Associados sobre o Projeto de Lei nº 2.925/2023, que propõe alterações na Lei do Mercado de Capitais e na Lei das S.A. O evento teve apresentação de Emerson Drigo, Diretor Jurídico do IBRI, e foi moderado por Gustavo Carrijo, Coordenador da Comissão Técnica do Instituto. Para acompanhar o evento, basta acessar: <https://www.youtube.com/watch?v=xnAmNchsZdc&t=210s>

IBRI apoia quinto episódio do **IR Talks MZ**

No quinto episódio da segunda temporada do programa **IR Talks MZ**, **Stefania Fernandes**, Superintendente de Relações com Investidores e M&A da WIZ Co, corretora de seguros especializada em bancassurance e distribuidora de consórcio e crédito, foi a convidada para o bate-papo. Ao lado de **Cássio Rufino**, CFO & COO da MZ, Stefania Fernandes compartilhou histórias inspiradoras sobre sua carreira, experiências e os desafios enfrentados no mercado de capitais, bem como comentou os resultados alcançados pela companhia recentemente. O programa conta com o apoio do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores). Para acompanhar o conteúdo na íntegra, basta acessar:

<https://portal.mzgroup.com/noticias/ir-talks-s02e05-stefania-fernandes-wiz/>

IBRI apoia pesquisa sobre arbitragem

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) apoia pesquisa "Uso da arbitragem como solução de conflitos via CAM – Câmara de Arbitragem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão". Para participar da pesquisa, basta acessar: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSczEMBrKPgrbVABz3vvItAAigVCzYRru8hvgIYVJP04Jpm5rQ/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0&pli=1>

Novos Associados do **IBRI**

Carlos Roberto Maciel Junior (ALUBAR GLOBAL MANAGEMENT); **Eduardo Ganino** (ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.); **Fabio Henrique de Sousa Coelho** (AMEC); **Francisco de Assis Lima** (ELETROBRAS); **Henrique Morsoletto** (GRUPO ZELO); **João Lucas Linzmeyer Galvão** (ITAÚSA); **João Victor Petinelli Faria** (MZ Group); **Josias de Matos Garcia Ferreira** (BANCO MERCANTIL); **Marina Magalhães** (BANCO MERCANTIL); **Michael Connell** (WILSON SONS S.A.); **Olívia Teixeira** (GRUPO ENERGISA); **Ricardo Ventrilho Figueiredo** (MAPFRE INVESTIMENTOS); e **Victoria Maria de Oliveira** (T4F -TIME FOR FUN).



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Geraldo Soares Leite Filho (ITAÚ UNIBANCO) | Vice-Presidentes: Guilherme Setubal Souza e Silva (DEXCO); e Renata Oliva Battiferro (GERDAU) | **Conselheiros:** Anastácio Ubaldo Fernandes Filho; Diego Carneiro Barreto (IFOOD); Eduardo Pavanelli Galvão (CI&T); Fernando Foz de Macedo; Guilherme Luiz Nahuz (HAPVIDA); José Sálvio Ferreira Moraes; Phillipe Casale (RAÍZEN); Rodrigo Lopes da Luz; e Sandra Calçado (LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL)

DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Luiz Henrique Valverde; **Diretora Regional São Paulo:** Natasha Utescher (DEXCO); **Diretora Regional Minas Gerais:** Marina de Magalhães Miranda (GRUPO PH); **Diretora Regional Rio de Janeiro:** Carla Dodsworth Albano Miller (PETROBRAS); **Diretor Regional Sul:** Alceu Demartini de Albuquerque (GRENDENE); **Diretor Jurídico:** Emerson Drigo da Silva (VDV Advogados); e **Diretor Financeiro:** Rafael Mingone (ESTAPAR)

Rua Correia Dias, 184 / 11º andar - Paraíso - 04104-000 - São Paulo, SP Tel.: (11) 3106-1836 e (11) 96649-7101
Website: www.ibri.com.br | Email: ibri@ibri.com.br

TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS DO MERCADO CONTÁBIL

14 DE SETEMBRO

BLUE TREE PREMIUM FARIA LIMA

13^º

ENCONTRO ABRASCA
DE CONTABILIDADE
E AUDITORIA

para Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte

REALIZAÇÃO

abrasca

PATROCINADORES

blendON

bradesco

DATEV

BR PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

THE MEDIAGROUP

ECONÔMICO
Valor

ORGANIZAÇÃO

SB Eventos

PARCEIROS DE MÍDIA

ACIONISTA

RI

ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP | ABVCAP | AMEC | ANBIMA | ANCORD
APIMEC BRASIL | FACPCS | IBEF SP | IBRACON | IBRI

ESTUDO DA LLORENTE Y CUENCA, UMA DAS MAIORES
EM COMUNICAÇÃO DO MUNDO, INDICA QUE PLURALE é
uma das mídias especializadas citadas no estudo
“Dissonâncias do ESG com a sociedade civil”
Estamos ao lado de relevantes mídias, como
*Revista Exame, O Estado de S. Paulo. Valor Econômico/
Valor Investe, Revista RI e Capital Reset.*

LLYC

Dissonâncias do ESG com a sociedade civil

MÍDIAS SÃO AS QUE MAIS INFLUENCIAM E CONECTAM O ESG À SOCIEDADE CIVIL

Os portais e canais (como **Retomada ESG**, do Estadão; **Práticas ESG Valor**; **Revista Plurale**; **Revista RI** e o **canal Reset**), alguns com grande número de seguidores no TIG no Brasil, com conteúdos sobre as principais temáticas e impulsionamento dos propósitos da sociedade civil. Na análise da conversação, a relação entre a universalização do termo na sociedade brasileira, funcionando como um conectivo entre a narrativa empresarial, as expressões utilizadas pela narrativa da sociedade civil.

PLURALE EM REVISTA E PLURALE EM SITE:
16 ANOS DE INFORMAÇÃO PLURAL SOBRE SUSTENTABILIDADE



Aponte o celular para este QR code e conheça o estudo da LLYC com mais detalhes em Plurale.

plurale
em revista

Plurale: Plural até no nome

www.plurale.com.br twitter @pluraleemsite e-mail soniaararipe@plurale.com.br

As diretrizes sustentáveis no Mercado de Capitais e a nova visão econômica global

Desenvolvimento econômico e sustentabilidade não são antagônicos. Apesar de a visão contrária ter permeado praticamente toda a expansão econômica do século XX e início do XXI, o processo empírico tem mostrado que é razoável a compreensão de que essas duas importantes visões se tornem una, em um método que tem como premissa a expansão econômica atrelada às visões socioambientais, como defendido pela primeira vez em junho de 1972 na Conferência de Estocolmo.

por **ROBERTO GONZALEZ**

Dentro desse cenário, algumas companhias que englobam o mercado de capitais têm evoluído no que se refere à importância do desenvolvimento socioeconômico sustentável, com um novo olhar para essas questões, o que reflete a consistência do papel social que o segmento adquiriu e vem adquirindo ao longo dos anos.

Há, contudo, um grande desafio que deve ser observado, de forma que os impactos positivos dessas iniciativas figurem consistentemente nas demonstrações contábeis financeiras: a necessidade de uma integração completa entre essas esferas, isto é, da demonstração contábil com a sustentabilidade.

O Conselho Internacional de Relato Integrado, que surgiu com o propósito de integrar a demonstração contábil com informações não financeiras, especialmente o GRI, acabou gerando um atraso ao criar um “novo” relatório com seis capitais (ao invés de integrar o que já existia), o que impossibilitou que os posicionamentos ora em voga pudessem ter sido realizados no mínimo, uma década antes, o que, em certa medida, significou um atraso considerável nas discussões.

“

O Conselho Internacional de Relato Integrado, que surgiu com o propósito de integrar a demonstração contábil com informações não financeiras, especialmente o GRI, acabou gerando um atraso ao criar um “novo” relatório com seis capitais (ao invés de integrar o que já existia).

”

“

O debate hoje é ter indicadores mais críveis, sendo relevante conhecer o processo de governança econômica, social e ambiental da organização, e toda essa estrutura organizacional possibilitará a integração da informação contábil - que já é válida -, com os dados não financeiros.”

No entanto, em junho último, foi realizada a emissão do primeiro IFRS Sustainability Disclosure Standards, o qual trouxe uma linha de base global de divulgações relacionadas à sustentabilidade para os mercados de capitais.

Com a incorporação recente do SASB pelo ISSB, em toda a análise foram inseridos indicadores dos 77 setores divididos em 11 macros setores. O CBPS que é a representação do ISSB no Brasil decidiu trabalhar primeiramente em 4 macro setores, a saber: saúde, financeiro, energia e de saneamento, todo o trabalho tem o objetivo de termos no mercado uma padronização única internacional, uma vez que o ISSB faz parte da IFRS Foundation, ou seja, está integrado com a questão da contabilidade. Dividido em duas esferas, ambos os Padrões são baseados em recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD).

O IFRS S1 trouxe a determinação de que as empresas comuniquem oportunidades de sustentabilidade e os riscos e que enfrentam do curto ao longo prazo. O IFRS S2 estabelece divulgações específicas relacionadas ao clima e foi desenvolvido para ser usado com o IFRS S1. A emissão desses Padrões é apenas o ponto de partida e os requisitos

são projetados para garantir que as empresas forneçam aos investidores informações relevantes para a tomada de decisões. Aqui outra questão relevante, apesar das informações serem para uso de todo e qualquer público, o alvo são os investidores.

Além dos investimentos socioambientais contínuos e de uma significativa mudança na forma de atuação da corporação, a integração desses conceitos resultará em uma etapa nova, incorporando de forma única os referidos conceitos nos processos-chave da empresa, os quais se tornarão essenciais para a compreensão do mercado no que tange à respectiva companhia.

O debate hoje é ter indicadores mais críveis, sendo relevante conhecer o processo de governança econômica, social e ambiental da organização, e toda essa estrutura organizacional possibilitará a integração da informação contábil - que já é válida -, com os dados não financeiros, ou pré-financeiros ou ainda sustentáveis, tendo como objetivo a adequação e consequente redução dos prazos de divulgação da informação socioambiental, adequando-os aos da informação contábil.

Tal mudança possibilitará que o mercado financeiro tenha acesso às informações de forma rápida e ainda mais confiável e, dessa forma, poderá fazer a conta no valuation, bem como fazer a conta no risco da organização, de forma a identificar com clareza se o preço de cada ação é justo, para saber se irá comprar ou vender.

Investir neste processo e pensar de forma social e ambientalmente responsável já fazem parte das análises atuais. Se antes poucos estavam adeptos a compreender a inovação e o avanço que essa significativa medida representava, hoje são os próprios investidores que procuram essas informações, de tal modo que os relatórios, não só os anuais mais os trimestrais também, se tornaram ferramentas indispensáveis para a avaliação da saúde das companhias. **RI**



ROBERTO GONZALEZ

é consultor de governança corporativa e EESG.
roberto.gonzalez@uol.com.br

Quando se trata de informação você prefere velocidade ou credibilidade?



O Valor PRO oferece os dois e muito mais.

Com notícias dos bastidores do mercado, ferramentas analíticas e informações completas sobre finanças e negócios, o **Valor PRO** é um serviço de informações em tempo real que une toda a velocidade que o mercado exige à credibilidade do **Valor Econômico**.

SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO.
valorpro.com.br | 0800-003-1232

Valor PRO

Versátil como o mercado.
Confiável como o Valor.

PÁTIO MIX SHOPPING CENTERS HÁ 15 ANOS, CONSTRUINDO GRANDES HISTÓRIAS!

PÁTIO MIX TEIXEIRA DE FREITAS/BA

PÁTIO MIX LINHARES/ES

PÁTIO MIX RESENDE/RJ

PÁTIO MIX COSTA VERDE EM ITAGUAÍ/RJ



SHOPPING

PÁTIO MIX

2023



Primeira Fazenda Solar
ASCENDE
FAZENDAS SOLARES

2022



PÁTIO MIX
TEIXEIRA DE FREITAS

2014



PÁTIO MIX
LINHARES

2013



Prêmio ADEMI^{RJ}

2012



PÁTIO MIX
RESENDE

2011



PÁTIO MIX
COSTA VERDE

2010



PÁTIO MIX
SHOPPING CENTERS

2008

Redes Sociais dos Shoppings:

Teixeira de Freitas: @shoppingpatriomixteixeira

Linhares: @shoppingpatriomixlinhares

Resende: @shoppingpatriomixresende

Costa Verde: @shoppingpatriomixcostaverde